Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura **Número: 11**

I Sessão Legislativa **Horta, quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputado Bruno Belo e José Eduardo, respetivamente)*

SUMÁRIO

Eram 10 horas e 21 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

Voto de congratulação a Tiago Rodrigues do Judo Clube de São Jorge

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)* e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira *(PS)* e o Sr. Deputado Paulo Silveira *(PSD)*, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pelo dia internacional da eliminação da violência contra as mulheres

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Alexandra Manes *(BE)* e de terem usado da palavra a Sra. Deputada Célia Pereira *(PS)* e o Sr. Deputado Luís Soares *(PSD);*

Voto de saudação pelo centésimo aniversário de Armando Freitas Amaral

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Rui Martins *(CDS-PP)* e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD)*, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de protesto pela falta dos apoios do Governo da República aos estragos do Furacão Lorenzo

O voto supracitado foi aprovado, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo *(PSD)* e de terem usado da palavra o Sr. Deputado Rui Martins *(CDS-PP)*, o Sr. Deputado Sérgio Ávila *(PS)*, o Sr. Deputado António Lima *(BE)*, o Sr. Deputado Pedro Neves *(PAN)*, o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*, o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)* e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva)*.

No decorrer do debate, pediu a palavra para um protesto e contraprotesto o Sr. Deputado Sérgio Ávila *(PS)* e o Sr. Deputado Bruno Belo *(PSD)*, respetivamente.

Voto de Pesar pelo falecimento de António Silva

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa *(PSD)* e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos *(PS)*, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de Pesar pelo falecimento de Augusto Cymbron

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)* e de terem usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco *(CH)*, o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)* e o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral *(PSD)*.

Voto de Pesar pelo falecimento de José Agostinho Ferreira

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Flávio Soares *(PSD)*e tendo usado da palavra o Sr. Deputado José Contente *(PS)*, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Teodora Borba

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa *(PSD)* e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Ávila *(PS)*, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

De seguida, foi feita uma Comunicação do Governo, apresentada pelo Sr. Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro)*. Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Vasco Cordeiro *(PS)*, Pedro do Nascimento Cabral *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, Carlos Furtado *(CH)* e Pedro Neves *(PAN)*.

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII - Programa de apoio à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual tinha começado a ser discutido no dia anterior.

Pediu para usar da palavra o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)*.

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade, tendo pedido a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)*.

Posteriormente, foi colocada à votação a **Proposta de Resolução n.º 1/XII - "Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021**", apresentada pela Mesa da ALRAA, a qual foi aprovada por maioria.

Pediu para usar da palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado *(CH)*.

De seguida, foi apresentada a **Petição n.º 39/XI - "Pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo",**

apresentada por Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho, na qualidade de primeiro subscritor;

Após a leitura do relatório levada a cabo pelo Sr. Deputado José Ávila *(PS)*, usaram posteriormente da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Sabrina Furtado *(PSD)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Nuno Barata *(IL)*, António Lima *(BE)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Vílson Ponte Gomes *(PS)* e Pedro Neves *(PAN)*.

O debate prosseguiu com a apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII - "Regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores" - (Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A)"**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Feita a apresentação inicial pelo Sr. Deputado Pedro Neves *(PAN)*, pediram para usar da palavra os/as Srs. Deputados/as: Délia Melo *(PSD)*, Nuno Barata *(IL)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, António Lima *(BE)*, Carlos Furtado *(CH)*, Francisco César *(PS)*, bem como o Sr. Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego *(Duarte Freitas)*.

Submetido à votação, o projeto de decreto legislativo regional foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos continuaram com a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 2/XII - "Transmissão dos trabalhos das comissões parlamentares por meios telemáticos"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado António Lima *(BE)*, participaram neste debate os/as Srs./as Deputados: Ana Luís *(PS)*, Sabrina Furtado *(PSD)*, Pedro Neves *(PAN)*, Nuno Barata *(IL)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)*, Carlos Furtado *(CH)* e Paulo Estêvão *(PPM)*.

Submetido à votação o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi colocado em debate o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XII - "Programa de Apoio aos Custos Fixos das Empresas do Setor do Turismo",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A sua apresentação foi feita pelo Sr. Deputado Rui Anjos *(PS)*, tendo pedido de seguida para participar no debate os/as Srs./Sras. Deputados/as: António Vasco Viveiros *(PSD)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Francisco César *(PS)*, Carlos Furtado *(CH)*, António Vasco Viveiros *(PSD)*, Vasco Cordeiro *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e Alexandra Manes *(BE)*.

Submetido à votação o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado por maioria.

Foram proferidas declarações de voto pelos Srs. Deputados Francisco César *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, António Vasco Viveiros *(PSD)*, Carlos Furtado *(CH)* e Rui Martins *(CDS-PP)*.

Por fim foi feita a apresentação da **Petição n.º 41/XI - "Petição a favor da suspensão das obras de construção civil no Espelho de Água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2.ª fase do Projeto de Reordenamento do Porto da Horta",** apresentada por José Eduardo Bicudo Decq Mota, na qualidade de primeiro subscritor;

Após a apresentação do relatório feita pelo Sr. Deputado José Ávila *(PS)*, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados: Alexandra Manes *(BE)*, Gustavo Alves *(PPM)*, Tiago Branco *(PS)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Carlos Ferreira *(PSD)*, Nuno Barata *(IL)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 53 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 21 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho

Marta Àvila de **Matos**

Miguel António Moniz da **Costa**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vílson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Gil Alberto Medeiros **Borges**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

CHEGA (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos, reservado à emissão de votos, comunicação do Governo e declarações políticas.
Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: O Governo, no caso de ter comunicação política ao Parlamento, dispõe de 30 minutos, o Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40 minutos, o CDS-PP dispõe de 16 minutos, o Bloco de Esquerda, o CHEGA e o PPM dispõem cada de 12 minutos, a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem cada de 10 minutos.
Vamos iniciar com os votos. O primeiro voto é de congratulação, é do CDS-PP, pela renovação do título de campeão nacional de séniores do judoca Tiago Rodrigues. Para tal, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.
Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação a Tiago Rodrigues do Judo Clube de São Jorge

O Judo Clube de São Jorge nasceu a 7 de março de 2002, tem cerca de duzentos atletas, onde vários integram regularmente as seleções nacionais nos diferentes escalões etários, incluindo nos seniores, assim como, também integra atletas de Alto Rendimento Desportivo, mostrando assim que este é um clube responsável, dinâmico e grande promotor do desporto Açoriano.
O Judo tem sido uma das atividades através das quais os atletas Jorgenses mais se têm destacado tanto a nível nacional como a nível internacional, alcançando sucessos consideráveis ao mais alto nível competitivo.
O atleta Tiago Rodrigues tem vindo a conquistar várias medalhas a nível nacional e internacional, como em 2016 a medalha de bronze no América Open de Santiago de Chile ou a medalha de bronze na Taça Internacional KK.

Apesar do ano atípico que se viveu em 2020, devido à COVID-19, a Federação Portuguesa de Judo conseguiu que se realizasse a Prova Rainha do Judo.

Assim, decorreu nos dias 10 e 11 de outubro de 2020 no Pavilhão Desportivo do Colégio da Imaculada Conceição, em Cernache (Coimbra) o Campeonato AS Nacional Seniores – Jogos Santa Casa, a competição mais importante do contexto do Judo Nacional, que contou com atletas de todo o país.

O Judo Clube São Jorge fez-se, mais uma vez, representar através da participação do atleta Tiago Rodrigues, acompanhado pelo treinador Victor Soares.

Apesar de numa nova categoria, os -100kg, o Tiago Rodrigues surpreendeu os adversários com quem lutou, vencendo cada um deles pela pontuação máxima, todos com golpes diferentes, e assim de forma decisiva, subiu ao lugar mais alto do pódio nacional pela décima segunda vez.

Este foi mais um prémio por todo o trabalho, dedicação, empenho e disciplina com que encara a prática da modalidade desde os seis anos de idade.

Mais um feito memorável deste atleta já conhecido no mundo do Judo, que revela um espírito de sacrifício e longevidade acima da média, ficando assim para a história do Judo dos Açores como o atleta com mais títulos nacionais de sempre.

Esta distinção obtida promove o desporto Açoriano e engradece os Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação do seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do atleta do Judo Clube de São Jorge, Tiago Rodrigues, ter-se sagrado Campeão Nacional de Seniores na categoria de – 100 kg no ano 2020, motivo de orgulho para a Nossa Região, projetando novamente o nome do seu Clube, da Ilha de São Jorge e dos Açores no topo do judo nacional.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, treinadores e dirigentes do Clube que desenvolvem um trabalho de excelência, projetando o nome da Ilha de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores ao mais alto nível desportivo.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta Tiago Rodrigues, ao Judo Clube São Jorge, à Direção Regional do Desporto, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, faça favor.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira** *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto apresentado aqui pelo grupo parlamentar do CDS-PP, relativamente ao Judo em São Jorge, mais concretamente ao atleta Tiago Rodrigues que tem levado o nome de São Jorge a toda a parte do mundo e tem conseguido excelentes resultados para a ilha de São Jorge e para o judo.

É fundamental que estes atletas continuem a olhar o percurso do Tiago e sigam o exemplo do Tiago que foi um atleta extraordinário e continua a sê-lo.

O investimento que foi feito em São Jorge no centro de alto rendimento do judo foi um investimento bem realizado e está visto que todos os atletas de São Jorge mereceram o mesmo, estão a dar valor ao mesmo e vão continuar a levar o nome de São Jorge a todos os pontos do mundo.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira** *(PSD):* Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que, mais uma vez, nesta Casa é congratulado o judo de São Jorge e, em particular, o atleta Tiago Rodrigues.

O Tiago tem sido um exemplo de atleta que, apesar de ter feito a sua formação no continente português, esteve sempre ao lado do judo clube de São Jorge, esteve sempre disponível para estar com mais jovens e tem sido um exemplo seguido por muitos jovens no centro de alto rendimento, que existe em São Jorge, que é um fator que deve ser acarinhado e deve ser dado o devido valor, quer ao professor Vítor Soares e a todo o pessoal técnico do judo clube de São Jorge, como impulsionadores desta modalidade e também com a forma que têm tido de levar o nome dos Açores e de Portugal lá fora.

Como aqui foi dito, é o atleta mais galardoado a nível nacional e isso é um motivo de grande orgulho para os jorgenses.

São Jorge está de parabéns por este atleta, mostra a dimensão de ser ilhéu da ilha Dragão e é com grande satisfação que vemos atletas como o Tiago Rodrigues e espero que no futuro possamos congratular aqui muitos mais atletas do judo clube de São Jorge.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto de congratulação é do Bloco de Esquerda, pelo dia internacional da eliminação da violência contra as mulheres. Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação pelo dia internacional da eliminação da violência contra as mulheres

A Resolução 52/134 da Organização das Nações Unidas institui o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que se assinala anualmente no dia 25 de novembro como forma de alertar para este grave problema que atinge muitas mulheres, tanto em casa como no local de trabalho, quer a nível psicológico quer físico.

Em Portugal, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres foi assinalado este ano de forma muito particular, com manifestações que ocorreram essencialmente online, devido à conjuntura atual.

O conceito de violência doméstica, em sentido lato, abrange crimes em contexto doméstico, nomeadamente violação de domicílio ou perturbação e invasão da vida privada. Em sentido estrito, o crime de violência doméstica engloba

comportamentos que se expressam por maus tratos físicos, psíquicos, ameaça, coação, injúrias, difamação e abusos sexuais.

Portugal é considerado um dos países mais seguros do mundo. Contudo, os crimes que acontecem dentro de casa mantêm-se como o "calcanhar de Aquiles" da segurança pública.

O relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) relativo a 2019 revela que 79% por crimes sinalizados são de violência doméstica (79%), e que em cada 5 vítimas, 4 são mulheres.

Os Açores são a região do país com maior prevalência de violência doméstica, com 4,1 casos por mil habitantes, enquanto que a nível nacional o valor é de 2,8 por mil habitantes. Esta matéria tem de ser, por isso, prioritária no plano de ações de qualquer governo.

O isolamento social imposto no país e na região desde meados de março do ano passado, devido ao novo coronavírus, restringe muitas pessoas às suas casas. O espaço limitado, a gestão do tempo, a alteração nas rotinas e a possível fragilidade financeira são fatores que potenciam situações de violência.

Prevenir e combater a violência doméstica e a desigualdade de género é tarefa de todos nós. Em qualquer altura, mas sobretudo numa época marcada pelo isolamento, não podemos subestimar esta chaga social.

No que à desigualdade de género diz respeito, consideramos indispensável que se atente à desigualdade no trabalho, à desigualdade salarial e às condições de trabalho das mulheres nos Açores, para que a sua participação no mundo laboral seja realizada com justiça e equidade em relação aos homens.

Mesmo perante as limitações impostas pelo combate à pandemia, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres foi assinalado, para recordar a todas e todos o muito que falta fazer para tornar o mundo num lugar seguro para as mulheres.

Assim, nos termos regimentais e estatuários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à UMAR Açores e à APAV Açores.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021.

Os Deputados, António Lima e Alexandra Manes.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Célia Pereira tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Célia Pereira** *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A violência contra as mulheres é um problema transversal a todas as classes sociais, idades e territórios. É um problema global e local que muito nos preocupa, cuja minimização e decréscimo temos procurado contribuir. Portanto, nunca é demais sensibilizar a comunidade para este problema, nomeadamente os mais jovens e sobretudo reforçar a implementação de medidas de prevenção e de apoio a mulheres vítimas de violência.

Também nunca é demais relembrar o trabalho das associações que na Região trabalham nesta área e apoiam as mulheres que na nossa Região são vítimas também deste problema.

Por isso, o grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto.

Muito obrigado, Sra. deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD associa-se a este voto que, no fundo, relembra que é preciso continuar a trabalhar porque infelizmente há muito a fazer para mitigar esse flagelo que coloca os Açores, pelos piores motivos, nas referências do relatório de segurança interna de 2019.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Presidente: Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passamos a um voto de saudação, pelo centésimo aniversário de Armando de Freitas Amaral. É apresentado pelo CDS-PP, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Executivo:

O grupo parlamentar do CDS-PP vem aqui apresentar o voto de saudação pelo centésimo aniversário de Armando de Freitas Amaral.

Voto de saudação pelo centésimo aniversário de Armando Freitas Amaral

Armando de Freitas Amaral nasceu a 23 de outubro de 1920 na freguesia da Praia de Almoxarife, no Concelho da Horta, ilha do Faial.

Frequentou o Ensino Primário nas freguesias de Cedros e Matriz, o Ensino Liceal na Horta (2.º Ciclo) e em Angra do Heroísmo (3.º Ciclo).

Em Vendas Novas cumpriu serviço militar onde fez o Curso de Oficiais Milicianos de Artilharia Ligeira e prestou serviço em diversas Unidades, tendo estado também mobilizado nos Açores em São Miguel e no Faial.

Foi funcionário do Banco de Portugal, nas Agências de Angra do Heroísmo e da Horta.

Teve uma atividade cívica ativa, participando no associativismo regional, tendo feito parte dos corpos gerentes de Sociedades faialenses e foi Vice-Presidente do Fayal Sport, clube onde também praticou futebol e basquetebol. Foi elevado a sócio honorário do Fayal Sport Clube.

Foi também Vereador da Câmara Municipal da Horta e representante na Comissão de Turismo.

Participou ativamente na política partidária em representação do CDS-PP, onde foi Presidente da Comissão Política de Ilha do Faial e da Assembleia da Ilha Terceira e membro do Conselho Regional e das comissões Política e Executiva Regionais.

Católico devoto, foi Membro da Conferência São Vicente de Paula e Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz da Horta; é Membro da congénere de Angra do Heroísmo e Ministro Extraordinário da Comunhão. Foi homenageado pela freguesia da Sé pela sua longevidade e exemplo de vida.

Na imprensa Regional, dirigiu como adjunto o "Correio da Horta", colaborou com diversos jornais de onde se destacam entre outros "O Telegrapho", "Açoriano Oriental" ou "As Flores"; é ainda, mesmo que com menor regularidade, colunista no "Tribuna das Ilhas".

Homem cultivado e de grande lucidez, é sócio do Núcleo Cultural da Horta e do Instituto Açoriano de Cultura.

Publicou vários livros, entre os quais "Crónicas de viagem", "Horta-New Bedford – Cidades por baleias irmanadas" e, no ano do seu centenário, publicou a obra "De jornais a livro" onde reúne uma coletânea dos seus artigos publicados ao longo da vida na imprensa regional.

Recebeu no Dia da Autonomia, a 9 de junho de 2014, a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de saudação pela passagem do centésimo aniversário de Armando de Freitas Amaral.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio e à sua família.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em nome do grupo parlamentar do PSD, nos associarmos ao voto de saudação apresentado aqui pelo CDS-PP, pelo centésimo aniversário do Sr. Armando Freitas do Amaral, reconhecendo também a riqueza da sua vida e de tudo o que tem feito em prol das nossas ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto:

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto de saudação apresentado foi aprovado com unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passamos aos votos de protesto. Existe um voto de protesto na Mesa que é da autoria do PSD, pelo incumprimento do Governo da República nos apoios à reparação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Incumprimento do Governo da República nos apoios à reparação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo

A passagem do furacão Lorenzo deixou um rasto de destruição em várias ilhas dos Açores, nomeadamente nas Flores, cujo Porto Comercial ficou profundamente danificado.

Os avultados e profundos estragos causados pelo furacão Lorenzo, que tiveram reflexos e impacto imediatos na economia das nossas ilhas, ainda hoje persistem.

Os efeitos negativos do furacão Lorenzo vão, infelizmente, prolongar-se por mais alguns anos.

Pelo contrário, a tão prometida solidariedade nacional foi interrompida ao fim de poucos meses.

O Governo da República do Partido Socialista, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, comprometeu-se a transferir até 40

milhões de euros para os Açores em dois anos: 20 milhões em 2019, mais 20 milhões em 2020.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor até pediu autógrafos!

O Orador: Mas no ano passado, ao contrário do prometido, não chegou nem um cêntimo para a reparação dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo. Zero!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

Deputado Francisco César *(PS):* Já te enganaram!

O Orador: Não, não é só o PSD que o diz. Nem é só o atual Governo Regional que o diz.

É o próprio Governo da República, na Síntese de Execução Orçamental apresentada em 27 de janeiro deste ano, que diz que nem um euro foi transferido para os Açores. Nada! Zero!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isto é que é investigação!

O Orador: Parafraseando um ministro socialista que não gosta dos Açores, podemos concluir que a solidariedade deste Governo da República "vale zero". No momento mais crítico da história da Autonomia, o Governo da República do Partido Socialista continua a falhar aos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado Francisco César *(PS):* É preciso ter um descaramento!

O Orador: Mesmo sem a prometida solidariedade nacional em 2020, o Governo da República passou o ano a fingir que dava e o PS/Açores a fingir que a Região recebia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Chegados a 2021, não há mais como disfarçar: a solidariedade da República falhou e o PS/Açores enreda-se em contradições para tentar explicar o inexplicável.

Senão vejamos, dois títulos jornalísticos do mesmo dia:

De manhã o título era o seguinte: «PS/Açores diz não ser admissível atraso dos apoios do Estado relativos ao Lorenzo»;

À tarde tudo mudou: «Antigo governante do PS/Açores garante que Estado cumpriu com apoios sobre Lorenzo».

Ou seja, como concluiu a Agência Lusa, «estas declarações de Sérgio Ávila contradizem as proferidas pelo presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro».

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Agora é que o Deputado Berto Messias pede uma audiência!

O Orador: Conclusão:

De manhã o Partido Socialista finge que defende os Açores, apesar de Vasco Cordeiro ter sido Presidente do Governo até 24 de novembro de 2020 e nunca ter questionado a República sobre a falta dos prometidos 20 milhões;

Da parte da tarde, o PS/Açores mostra a sua verdadeira face e faz avançar Sérgio Ávila para defender o Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ora aí está! É verdade!

O Orador: Senhores deputados Vasco Cordeiro e Sérgio Ávila, entendam-se!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Estava atento!

O Orador: Os senhores devem uma explicação aos açorianos.

Deputado Francisco César *(PS):* O chato é que te enganaram!

O Orador: É, no mínimo, embaraçoso que, estando em causa o superior interesse dos Açores, duas das principais figuras do Partido Socialista se

contradigam mutuamente – no mesmo dia – numa matéria tão importante como é a reparação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo.

Como se não bastasse esta evidente contradição entre ambos, registam-se ainda as contradições dos próprios Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro para tentar justificar aquilo que é injustificável.

As desculpas de Sérgio Ávila parecem uma rábula do Gato Fedorento: 'Está pago, mas o dinheiro não veio. Mas está pago. Só que o dinheiro não veio'.

E as desculpas de Vasco Cordeiro não são menos risíveis: 'O dinheiro não chegou, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: … mas nunca perguntei à República porquê. Estamos ao lado dos Açores, mas nunca perguntámos nada à República'.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Desculpas à parte, continua a pergunta no ar: Onde é que param os 20 milhões de euros? Nos Açores é que não estão de certeza.

Como vimos, no que depender do Partido Socialista dos Açores o dinheiro para a reparação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo nunca chegará.

O incumprimento do Governo da República é inaceitável e merecedor de repúdio por parte dos representantes do Povo Açoriano.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Trata-se de uma afronta da República aos Açores que não tem perdão, por mais desculpas que o Partido Socialista invente.

Não é aceitável a falta de solidariedade que o Governo da República está a demonstrar.

Recordamos o que disse o Senhor Presidente da República durante a sua visita à ilha das Flores em outubro de 2019: «A solidariedade não se esgota num

minuto, num momento e num determinado instante. Não, [a solidariedade] continua.»

Só o Partido Socialista e o Governo da República é que fingem não perceber isso.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto ao Governo da República pelo incumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, de 25 novembro, por não ter transferido para a Região, no ano económico de 2020, uma verba de até 20 milhões de euros. Do presente voto será dado conhecimento ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro-Ministro.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral e Bruno Belo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Francisco César *(PS):* Foi bem enganado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Sr. Deputado Rui Martins faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente, como diz este voto de protesto aqui apresentado pelo PSD, esta situação é, no mínimo, digna da secção de insólitos, mas na verdade isto é muito mais sério e eu quero acreditar na boa fé do anterior presidente do executivo Açoriano, o agora Deputado Vasco Cordeiro, com as afirmações que faz, a dizer que é lamentável não ter havido essa transferência. Mas também, por outro lado, não quero desconfiar ou pôr em causa a boa fé do anterior Vice-Presidente do Governo Regional e responsável pela área financeira, quando diz que efetivamente essa transferência foi feita. Julgo que esta câmara merece algumas explicações, até porque, na verdade, não deixa de ser estranho que os pagamentos de 2020 tenham chegado em 2019, aparentemente, e ainda por cima com uma celeridade nunca vista, porque atendendo ao levantamento dos estragos e àquilo que foi a quantificação do que é que teriam de ser os apoios, surpreende-me bastante.

Por isso, gostaria, obviamente e terão aqui oportunidade de poder clarificar esta situação porque eu, sem dúvida nenhuma e não ponho em causa e não quero pôr em causa a boa fé destes dois intervenientes do governo anterior.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

(*) **Deputado Sérgio Ávila** *(PS):* Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

As matérias de relacionamento com o Governo da República são, sem dúvida, um aspeto estruturante da atividade, não só desta Assembleia, como do posicionamento que esta Assembleia deve ter perante o Governo da República: um posicionamento exigente, um posicionamento rigoroso, um posicionamento de defesa intransigente dos interesses da Região.

E para se fazer, efetivamente, esta defesa é preciso que cada momento em que nós possamos e devemos criticar quando temos razão e exigir ao Governo da República se faça com rigor, se faça com absoluto respeito pela verdade e pela realidade. Se nós entramos e utilizamos esse instrumento, que tem de ser necessariamente utilizado muitas vezes, protestar com a República quando, quando a República não cumpre, exigir do Governo da República quando o Governo da República não cumpre, não o podemos fazer quando isso não acontece, sob pena de perdermos a nossa credibilidade e perdermos a força …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Nos últimos cinco ou seis anos não me lembro dos senhores terem feito isso!

O Orador: … que um voto de protesto que foi necessário no passado, será necessário no presente e será necessário no futuro, possa ter credibilidade da Região perante a República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Se começamos a utilizar o voto de protesto para fazer política partidária …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Espelho meu, espelho meu!

O Orador: … e não para defender a Região, estamos a perder um elemento fundamental da reivindicação e do poder que devemos ter de exigência perante a República, porque quer queiramos, quer não, Srs. Deputados, no passado, no presente e no futuro o Governo da República irá necessitar, independentemente do partido que o compõe e independentemente das maiorias da Região, vamos precisar sempre de ter votos de protesto contra posições da República, como tivemos no passado e como vamos ter sempre no futuro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Executadas!

O Orador: Por isso mesmo é que este voto, hoje, com este contexto não tem razão de ser e permitam-me dizer que não tem razão de ser porque o Governo da República, no final de 2019, assumiu um compromisso público com a Região, assegurar a comparticipação em 85% das despesas efetivamente executadas, decorrentes do furacão Lorenzo e isto foi cumprido até ao final de 2020.

Vamos a contas, de acordo com os dados que temos a execução de despesas, em relação aos investimentos necessários do furacão Lorenzo, totalizariam no final de 2020, 32, 5 milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação de 85%, que é de 27,6 milhões de euros. Até ao final de 2020, a Região recebeu 20 milhões de euros de transferências diretas do Orçamento de Estado e 8,2 milhões de euros transferidos pela República do Fundo Europeu de Emergência, o que totaliza 28,2 milhões de euros, ou seja, até ao final de 2020 a Região recebeu um pouco mais dos 85% de apoio que estava contratualizado e que estava definido. Portanto, não houve, ao contrário do que está a ser dito, não houve falta de compromisso do Governo da República. A norma no orçamento de estado de 2020 era até 20 milhões em função da execução e precisamente por esta realidade – e é a parte que omitem – para o orçamente de estado de 2021, apresentado na Assembleia da República a 15 de outubro, a dotação que está inscrita para transferências para os Açores, no âmbito do furacão Lorenzo é de 38 milhões de euros, ou seja, o que corresponde precisamente à nossa solicitação, tendo em conta que tínhamos previsto na nossa projeção …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Olhe que não!

O Orador: … que em 2021 a execução de despesas que se tinham iniciado em 2020 era de 45,1 milhões de euros, aos quais 85% corresponde aos 38. Ao que acresce também o reforço de fundos comunitários …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mais uma vez contra os Açores e a favor do PS!

O Orador: … correspondente aos 233 milhões de investimentos a se iniciar em 2021.

O que quero dizer com isto é que até ao final de 2020 o Governo da República cumpriu o compromisso no âmbito da comparticipação de 85%, inscreveu no orçamento de estado de 2021…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Olhe que não!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Mentira!

O Orador: … a dotação necessária para manter esse compromisso e assegurou, por via de reforço de fundos comunitários, também os correspondentes 85% dos investimentos a iniciar em 2021.

Não quer dizer que o Governo da República possa não vir a cumprir, o que podemos assumir é que, em termos de compromisso, até ao final de 2020 foi efetivamente cumprido.

Não nos cabe aqui, nem pretendemos defender qualquer Governo da República independentemente da sua maioria partidária.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor defende é este Governo da República!

O Orador: O nosso património é de defesa intransigente dos Açores independentemente da cor do Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Diga lá onde!

O Orador: Estivemos contra posições do Governo da República quando foram contra os Açores; estivemos a favor, quando foram a favor dos Açores. É esse, efetivamente, o nosso património, o qual queremos continuar e penso que não é fazendo um voto de protesto numa situação em que não é justificação para protesto, que nós valorizamos, não só esta importante figura regimental para defesa da nossa autonomia, como valorizamos esta mesma Assembleia.

Deputada Andreia Costa *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Primeiro o PS, segundo o PS e em terceiro o PS!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isto aqui não é nenhum espelho!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este assunto, em primeiro lugar, começaria por dizer que merece todo o esclarecimento e toda a transparência.

Há duas versões contraditórias, como já percebemos, mas julgo que quem está no governo e quem afirma que efetivamente há um compromisso que não foi cumprido tem de o demonstrar e tem de o demonstrar perante esta Assembleia. E algo tão simples como pegar em toda a documentação e enviar a este Parlamento, para que o Parlamento possa analisar. E assim ficamos todos com a mesma informação porque não sei se há grupos parlamentares com mais informação do que outros, o que o Bloco de Esquerda sabe é que não tem condições de avaliar se este compromisso foi ou não cumprido e o governo tem uma forma muito simples de o demonstrar, é fazer chegar ao Parlamento a informação relevante.

Em segundo lugar, se um compromisso não foi cumprido é óbvio que merece o protesto desta Assembleia. Não há dúvidas nenhumas sobre esta matéria. E nós damos o benefício da dúvida, ficamos à espera de ser esclarecidos como julgo que é obrigação do governo esclarecer esta Assembleia, aliás, antes da Assembleia protestar.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está disponível!

O Orador: Por outro lado, penso que não posso deixar de fazer uma referência àquela que é a linguagem deste voto. Este voto não é um voto, é uma declaração política. E é uma declaração política que, legitimamente, poderia ter sido feita aqui, cuja linguagem, julgo eu, não dignifica esta Casa e lamento que este seja o registo que se queira impor neste Parlamento.

O Bloco de Esquerda nunca votaria a favor de um voto, mesmo que concordasse, que dissesse que: "as desculpas de Sérgio Ávila parecem uma rábula do Gato Fedorento."

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Isto não é uma linguagem que este Parlamento deva aprovar e deva enviar seja para quem for. Há limites à forma de ferir a dignidade deste Parlamento e julgo que este limite aqui está nitidamente a ser ultrapassado.

No entanto, o Bloco de Esquerda não quer tomar sobre esta matéria uma posição definitiva …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Pelo amor da santa!

O Orador: … e, por isso, irá abster-se no voto, esperando obviamente que, da parte do Governo, haja rapidamente uma informação a este Assembleia sobre aquilo que efetivamente foi ou não pago e aí sim, o PSD poderá apresentar, se se confirmar, apresentar novamente um voto que espero um pouco mais digno do que este …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O Bloco é que não pode!

O Orador: … e o Bloco de Esquerda cá estará para aprovar se o assim for.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Esqueceu-se do voto que apresentou aqui ontem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ao contrário do Bloco de Esquerda, o único limite para o PAN é apenas o desrespeito, de resto até gosto de parábolas, adoro, obviamente, sátiras e também gosto muito do Gato Fedorento. Desde que não haja desrespeito, para mim não há qualquer limite. O limite para mim, e pelos vistos é só para a representação parlamentar do PAN, é que eu recebo um voto de protesto, do qual eu não tenho conhecimento *à priori,* não tenho forma de o analisar, eu pragmaticamente sou uma pessoa pragmática e voto de forma consciente, seja a favor e pelo título, obviamente, que se há um incumprimento, sou totalmente a favor, a mim não me interessa sequer a exposição, interessa-me sim, se existe um incumprimento do Governo da República, ele tem de cumprir e ponto final. O problema é que a representação parlamentar do PAN – não sei se o problema é meu, não tenho informação adequada – se o PS tem razão ou se o PSD tem razão e o problema é que eu gostava de ter essa informação. Ou vou fazer sozinho, juntamente com o meu gabinete, ou agradeço que me deem essa informação. Até agora não vou votar nem a favor, nem vou votar contra, vou abster-me e é aquilo que vou fazer sempre de futuro quando não tenho conhecimento de causa, ou por falta de recursos humanos, ou por falta de informação da minha parte ou de ignorância.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, há uma prova referenciada aqui no voto e está ao alcance de todos. A informação não é uma informação privilegiada dos grupos parlamentares que apoiam o governo ou que não apoiam o governo, está no âmbito da síntese da execução orçamental. E qual é o valor que lá está? Zero!

Portanto, esta informação é uma informação, Sr. Deputado António Lima, que v.exa. terá acesso como todos nós, é pública, sr. deputado, está publicada, …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Publicada!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* À distância de um clique!

O Orador: … o sr. deputado faz a consulta à documentação que está disponível para que todos a possam ver. Se não a viu, se não a analisou a responsabilidade é sua, sr. deputado, como também é do Sr. Deputado Sérgio Ávila, porque veio aqui referenciar um conjunto de dados, é desmentido pelo próprio Governo da República, porque o Governo da República nem sequer proclama inocência, porque diz: "Nós executámos zero! Nós executámos zero!" e, portanto, em relação a essa matéria é o próprio Governo da República que assume a sua responsabilidade e que a documenta, não são declarações, nós não executámos, portanto, toda a argumentação que v.exa. aí desenvolveu não tem cabimento. Mas mais, vamos considerar que v.exa. tem razão, que a sua argumentação, vamos considerar, hipoteticamente, que v.exa. tem razão, vamos supor, existiria aqui um problema gravíssimo, v.exa. diz: "não, não é só o que é prometido, mas aquilo que foi executado", então, se a verba que estava prevista vir para o Açores, não veio foi porque o governo que v.exa. integrava não teve capacidade para executar a verba e, portanto, também aí, mesmo que fosse verdade, também v.exa. aí não tinha forma…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Pode apresentar um voto de protesto amanhã!

O Orador: … de fugir das suas responsabilidades, sendo que, estas matérias eram da sua responsabilidade.

Por isso, é evidente que o voto é um voto de protesto, tem cabimento e é necessário no âmbito da defesa da autonomia. Tem algumas figuras de estilo!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Com certeza! Mas o debate parlamentar não deve ser um debate cinzento. O debate parlamentar, mesmo o vocabulário que é utlizado deve ser respeitoso e é. A rábula do Gato Fedorento é ensinada às crianças, nada tem de ofensivo, é instrutivo, é pedagógico!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Depois do texto do discurso dos porcos … !

O Orador: Eu considero que é pedagógico e o Governo da República… O que é que é a pedagogia? Nós temos de transmitir, de forma pedagógica, ao Governo da República que deve assumir os seus compromissos e por isso, é preciso transmitir isto utilizando todo os instrumentos pedagógicos que significam uma vantagem e que permitam que o Governo da República faça e perceba aquilo que é evidente, mas, este tipo de pedagogia é essencial.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Termino, dizendo também que evidentemente também é pedagógico e é politicamente assertivo também, para a defesa da autonomia e também para que o Parlamento cumpra os seus propósitos, referenciar que, de facto, existe um incumprimento do Governo da República e que esse incumprimento coloca em dificuldades o próprio Partido Socialista nos Açores. Eu tenho fé que o Governo da República, verificando as dificuldades em que está a colocar os seus camaradas nos Açores, possa envergonhar-se e que possa dar-vos uma mão.

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* E passar a transferir! Como não pensámos nisso!

O Orador: É que vos dando uma mão neste assunto, estão a dar uma mão aos Açores! E por isso, também por aí, acho que este voto cumpre o seu propósito.

É evidente, para terminar, que o Bloco de Esquerda apareceu aqui um pouco como "inocente". Não é inocente porque este Governo da República está lá porque v.exa. o apoia e, portanto, v.exa. também tem responsabilidades nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não se esqueça do que está a dizer!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Hei as matracas!

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós certamente não vamos hoje discutir aqui as relações do centralismo lisboeta com as autonomias constitucionais, se não o debate ia até ao fim da manhã.

Todos os partidos têm os seus Marcos Guedes, todos eles! Todos têm os seus Marcos Guedes e o Partido Socialista ainda recentemente com a gestão do Lei do Mar revelou bastantes Marcos Guedes e, portanto, … Eu gosto muito de exemplificar o caso do Marco Guedes porque esse é o expoente máximo do centralismo lisboeta e, portanto, o Partido Social Democrata há de engolir esse copo até ao fim, bebê-lo todo, bem cheio e bem gordo. Mas, não vão dizer que eu discuti o centralismo, o que estamos aqui a discutir é uma questão de narrativa. Que é aquilo que o Partido Socialista, desde que está no Governo da República, desde sempre, com exceção talvez do Dr. Mário Soares que era um homem que, apesar da sua ideologia, gostava de dizer a verdade às pessoas. Mas, o que é facto é que, nos últimos anos que fomos assolados por catástrofes naturais, que é uma coisa com a qual vivemos desde que fomos descobertos

pela primeira vez e povoados, nos acontece e sempre que há um governo socialista na República, acontece-nos uma coisa, milhões! Apregoa-se logo 63 milhões, lembro-me eu, em 2015 ou 2016 com a queda do Porto de Ponta Delgada, 63 milhões, na verdade, Fundo de Coesão, gastem lá o dinheirinho, façam a obra, endividem-se que agente depois vai dar aqui uma parte desse dinheiro para acabar essa obra. Verdade, Sr. Presidente, verdade Sr. Presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista.

E este é mais um caso destes. Rapidamente apareceram milhões porque eram precisos milhões e agora nós vamos ter de nos endividar, as empresas do SPER vão ter de se endividar, as câmaras municipais vão ter de se endividar, a lançar os procedimentos, a fazer as obras, a acabar tudo e no fim vão vir vão vir parte desses milhões. E, portanto, isto não é uma questão de mais socialismo, menos socialismo, mais centralismo, menos centralismo. O centralismo está lá, permanentemente e nós estamos aqui para nos defender disto, é uma obrigação nossa, é para isso que nos elegem, ou então é porque o povo dos Açores não percebe qual é a essência da autonomia e nós então temos de fazer aqui outra coisa, temos de fazer pedagogia da essência da autonomia. Certo?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Portanto, meus amigos, o que fica bem claro com este processo dos apoios aos estragos do furacão Lorenzo, que já passou bastante tempo sobre a ocorrência, é mais uma vez uma diferença entre a prática e a narrativa do momento de quem quer aparecer à frente dos ecrãs das televisões ou no Facebook a dizer aquilo que depois não vai cumprir e por isso, a Iniciativa Liberal vai associar-se a esse voto de protesto do Partido Social Democrata porque entende que é desta Casa que devem sair os recados para a República, para que a República perceba que nós não estamos aqui a dormir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para? Os membros do governo não podem participar neste debate.

Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Era para disponibilizar informação à Mesa que pudesse ser distribuída pelos srs. deputados sobre esta matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário, assim que chegar á Mesa será distribuída às Sras. e aos Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Sérgio Ávila, eu, em parte, estou de acordo consigo, nós quando protestamos ou quando reivindicamos alguma coisa devemos ter algum rigor e a credibilidade necessária para o fazer, sob pena de este próprio argumento cair no descrédito e devo-lhe dizer, sr. deputado, que o sr., na minha opinião, não tem contribuído muito para essa credibilidade e para esse rigor e vou-lhe dar

aqui exemplos seus, daquilo que disse: no dia 22 de fevereiro, na sequência da resposta a um requerimento do PSD, o sr. diz: "os governantes atuais não estão a perceber ou estão de má fé", porque o compromisso que havia era de, no âmbito do somatório das verbas do fundo e do orçamento de estado, assegurar a comparticipação de 85% das despesas que a Região suportou, relativamente ao furacão Lorenzo. Destacou também que no orçamento de estado de 2020 estava previsto o pagamento de 20 milhões de euros, valor que não foi transferido porque, pura e simplesmente, já tinha sido transferido. Não foram pagos 20 milhões de euros, que estavam previsto em 2020 no orçamento de estado, pura e simplesmente, porque já tinham sido pagos em 2019 e não havia execução da despesa que correspondesse a essa participação.

Sr. deputado, primeira questão: o sr., em 11 de fevereiro, nesta Casa, aquando da aprovação da revisão do orçamento o sr. diz o seguinte, a explicar os valores constantes da revisão: "de modo mais específico, em 2020, as ações de reconstrução e de recuperação das infraestruturas, bem como os apoios económicos e sociais resultantes do furacão Lorenzo, serão financiados em 26,5 milhões de euros pelo saldo orçamental transitado de 2019 e 25, 4 milhões de euros através de uma nova transferência do Governo da República, concretizando na íntegra os compromissos de assumir 85% dos custos de reconstrução e 7,4 milhões de euros do fundo de solidariedade da União Europeia.

Mais, o sr. dizia ainda: o saldo orçamental resulta da primeira transferência de 20 milhões de euros efetuada pelo Governo da República, no final do ano passado – estávamos em 11 de fevereiro de 2020 – para a reconstrução, conjugada com o facto da Região ter conseguido uma execução total e então depois o sr. enaltecia as suas capacidades de gestão e dizia que a receita tinha sido concretizada em 99,8%, conseguindo obter uma poupança de 7,5 milhões de euros, portanto, sr. deputado, foi o sr. que disse o que disse e depois se

contradisse e agora, voltou outra vez a vir lançar fumo para que nós não pudéssemos perceber ou ficássemos, pelo menos, iludidos sobre aquela que tinha sido a sua postura em relação ao Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Mas ainda por falar em matéria de credibilidade e de rigor, eu vou-lhe citar uma coisa muito recente. Há poucos dias o Sr. Deputado Vasco Cordeiro apresentava dúvidas sobre um valor relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência, mas para lhe dizer o seguinte, em 10 de setembro de 2020, o Dr. Vasco Cordeiro anunciou um pacote de fundos comunitários, entre os quais incluíam 720,1 milhões de euros para o Plano de Recuperação e Resiliência. Em 15 de outubro – e aí os srs. ainda eram governo – o Governo da República disponibilizou publicamente a versão preliminar do Plano de Recuperação e Resiliência …

Presidente: Sr. Deputado, Sr. Deputado Bruno Belo! Sr. Deputado Bruno Belo! Sr. Deputado Bruno Belo estamos a discutir as verbas do furacão Lorenzo e, portanto, agradecia que, e está no final deste debate, se mantivesse nessa linha.

O Orador: Sr. Presidente acatarei a sua sugestão, no entanto, a matéria a que me estava a referir era simplesmente a responder àquela acusação de falta de rigor que o PSD apresentava no seu voto. Vou concluir muito rapidamente, só para dizer uma coisa, nessa altura, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, "das duas uma" ou o sr. não perguntou à República o que é que se passava pela falta desse montante, e aí decorre da falta do seu trabalho, ou então …

Deputado Francisco César *(PS):* Mas está a interpelar uma pessoa que não pode responder!

O Orador: … sabendo o que já sabia, é que aí é que não teve a credibilidade a boa fé suficiente para depois questionar aquilo que questionou. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção dispensada. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Sérgio Ávila pede a palavra para?

Deputado Sérgio Ávila *(PS):* Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Protesto a?

Deputado Sérgio Ávila *(PS):* Em relação às declarações do Sr. Deputado Bruno Belo e as referências que fez à qualificação das minhas declarações.

Presidente: Faça favor, Sr. deputado, tem três minutos, faça favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila** *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Vou ser muito rápido porque acho que não devemos perder tempo com determinadas terminologias, mas Sr. Deputado Bruno Belo eu acho que o debate parlamentar deve ter efetivamente rigor e o que o sr. fez aqui foi algo que, para tentar justificar uma posição e uma contradição, omitiu simplesmente uma coisa. O sr. deputado citou declarações minhas do dia 22 de fevereiro, depois citou declarações minhas do dia 11 de fevereiro para demonstrar a contradição, só que não disse o essencial, …

Deputada Andreia Costa *(PS):* Resta saber de que ano!

O Orador: … as minhas declarações do dia 22 de fevereiro eram deste ano, as minhas declarações de 11 de fevereiro eram do ano passado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: … Não era uma diferença de 11 dias, era de um ano e 11 dias! Um ano e 11 dias e isso faz toda a diferença!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Diferença temporal!

O Orador: Porque o que está aqui em questão, para resumir esta matéria, é que o compromisso do Governo da República foi de apoiar 85% das despesas executadas e o Governo cumpriu. Transferiu 20 milhões em 2019, tinha previsto transferir 20 milhões em 2020, mas tendo em conta a execução efetiva dos investimentos do furacão Lorenzo até ao final de 2020, o que tinha transferido em 2019 mais os fundos europeus que transferiu correspondiam aos 85% e como houve um desfasamento da execução face à previsão, o montante previsto orçamentado de 2020 passou para 2021, mantendo o governo o compromisso, como teve até agora, de apoiar 85% da execução.

É esta a realidade, o resto é demagogia política, o resto é tentar iludir as pessoas como foi aquilo que o sr. fez em tentar demonstrar uma contradição minha falando de 11 de fevereiro e de 22 de fevereiro e omitindo que o 11 de fevereiro era do ano passado e que o 22 de fevereiro era de este ano. Ou seja, não era a diferença de 11 dias, era a diferença de um ano e 11 dias, onde esta realidade efetivamente se alterou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Sr. Deputado Bruno Belo para um contraprotesto, tem dois minutos. Faça favor.

Deputado Francisco César *(PS):* Peça desculpa, fica bem!

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Sérgio Ávila eu não tenho e o PSD não tem nada que o sr. se coloque ou se prefira colocar ao lado do Governo da República e deixe de se colocar ao lado dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: O PSD não tem nada contra! É um direito que lhe assiste, sr. deputado, agora, aquilo que é verdade e aquilo que são os factos puros é que a execução orçamental feita pelo Governo da República diz que foi transferido zero e é esse o facto indesmentível. E aqui, sr. deputado, se há alguém que tem de pedir desculpas a alguém, é o sr. e o Partido Socialista aos açorianos por ter iludido, ao longo desse tempo, e não ter exigido da República aquilo a que se tinham comprometido.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Presidente: Muito obrigado.
Vamos passar à votação deste voto:
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;
A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.
Sr. Secretário faça favor.
Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.
O voto de protesto apresentado foi aprovado com 29 votos a favor, 25 contra e duas abstenções. A favor: 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CHEGA, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal. 25 contra do PS e 2 abstenções do BE.
Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.
Vamos prosseguir com os votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo PSD, pelo falecimento do Sr. António Pais da Silva. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento de António Silva

António Pais da Silva, nasceu na ilha Graciosa em 24 de outubro de 1954.
Comerciante de profissão, ficou conhecido na ilha Graciosa como homem da música e da cultura, improvisador, trompetista, cantador ao desafio, sendo o último cantador local a partilhar o palco em festas na ilha Graciosa com os cantadores convidados das outras ilhas.,
Carinhosamente conhecido como "Bolas", o senhor António era acarinhado pelos seus pares na cultura popular que tanto anima o viver açoriano com cantigas ao desafio por todas as ilhas e lugares da nossa região.
Participou em vários encontros regionais de cantadores onde se popularizou e tendo, nessa medida e pela sua sempre boa disposição e perspicácia, sido um dos embaixadores da cultura popular da Freguesia de Nossa Senhora da Luz e da ilha Graciosa.
A sua última cantoria ocorreu no passado mês de setembro de 2019, no encerramento das Festas de São Miguel Arcanjo, no lugar das Almas.
António Pais da Silva notabilizou-se, igualmente, como executante de trompete na Filarmónica União Popular Luzense, tendo também feito parte dos seus órgãos sociais.
No passado mês de dezembro de 2020 a Assembleia Geral da Filarmónica União Popular Luzense votou, por unanimidade, a distinção do trompetista e cantador da Freguesia da Luz, António Pais da Silva, como Sócio Honorário da coletividade.

Durante as cerca de cinco décadas em que esteve no ativo como executante de trompete também colaborou com outras bandas filarmónicas graciosenses, quando estas representavam a ilha em deslocações ao exterior.

António Pais da Silva foi também, durante largos anos, trompetista em espetáculos tauromáquicos na Praça de Toiros da Ilha Graciosa.

Foi um dos sócios fundadores do Grupo Desportivo Luzense.

Integrou os órgãos sociais da Irmandade do Divino Espírito Santo de Nossa Senhora da Luz.

Foi coralista no Grupo Coral de Nossa Senhora da Luz, tendo regido várias vezes o mesmo em substituição do maestro titular.

Teve também participação cívica pública integrando diversas vezes listas do Partido Social Democrata em eleições para as autarquias locais.

António Pais da Silva faleceu no passado dia 30 de janeiro de 2021 aos 66 anos de idade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu pesar pelo falecimento de António Pais da Silva, cujo contributo de vida na cultura, na vida pública e social, em especial na alegria e boa disposição que trazia junto do povo que o acarinhava, o notabilizaram como Luzense e Graciosense.

Que deste voto seja dado conhecimento à família enlutada.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral e João Bruto da Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Manuel Ramos tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Manuel Ramos** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo parlamentar do Partido Socialista se associa com profunda consternação a este voto de pesar.

É sempre triste ver partir um graciosense prematuramente que se dedicou de alma e coração ao engrandecimento da cultura na ilha da Graciosa e consequentemente nos Açores.

Destacou-se também como um exímio improvisador muito acarinhado pelos seus pares, pelo cunho irónico e alegre que dava às suas cantigas de improviso.

A cultura popular açoriana ficou mais pobre com o desaparecimento do Sr. António Pais.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto de pesar é apresentado pelo CDS-PP, pelo falecimento do Dr. Augusto Botelho de Sousa Cymbron. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento do Dr. Augusto Botelho de Sousa Cymbron

O Dr. Augusto Botelho de Sousa Cymbron, natural de Lisboa, onde nasceu a 10 de julho de 1944, faleceu no passado dia 12 de outubro, com 76 anos de idade.
Casado, pai de 4 filhos e avô de 7 netos, vivia em Ponta Delgada desde tenra idade, onde concluiu os estudos no antigo liceu Antero de Quental e licenciou-se em História pela Universidade dos Açores.
Pessoa de caráter e convicções marcantes foi empreendedor e apesar da doença progressivamente incapacitante de que padeceu nos últimos anos da sua vida, não deixou de lutar ativamente pelas causas em que acreditava.
Dedicou a vida aos negócios e às empresas da família na Ilha de São Miguel onde fundou e foi gestor de várias empresas de diversas áreas de negócios. Foi proprietário de um estabelecimento comercial de mobiliário e em 1995 regressa à Sociedade A.C. Cymbron, Lda.. No ano 2000 é nomeado gerente dessa empresa e de outras sociedades do grupo familiar.
Em 2006 foi eleito presidente da Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis (ANAREC).

Em 2008 funda com o seu filho, Carlos Cymbron, a Sociedade José Cymbron, Lda. e constrói junto ao Azores Park um posto de abastecimento de combustíveis com uma loja de conveniência.
Em 2012 este percurso profissional foi distinguido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que pela Resolução n.º 8/2012 atribuiu ao Dr. Augusto Cymbron a insígnia autonómica de mérito industrial, comercial e agrícola.
Simultaneamente exerceu uma ativa participação cívica na sociedade Açoriana.

Fruto de um minucioso trabalho de pesquisa, ao longo de vários anos, realizou um estudo pioneiro que culminou na publicação, em 2017, do livro intitulado "Açorianos Ilustres", pela editora Letras Lavadas, onde ao longo de 502 páginas o Dr. Augusto Cymbron descreve as biografias de açorianos ilustres das mais variadas áreas.

No campo político aderiu, em 1975, ao partido político "Partido do Centro Democrático Social – C.D.S.", que fora fundado a 19 de julho de 1974, tendo sido um dos fundadores deste partido nos Açores. Entre outras, exerceu as funções de presidente do conselho regional do CDS-PP Açores; foi conselheiro nacional do CDS-PP; em 2011, nas eleições legislativas, foi cabeça de lista do CDS-PP pelo círculo eleitoral de fora da europa; em 2014 foi eleito presidente da comissão política de ilha de São Miguel e desde 2015 era Vice-Presidente da Comissão Política Regional do CDS-PP Açores.

O Dr. Augusto Cymbron foi uma pessoa de caráter, um Homem de causas que se pautou por princípios e valores que o farão ser sempre uma referência para os Açorianos.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento de Augusto Botelho de Sousa Cymbron.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA associa-se também a este voto de pesar, como todos os votos que são de homenagem às grandes figuras açorianas para que nunca sejam esquecidas.

Pessoalmente, tive o privilégio de poder trabalhar com o Dr. Augusto e resta-me prestar-lhe essa última homenagem, até em termos políticos, que era um homem que não desistia, mesmo já faltando as forças físicas, as espirituais mantiveram-se lá, um homem convictamente de direita que sabia ter uma palavra amiga e de incentivo, fosse qual fosse o nosso caminho.

Muto obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Se eu fosse um homem de votos, este seria, provavelmente, o primeiro voto de pesar que eu iria apresentar aqui no Parlamento dos Açores, mas infelizmente, não me ocorreu e fiquei muito contente quando o Sr. Deputado Pedro Pinto me disse que ia apresentar esse voto de pesar pelo falecimento do nosso Augusto, como assim o conhecemos e até há poucos dias, ainda antes das eleições, o encontrei no Santuário da Esperança, onde recorremos os dois com muita frequência e lhe disse que iria ser candidato da Iniciativa Liberal e o Augusto na sua sinceridade deu-me um abraço e disse: "Oh Nuno, Liberal é que não!" Quem conheceu o Augusto como nós conhecemos deve conseguir imaginar a expressão dele e a minha deceção! O Augusto achava que eu deveria ser um parlamentar de tudo, menos um parlamentar liberal. Aliás, ele sempre me acusou de ser demasiado liberal e eu sempre gostei muito de ser um liberal, pelo

menos, em algumas das minhas convicções e, portanto, não posso deixar de associar ao voto do partido que aqui represento a este voto de pesar pela morte do nosso Augusto Botelho de Sousa Cymbron.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata dos Açores também se associa a voto de pesar pelo falecimento do Sr. Engenheiro Augusto Cymbron.

O Sr. Augusto Cymbron era, efetivamente, uma pessoa extremamente conhecida em São Miguel e nos Açores, um homem forte, de convicções fortes, um homem que não torcia, quebrava e, apesar dessas convicções que assumia, nunca deixou de ser um democrata, nunca deixou de aceitar o diálogo, nunca deixou de reconhecer aos outros espaço democrático para o livre e saudável debate.

E, nesta medida, associamo-nos também a este voto e reconhecendo todo o percurso profissional e político que merece o nosso respeito e a nossa vénia, associamo-nos a este voto de pesar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto:

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O próximo voto de pesar é apresentado pelo PSD, pelo falecimento do Padre José Agostinho de Sousa Barreiro. Para a sua apresentação tem a palavra ao Sr. Deputado Flávio Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento
do padre José Agostinho Sousa Barreiro

José Agostinho Sousa Barreiro, nasceu a 8 de março de 1937 na freguesia da Lomba da Maia, concelho da Ribeira Grande, filho de Mariano Pacheco Barreiro e de Teresa de Jesus Sousa.

Aos treze anos ingressou no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, tendo terminado o curso de Teologia em 1962, tendo sido ordenado sacerdote no dia 3 de junho do mesmo ano, com apenas 25 anos de idade.

No dia 1 de julho de 1962 celebrou a sua primeira missa e é nomeado pároco da paróquia da Lomba de São Pedro, concelho da Ribeira Grande, pelo bispo Dom Manuel Afonso de Carvalho.

Prestou serviço como capelão militar em Moçambique, por altura da guerra colonial, funções que desempenhou até 14 de abril de 1970, passando posteriormente para a paróquia da Achada e onde permanece até à sua aposentação.

A 11 de novembro de 1970 iniciou a sua ligação ao concelho do Nordeste através da sua nomeação enquanto pároco da freguesia da Achada, onde desenvolveu a sua atividade religiosa até ao dia 10 de março de 2018, tendo-se aposentado com 81 anos de idade.

No concelho do Nordeste exerceu, também, as funções de pároco das freguesias da Achadinha, Santana e Salga e acumulou o trabalho de professor na Telescola, de 1974 a 1982, na freguesia da Achada. No ano de 1982 iniciou a sua atividade letiva na Escola Preparatória do Nordeste, terminando a sua carreira docente no ano letivo de 1998/99 na já denominada Escola Básica Integrada e Secundária do Nordeste.

Pela sua dedicação e serviços relevantes à causa nordestense, em 16 de junho de 2001, recebeu, pelas mãos do então presidente da Câmara Municipal do Nordeste, José Carlos Barbosa Carreiro, a medalha de mérito municipal e a 14 de junho de 2012, um voto de congratulação na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo seu jubileu sacerdotal.

O Padre José Agostinho Sousa Barreiro nasceu no concelho da Ribeira Grande, mas foi no Nordeste que de uma forma apaixonada e dedicada colocou todo o seu trabalho ao serviço dos seus paroquianos e alunos de tal forma que é lembrado por todos os nordestenses e em particular pelos habitantes da Achada, Achadinha, Santana e Salga, como um pároco e professor de excelência, transmitindo sempre muita paz, harmonia, simplicidade e humildade. Um *homem bom* e um *bom amigo*, como muitas vezes lhe chamavam.

Por vontade própria foi sepultado no cemitério da Achada, no concelho de Nordeste, prolongando para sempre a sua ligação ao Nordeste e aos nordestenses.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Padre José Agostinho Sousa Barreiro. Do presente voto seja dado conhecimento à sua família, à Câmara e Assembleia Municipal do Nordeste, às juntas de freguesia do concelho, à Câmara e Assembleia Municipal da Ribeira Grande, à Junta de Freguesia da Lomba da Maia, à Ouvidoria do Nordeste e à Diocese de Angra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021.

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Elisa Sousa, Flávio Soares e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Contente faça favor.

(*) **Deputado José Contente** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de pesar porque, efetivamente, não só tivemos conhecimento e conhecemos o Sr. Padre José Agostinho, nomeadamente nos dezasseis anos em que exercemos atividade governativa e por sabermos que ele foi, de facto, uma pessoa grandemente dedicada ao Nordeste, independentemente de, como já foi dito, ter nascido noutro concelho. Aliás, a sua vida e obra está plasmada num livro que foi escrito pelo Eduardo Jorge Lima Melo e que reflete bem todo este percurso que aqui está e até concordamos com algumas passagens deste voto que estão também *ipsis verbis* – mas isso não tem nada de mal – relatadas no voto da Câmara Municipal do Nordeste, no dia 21 de fevereiro.

Mas, é sobretudo a obra, o trabalho e a dedicação ao Nordeste que nós hoje queríamos realçar e naturalmente também deixar de associarmo-nos a este voto de pesar, pelo facto do Sr. Padre José Agostinho de Sousa Barreiro ser uma pessoa que foi dinâmica, deu lições de vida e teve uma grande dedicação ao concelho do Nordeste.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos passar ao último voto de pesar. É apresentado pelo PSD, pelo falecimento da Sra. Maria Teodora de Borba. É apresentado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa. Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Maria Teodora de Borba nasceu a 25 de abril de 1931 no Norte Pequeno, ilha de São Jorge onde concluiu o ensino primário. Filha de João Clemente de Borba, negociante da indústria dos lacticínios e de Maria La-Salette, doméstica, Maria Teodora era a segunda mais velha de 5 irmãos.

Aos 18 anos, faz o exame de regente na ilha Terceira e ingressou no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. No 4º ano de liceu, regressa a São Jorge para recuperar de um problema de saúde e retoma os estudos no Colégio de Santo António, no Faial, onde completa os 4º e 5º anos.

Esta formação cívica e religiosa pautou os seus quase 90 anos de vida.

Com o intuito de ser enfermeira, regressa à Terceira para o exame de admissão ao ministério. A vida encaminhou-a para o ensino e terminou a formação em 1957, ano em que ficou colocada na Escola Masculina Sousa Júnior, na Praia da Vitória.

Em 1964 pede transferência para a Graciosa, ilha de onde o marido, Celestino Silva, era oriundo. Além de docente de história, auxiliou muitos graciosenses a concluírem os estudos, através de explicações que dava em casa.

Em 1980, é convidada para dirigir o Museu da Graciosa onde permaneceu até ao ano 2000. Foi, aliás, sob a sua direção que o granel foi comprado, renovado e recolhido do acervo da Casa Etnográfica, que abriu a 6 de dezembro de 1983.

De todas as missões de cidadania ativa destaca-se também o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz por três mandatos e também membro da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Foi ainda uma das maiores impulsionadoras da Associação de Artesãos da Graciosa.

Em 2018 foi agraciada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

Em agosto de 2019, Ana Isabel Serpa e Jorge António Cunha lançaram um livro sobre a professora Teodora, com o título "Da janela, o Perfume das Rosas". A publicação resultou de uma pesquisa em documentação existente nos organismos públicos a que esteve associada, assim como no seu arquivo pessoal, no qual os autores puderam ler vasta correspondência, boletins e registos do seu empenho cívico.

Também deixou o seu cunho pessoal no Carnaval da ilha, ensaiando bailinhos e fantasias de Carnaval.

Uma mulher notável, muito respeitada pelos graciosenses de várias gerações e que adotou a ilha Graciosa como sua terra.

Com a sua partida, ficaram a ilha Graciosa e os Açores mais pobres.

A Professora Teodora, de todos os graciosenses conhecida, fica na memória coletiva do povo como alguém que deu o melhor de si, colocando sempre o interesse coletivo acima dos seus interesses pessoais, tendo tido um percurso digno de destaque na cultura, no ensino, na participação pública e política,

militando ativamente no Partido Social Democrata do qual foi uma das primeiras militantes e fundadoras na ilha Graciosa.

Maria Teodora de Borba faleceu no passado dia 7 de fevereiro de 2021 aos 89 anos de idade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu pesar pelo falecimento de Maria Teodora de Borba, cujo contributo de vida na cultura, no ensino e na vida pública e social, sempre demonstrou com notoriedade o seu empenho pela sua terra de adoção e pelas gentes da ilha Graciosa.

Que deste voto seja dado conhecimento à família enlutada.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A professora Maria Teodora Borba faleceu, no passado dia 9 de fevereiro, com 89 anos de idade, de uma vida preenchida ao serviço da ilha Graciosa e dos graciosenses.

Como já foi dito, nasceu em São Jorge onde completou o ensino primário, estudou na Terceira e no Faial, completando a sua formação em 1957. Pouco

tempo depois, em 1964, vai trabalhar para a ilha da Graciosa, de onde nunca mais saiu.

Queria ser enfermeira, mas acabou por ser professora. Perdemos certamente uma boa profissional de saúde, mas ganhámos uma excelente docente que conquistou a amizade de todos os seus alunos e foram muitos.

Além da sua atividade oficial no ensino dos primeiros quatro anos de escolaridade, dedicou-se também a preparar muitos jovens para os exames do ciclo preparatório do quinto ano e até do sétimo ano, na qualidade de alunos externos. De alguns, poderá ter recebido alguma compensação, mas dos alunos e das alunas que não podiam, oferecia-lhes a oportunidade de prosseguir os seus estudos sem nada em troca. Essa, no nosso entendimento, é a prova do seu carácter filantrópico que a moldou desde muito cedo.

Para além disso, foi uma das primeiras mulheres presidentes de junta de freguesia dos Açores, numa altura em que os cargos políticos estavam, digamos assim, quase vedados às mulheres, sendo esta também, uma demonstração da sua coragem e determinação.

Por fim, foi convidada a instalar a casa Etnográfica na qualidade de sua diretora. Desempenhou um papel fundamental na recolha de inúmeros utensílios de diversas áreas da economia graciosense, que hoje enriquece o Museu da Graciosa.

Paralelamente desenvolveu uma intensa atividade religiosa e cívica.

Por todas essas razões e sabendo que a professora Teodora partiu, mas que nos deixou um imenso legado, nós vamo-nos associar a esse voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos às 12h20.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais, Sras. Secretárias Regionais, encerrámos o período de apresentação e votação dos votos.

Eram 12 horas e 25 minutos.

O Governo comunicou ao Parlamento que tem uma comunicação a fazer ao Parlamento pelo Sr. Presidente do Governo.

Assim, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo para essa comunicação ao abrigo do nosso artigo 75.º.

Tem a palavra, Sr. Presidente, se faz favor.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como a Democracia, a Autonomia Política dos Açores não é, nunca foi, o resultado de uma dádiva, de uma equação passada e estática, com um ponto final.

O adquirido autonómico político dos Açores não é hoje, nem nunca foi, uma benesse de centralistas generosos, num ou noutro instante de maior distração concentracionista.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A nossa Autonomia Política foi, e terá de ser sempre, uma conquista permanente, insistente e resiliente. Argumentativa e progressiva.

Pelo bem dos Açores e do próprio País.

Não está, jamais poderá estar, no nosso livre-arbítrio, enquanto herdeiros de um legado autonómico político e democrático, conquistado pela autonomia da vontade dos povos insulares, qualquer atitude conformista, perante atávicos ataques de insídia aos novos entendimentos progressivos da descentralização, do exercício conjunto de poderes e, portanto, da gestão partilhada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nós somos convictos da progressividade democrática e autonómica.

Nós somos convictos de que o mundo das soberanias centralistas e redutoras do passado dão agora cada vez mais lugar à dimensão do exercício conjunto dos poderes de gestão nos domínios de maior potencialidade ambiental e económica dos espaços e das atividades.

Importa reforçar a concretização do princípio da subsidiariedade.

Como é sabido, o XIII Governo dos Açores fundamenta o seu programa de ação na Autonomia de Responsabilização.

É com renovado gosto, que aqui e agora, perante as senhoras e os senhores Deputados da XII Legislatura, relembramos um excerto do nosso programa de Governo, relativo a esta matéria.

E cito:

No plano da ação governativa, o Governo não abdicará de exercer todas as competências que a Constituição da República Portuguesa e o Estatuto Político Administrativo lhe atribuem, ou que lhe venham a atribuir, na defesa do interesse dos Açores, nas relações com o Estado e com a União Europeia.

O nosso futuro é ainda mais importante do que o nosso passado. **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: É tempo de inaugurar uma nova cultura de Autonomia mais adequada aos novos desafios.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Teremos uma Autonomia de Responsabilização, com um lugar para todos: a liberdade das pessoas, a participação da sociedade, a iniciativa dos agentes sociais e económicos, a administração regional, as autarquias locais, a comunicação social, combatendo as desigualdades, promovendo a educação.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O nosso projeto é de democracia participativa, de respeito pelas diferenças, de criação de sinergias.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Autonomia de Responsabilização é também uma relação de respeito mútuo entre o Governo Regional e esta Assembleia Legislativa e de uma cooperação com a República Portuguesa, o seu Governo, e a União Europeia em defesa do interesse da Região, do País e da União Europeia.

A responsabilização pelo desenvolvimento sustentável dos Açores tem de implicar reconhecimento e envolvimento comum, e em subsidiariedade, da nossa especificidade e do nosso potencial nos contextos regional, nacional e europeu.

Temos desafios que queremos transformar em projetos de interesse estruturante e comum.

Temos desafios de interesse estratégico.

Temos desafios de interesse partilhado, por exemplo: o mar, o espaço, a segurança, a justiça e a defesa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Não há assuntos só da Região ou assuntos só do Estado quando o que interessa é o desenvolvimento dos Açores e do País.

A Autonomia tem sempre uma palavra a dizer. A opção tem de ser a da corresponsabilização.

O Estado deve cumprir as obrigações de soberania em cooperação com a Região."

Fim de citação deste excerto do Programa do Governo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Está na hora, complementando o fundamental trabalho parlamentar desta Assembleia legislativa que o faz pela inovação e renovação das soluções constitucionais, estatutárias e legislativas de aprofundamento da nossa Autonomia Política, de erguer, e aqui anuncio, um "Fórum Autonómico". Um "Fórum Autonómico" prospetivo das novas oportunidades da Autonomia Política e das Regiões Autónomas.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Um "Fórum Autonómico" quanto ao Direito ao Exercício Conjunto com o Estado de Poderes de Gestão, com especial relevância para as potencialidades ambientais e económicas inerentes ao aproveitamento de espaços e atividades do seu direto interesse e nós temos e o mar é um deles.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores tomará a seu cargo a concretização de um "Fórum Autonómico".

Primeiro, porque consideramos que este não é, nem pode ser um processo só de políticos para políticos, mas sim de todos os Açorianos, com os Açorianos, percorrendo cada uma das nossas nove ilhas, envolvendo personalidades regionais, nacionais e europeias, com e pelos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Segundo, porque importa doutrinar, exercer a pedagogia da Autonomia e do direito do exercício conjunto de poderes de gestão junto das mais altas figuras do país e mesmo da União Europeia. Não prescindindo de o fazer em todas as oportunidades, queremos reforçar estas intenções com este fórum, o "Fórum Autonómico". Aliás, posso desde já adiantar que ainda no primeiro semestre deste ano teremos a reunião do bureau do Comité das Regiões nos Açores, se a pandemia o permitir, e presencial, em que proporemos esta iniciativa um momento de valorização das autonomias regionais, no âmbito das ultraperiferias europeias.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O "Fórum Autonómico" e esta reflexão de intervenção na Assembleia Legislativa dos Açores têm a máxima oportunidade, quando estamos, estão as Autonomias confrontadas com o insidioso ataque, de última hora, à recente alteração à lei que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Lei aprovada na Assembleia da República, sob proposta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e devidamente promulgada pelo Presidente da República, e tudo isso, sem que antes esta lei tenha passado por vários escrutínios, alterações e raciocínios, que fazem consolidar o entendimento do legislador sobre esta matéria.

Com reconhecimento e espírito solidário, lembro que a iniciativa do XII Governo Regional, sob a forma de anteproposta de lei, deu entrada nesta Assembleia Legislativa, e da qual resultou a proposta de lei, aprovada aqui por unanimidade.

O consenso alcançado na anterior legislatura, por esta relevante causa autonómica, tem a reforçada unanimidade desta XII legislatura e com XIII Governo Regional e com o apoio das novas forças políticas, agora aqui representadas.

Esta lei foi agora atacada por uns poucos Deputados da Assembleia da República, que invocam a sua inconstitucionalidade.

Saúdo o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, em carta que dirigiu ao Presidente do Governo Regional, isto é, a mim próprio, manifestou prontidão e disponibilidade para a luta, em defesa da lei,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … dizendo, e passo a citar. "Assim se compreende que, face a essa lei, surjam céleres acusações de ataques ao Estado Unitário e outras quejandas … Todos esses interesses, fracassada a tentativa de impedir que a lei entrasse

em vigor, viram-se agora para um pedido de declaração de inconstitucionalidade ao Tribunal Constitucional através de um processo de fiscalização abstrata." Fim de citação. E assim é.

Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, que conhecedor igualmente desta iniciativa, e também em articulação com o Governo dos Açores, tomou, em nome da Assembleia Legislativa, proponente formal, na Assembleia da República, da referida proposta de lei o encargo de carrear para o Presidente da Assembleia da República os argumentos jurídico-políticos dos Açores, dos Açorianos para a defesa da Lei.

Tudo trabalho já realizado, do qual aguardaremos agora o melhor resultado, sempre vigilantes e, no entanto, prontos para voltar à carga, se necessário for e por todos os meios que ao nosso alcance estiverem, incluindo a revisão constitucional necessária nesta matéria que desejamos que ocorra durante esta legislatura, a nossa legislatura.

A Autonomia de responsabilização faz-se em progresso, e nós a acreditamos nas dinâmicas autonómicas.

Orgulhosos do adquirido autonómico, mas não contemplativos. Antes empenhados no futuro de novas conquistas autonómicas, que acompanhem o próprio futuro e as oportunidades dele.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nunca a nossa Autonomia Política foi uma dádiva recebida. Bem sabemos que qualquer conquista futura exige de nós autonomia de vontade, razão e luta.

Pelos Açores, pelo nosso progresso, pelo nosso futuro.

Contamos com todos, mas contamos sobretudo com os Açorianos!

Viva a Autonomia Política dos Açores.

Vivam os Açores!

Disse!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, do Chega e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Traz-nos o Sr. Presidente do Governo a esta Assembleia, sob a forma de comunicação do Governo, uma questão que é mais vasta do que apenas aquilo que me pareceu transparecer e que me pareceu ser referido na sua intervenção.

Efetivamente e independentemente da forma como poderemos ter as considerações sobre os fóruns que podem congregar uma reflexão conjunta sobre as questões autonómicas, é importante todos nós termos consciência, dentro e fora deste Parlamento, que infelizmente a riqueza da vida e a riqueza e dinâmica das relações entre as regiões e a República não nos permite apenas considerar que tudo isto se passa como houvesse um botão de pausa e vamos começar a partir daqui. É pena que não seja assim, mas efetivamente não o é. Há um conjunto de outras matérias que, dentro do espírito desta intervenção, me parece importante trazer a este plenário e trazer a este momento exatamente

aproveitando o espírito da intervenção que o Sr. Presidente do Governo aqui trouxe e que coloca de forma clara e precisa aquela que é a questão do relacionamento entre a República, a tutela e a defesa dos direitos da Região e a sua consecução face à República.

Uma dessas matérias tem a ver exatamente com o Plano de Recuperação e Resiliência e tem a ver com matérias nas quais me parece que se adequam e se aplicam na perfeição aquelas que foram as reflexões do Sr. Presidente do Governo aqui, perante este plenário: aquilo que é a defesa dos nossos interesses, aquela que é a defesa dos nossos direitos, a forma como a Região Autónoma dos Açores é, no fundo, respeitada. É um assunto concreto, é verdade. Não é um assunto que esteja na perspetiva geral com que foi colocado aqui na intervenção do Sr. Presidente do Governo, mas é um assunto tão concreto quanto de importância fundamental para o nosso futuro coletivo.

Esta é uma das áreas em que se torna necessária uma intervenção pronta, rápida e decidida da parte não só do Governo Regional, mas talvez até dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma, incluindo aí, naturalmente e por definição, o Parlamento dos Açores.

Tive a oportunidade de no início desta semana, na mesma qualidade em que dirigi a carta que o Sr. Presidente do Governo teve a generosidade e a bondade de referir na sua intervenção, ou seja, na qualidade de Presidente do Partido Socialista, de dirigir um conjunto de questões ao Governo Regional que, na minha opinião, traduzem em termos práticos aquele que é o espírito da intervenção do Sr. Presidente do Governo e trata-se, como todos certamente sabem e se não sabem aproveito esta oportunidade para informar, da diferença de verbas entre aquilo que foi o compromisso assumido pelo Governo da República com a Região e aquelas que são as verbas que constam atualmente da proposta do plano.

Ora, há uma diferença de verbas que interessa esclarecer… **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Pode começar a fazer!

O Orador: … e há uma diferença de verbas que, se é certo que se inserem neste princípio global e geral que o Sr. Presidente do Governo aqui referiu, são talvez a expressão concreta, urgente e imediata daquilo que o Sr. Presidente do Governo referiu em termos gerais na sua intervenção.

Reparem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, que desse ponto de vista há sobretudo uma questão que continua por responder, não as questões que foram colocadas, essas também continuam por responder, mas nós no seguimento daquilo que foram algumas reações a essa questão foi referido que o Governo Regional dos Açores de então, presidido por mim, teria tido conhecimento dessa diferença de verbas a 14 de outubro e que nada teria feito em relação a esta matéria.

Talvez seja este também o momento, - porque não! -, para esclarecer esta câmara e os açorianos que isso não corresponde à verdade, porque o facto é que logo a 16 de outubro o então Sr. Vice-Presidente do Governo e hoje Deputado, Sérgio Ávila, teve a oportunidade de dirigir uma carta ao Sr. Ministro do Planeamento a exigir exatamente isso, ou seja, a exigir que fosse assumido e cumprido o compromisso que tinha sido assumido com a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quer dizer que a semana passada o senhor sabia disso e não disse!

O Orador: Eu peço ao Sr. Presidente que aceite receber uma cópia dessa carta e que a faça distribuir também pelas Sras. e Srs. Deputados e peço aos serviços que a façam chegar à Mesa.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Porque se é certo que entre o período em que esta carta foi enviada pelo Governo Regional de então a exigir esse cumprimento decorreram cerca de 40 dias até ao termo das funções desse Governo, o facto é que desde o período em que este Governo está em funções, o XIII, já decorreram cerca de 90 dias e nós ainda não sabemos em que ponto é que este assunto está.

Serve tudo isto para dizer o quê?

Serve tudo isto para dizer que comungamos do espírito da intervenção do Sr. Presidente do Governo, mas que é necessário que nesta matéria, como noutras, não olhemos para a floresta descurando a árvore, da mesma forma que convém não olhar para a árvore descurando a floresta.

Nesse caso, olhar para a floresta, descurando a árvore, é colocarmos a questão da defesa da Autonomia no plano dos princípios, quando à nossa frente estão assuntos concretos, presentes, urgentes, de importância estratégia fundamental para a nossa Região e que têm a ver exatamente com isso, com este assunto do Plano de Recuperação e Resiliência.

Saúde, pois, o Sr. Presidente do Governo pela sua comunicação a este plenário. Saúdo pela forma como colocou este assunto e realmente hoje, como no passado, vale aquilo que o meu direto antecessor colocou de forma muito sintética e muito feliz: "Amigos, amigos – Açores à parte.".

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia da Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma palavra de profunda saudação pela forma com que o Sr. Presidente do Governo se dirigiu a esta Assembleia, colocando em cima da Mesa a preocupação de, mais uma vez, defender acerrimamente a Autonomia dos Açores.

E no âmbito desta sua intervenção ganha forte dimensão a circunstância concreta de colocarmos, em primeiro lugar, a defesa daquilo que diz-nos mais diretamente respeito, a defesa daquilo que nós estamos diariamente confrontados, das dificuldades que nós enfrentamos diariamente apreendendo o sentir do povo dos Açores e as dificuldades que temos que ultrapassar para nos desenvolvermos do ponto de vista social, económico e financeiro.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Nesta medida, Sr. Presidente do Governo, este Grupo Parlamentar congratula-se com a defesa acérrima que faz e com a circunstância muito concreta e inovadora de trazer a este Parlamento a informação de que é intenção deste Governo Regional dos Açores fazer um Fórum Autonómico, porque aqui está, é de aproveitar a circunstância em que nos encontramos, a circunstância política em que nos encontramos, que faz com que mais uma vez, confrontados com as faltas de sensibilidade, confrontados com a indiferença, confrontados com a secundarização da autonomias, com o Governo da República nos remete, é aqui que mais uma vez nos reerguemos das cinzas dos vulcões dos Açores e empunhamos a nossa Autonomia.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que é feito do princípio da subsidiariedade vertical?

O que é feito da concessão das zonas macroeconómicas do país para a transferência de poder para as regiões mais próximas dos problemas que têm à sua frente?

Tudo isto são matérias que nós temos vindo a conquistar ao longo de décadas, ao longo de séculos.

Mas o povo dos Açores nunca vergou, nunca se deixou abater pelas dificuldades e pelas compreensões permanentes que as visões centralistas do Terreiro do Paço sempre nos impuseram.

Esta conquista, esta dádiva, este pulsar autonómico não tem fim.

Como bem referiu o Sr. Presidente do Governo, é um pulsar permanente, evolutivo, que se regozija com o seu passado, mas que olha em frente com convicção para o futuro.

Este "Fórum Autonómico" que V. Exa. aqui trouxe é mais uma etapa fundamental para reivindicarmos das visões centralistas do país e também da União Europeia, em consonância com o Comité das Regiões, para que haja um novo olhar, um novo dinamismo, para quem está isolado e fora dos grandes centros de decisão europeus.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E que exemplo maior poderia o Sr. Presidente do Governo trazer a esta Assembleia que não fosse o nosso mar, o mar dos Açores, o mar que dá dimensão aos Açores, mas que dá dimensão ao país.

O mar dos Açores que é olhado de fora com uma cobiça que não pode de maneira nenhuma deixar-nos indiferentes.

A defesa do mar dos Açores é a defesa dos Açores, é a defesa da Autonomia …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … e nós não podemos de forma nenhuma perder este combate. Nós temos mais uma vez de enfrentar este grande desafio que é trazer o "prato" para cima da mesa esta defesa que é o mar dos Açores e nesta medida acompanhamos e saudamos não só a iniciativa do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, do Sr. Presidente do Governo, do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, no sentido de numa comunhão de esforços (que se exige, que se impõe) perante esta nova batalha que estejamos todos unidos sem vacilar e determinados no objetivo maior que é os Açores.

Assim, trazendo à colação, mais uma vez, este assunto que está neste momento em cima da mesa, em apreciação pelo Tribunal Constitucional, não podemos deixar de vincar a Autonomia que nasce nesta Casa, a Autonomia que daqui emana com esta proposta de lei bases do mar, que foi aprovada por unanimidade, juntado todas as forças políticas reunidas neste Parlamento que olharam de uma única só visão, numa visão de confiança e de convicção na defesa deste mar.

Uma lei que foi aprovada também pela Assembleia da República, dando seguimento ao processo legislativo iniciado nesta Casa …

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: … e infelizmente mereceu e merece por parte de alguns deputados, que têm uma visão enviesada, desconfiada da Autonomia a remeterem para o Tribunal Constitucional.

Esta é uma luta de todos nós. Uma luta que nós temos efetivamente de travar e uma luta também noutro campo mais vasto do que a lei do mar, mais uma vez

os governos do Partido Socialista aqui nos trazem, porque não podemos deixar passar em vão aquilo que foi agora relatado pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que só se preocupou com a falta do envelope financeiro em 16 de outubro. Praticamente em vésperas das eleições e o que é certo é que a partir do momento que passou a haver oposição do Partido Socialista levantou-se um certo nariz a Lisboa que anteriormente não existia.

É contra isto, é contra a convicção, contra a falta de convicção e contra a falta de coerência que este Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata estará sempre ao lado do Sr. Presidente do Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente por saudar o Sr. Presidente do Governo pela comunicação que trouxe a esta Casa em que aborda várias temáticas relacionadas com um assunto que é de permanente debate na nossa sociedade, é de permanente debate nesta Casa, como não poderia deixar de ser, que é a Autonomia e nesta Casa que é efetivamente a verdadeira Casa da Autonomia. O debate sobre Autonomia é sempre atual, porque ela tem de estar sempre na primeira linha do debate parlamentar.

Efetivamente um "Fórum Autonómico" ele existe, é esta Casa, o que não invalida, como é natural, que esse debate não se deva estender para além desta câmara, para além deste Parlamento, a toda a sociedade, porque efetivamente ele faz falta e só desse debate é que existem avanços e que existe também uma sensibilização da sociedade em geral para a importância da Autonomia e para o seu aprofundamento contínuo.

Mas o Sr. Presidente do Governo centrou também a sua intervenção, como já foi amplamente referido, na questão do mar, na lei de bases do ordenamento do espaço marítimo, na sua alteração, que infelizmente foi enviada para o Tribunal Constitucional para fiscalização da sua constitucionalidade. Não podia deixar obviamente de lamentar essa opção por parte dos Deputados e Deputadas que legitimamente, no âmbito das suas competências o fizeram, mas que, em nosso entender, fizeram mal.

Relembrando também, e porque a história é importante, que o Bloco de Esquerda teve um papel também importante no arranque deste processo na passada legislatura, sendo o partido que iniciou o processo com a apresentação de uma anteproposta de lei, que foi também aprovada nesta Casa por maioria na generalidade e da mesma forma que nos orgulhamos desse processo, orgulhamo-nos de ter votado a favor da proposta que o Governo Regional apresentou, sabendo que a nossa teria outras condições e tinha princípios com os quais nos revíamos, como é natural.

Mas a defesa do mar não se faz efetivamente não só … faz-se também obviamente com a alteração à lei que é necessária, mas também pela defesa do mar no sentido do aproveitamento dos seus recursos para o nosso desenvolvimento económico, para o bem-estar das nossas populações.

De facto, o Plano de Recuperação e de Resiliência é ou deveria ser um instrumento fundamental também para reforçar o investimento nesta área. Devo confessar que foi com otimismo que vimos que no plano inicial apresentado

pelo consultor do Governo, Eng.º António Costa e Silva, se apresentava uma visão otimista e uma visão ambiciosa do mar dos Açores e do futuro do mar Açores, podendo não concordar com todas as intenções, mas concordando com a ambição de querer efetivamente colocar o mar dos Açores no centro, não só do desenvolvimento dos Açores, mas no centro do desenvolvimento do país.

É, no entanto, com alguma tristeza que vemos que no Plano de Recuperação e Resiliência que está em consulta pública esta ambição desapareceu, porque aquilo que está previsto fica muito aquém da ambição que deveria estar naquele plano e não se trata de ambição de quem elaborou a primeira versão. É a ambição que os Açores devem lutar para que esteja plasmada, a ambição que os Açores devem exigir e a ambição que os Açores devem ter para o seu mar, não só nesta área, mas também, por exemplo, na aérea espacial que é tantas vezes propalada aqui nos Açores, como uma área importante para o desenvolvimento dos Açores, …

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

O Orador: … não há efetivamente nada que se veja, não há referências a esta área no Plano de Recuperação e Resiliência.

Que o Governo da República não queira ou não lute por isso, nós até percebemos e lamentamos.

Que o Governo Regional não o faça e não o faça com todas as forças, isso já não podemos aceitar …

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

O Orador: … e que esta Assembleia também não o faça, também não podemos aceitar.

Não queremos que este Plano de Recuperação e Resiliência seja uma oportunidade perdida. Ele tem de ser uma oportunidade para o desenvolvimento em áreas fundamentais.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Este debate não é sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, certamente que teremos outras oportunidades (e termino já, Sr. Presidente), mas efetivamente em muitas áreas ele fica aquém do que seria exigível, para além de obviamente das matérias que têm a ver com as questões dos valores …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Estamos de acordo!

O Orador: … que são importantes e que também têm de ser esclarecidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental.

A Mesa está disponível para dar continuidade para que os outros grupos parlamentares e representações parlamentares possam participar nesta comunicação.

Há oposição?

Então vamos prosseguir.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Quando de manhã falei sobre centralismo, sobre os Marques Guedes da nossa vida, estava longe de imaginar que o Sr. Presidente do Governo nos trazia hoje aqui uma comunicação sobre precisamente este assunto e é sobre isso que trata mesmo essa comunicação e é também sobre a questão das narrativas que trata essa comunicação, da diferença entre as narrativas e a sua materialização.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: A Autonomia, estamos na Casa dela, um lugar de deliberar, gosto de o afirmar amiúde, porque a Autonomia da Região Autónoma dos Açores, que foi o motor das autonomias constitucionais, nascida do Decreto de 2 de março de 1895, foi o grito de revolta da opressão do povo açoriano.

Foi a primeira vez que os açorianos se impuseram perante o reino, neste caso, perante a nação, para afirmarem a sua necessidade de autodeterminação e esta forma de luta nunca deve ser esquecida, porque não nos podemos esquecer da dificuldade que era então fazer uma luta diferente daquela que hoje fazemos em democracia e em democracia parlamentar. Apesar do país estar a atravessar no final do século XIX um período mais livre, digamos, a situação não era bem idêntica àquela que hoje temos numa democracia, num estado de direito liberal democrático, consolidado e já lastrado com quarenta e tal anos de existência.

Eles sabem bem onde encontrar valor e é só quando encontram valor que eles se lembram que os Açores existem. Eles esquecem-se que os Açores dão dimensão euro-atlântica ao país, eles esquece-se que os Açores são a ligação mais importante entre a Europa e os Estados Unidos, eles esquecem-se dessa dimensão sempre que não têm aqui um recurso para vir buscar. Lembraram-se bem na crise do trigo há três séculos atrás; lembraram-se bem em plena 2ª Guerra Mundial quando lhes demos essa dimensão e esses recursos; lembraram-se bem em plena Guerra Fria. Depois, esqueceram-se. Esqueceram-se completamente dos Açores.

Agora descobriram um filão: o Fundo do Mar dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: O Fundo do Mar dos Açores é um filão para os centralistas de Lisboa e então lembraram-se que a Constituição da República Portuguesa, a única que nos protege (felizmente!, essa existe, e que nós jurámos aqui cumprir e fazer cumprir), pode-lhes dar um alento de centralismo.

Temos de lutar com todas as nossas forças contra esses assomos de centralismo. Aí, Sr. Presidente do Governo, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não há ideologia, só há uma coisa: os Açores são dos açorianos e os Açores estão à frente de qualquer cor partidária.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, se faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu penso que a sua intervenção tem uma importância absolutamente fulcral no momento em que estamos a viver. Tem uma importância fulcral pelo tema que V. Exa. referenciou, que é o mar dos Açores, a defesa do mar dos Açores, a defesa dos nossos interesses no âmbito da sua gestão e isso está a ser colocado em causa. É necessário que exista um forte empenho que está a existir da parte do Governo Regional e do Parlamento dos Açores para a defesa dos nossos interesses nessa matéria. Tem de ser uma defesa intransigente.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem! Apoiado!

O Orador: Concordo com V. Exa., quando V. Exa. diz que é necessário que a defesa da Autonomia, dos interesses autonómicos e a sua importância fulcral para o desenvolvimento da nossa terra seja feita também de uma forma mais alargada, levando este tema de forma pedagógica, como bem afirmou, às nossas comunidades, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … às nossas escolas, às nossas associações, que a discussão seja uma discussão que envolva toda a comunidade açoriana e que toda a

comunidade açoriana seja envolvida neste esforça de defesa e reforço da Autonomia.

Por isso, valorizo muito positivamente o anúncio que fez aqui da criação deste "Fórum Autonómico".

É evidente que o Parlamento dos Açores tem uma posição fulcral nesta matéria, mas temos que ser justos. Do ponto de vista histórico, o Parlamento dos Açores tem acolhido sempre aquela que é a participação popular nesta matéria que a comunidade açoriana nos faz chegar. Qualquer revisão que aqui tem sido feita, tem sido feita com a abertura do Parlamento dos Açores em relação aos diversos agentes envolvidos.

A verdade é que temos de os estimular para que o envolvimento seja maior, para que seja possível envolver a comunidade açoriana na defesa dos nossos interesses e devo dizer que estamos neste momento a enfrentar uma situação tremenda, uma crise económica e social enormíssima e no âmbito da reconstrução este Plano de Recuperação e Resiliência é fundamental. É fundamental para o mundo, para a Europa, é fundamental para os estados que disputaram esses recursos, agora o que não podemos aceitar é que o estado português que disputou e que afirmou os interesses do conjunto do país no âmbito europeu, assinalando aquelas que são as dificuldades do estado, agora no âmbito da República, em relação às Regiões Autónomas, especificamente em relação à Região Autónoma dos Açores, tenha esta atitude, uma atitude de reduzir os meios que são necessários para a recuperação económica dos Açores.

Não podemos aceitar que existam nesta matéria reduções substanciais daquilo que estava estabelecido.

É evidente que o anterior Presidente do Governo Regional informou aqui que a 16 de outubro reagiram a uma notícia, a uma notificação afinal da redução destas verbas, mas considero que foi muito importante isto não ter sido público, porque estávamos a poucos dias das eleições …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: … e o facto deste anúncio ter sido feito que o Governo da República pretendia reduzir as verbas que estavam destinadas aos Açores no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência teria tido um forte impacto do ponto de vista das eleições.

A respeito desta matéria não se tenha a menor dúvida: se existia este perigo, se existia esta ameaça, que é conhecida a poucos dias das eleições com uma redução das verbas que o próprio Governo do Partido Socialista estava a implementar para a Região Autónoma dos Açores, isto teria um impacto tremendo do ponto de vista das eleições e o que se deveria ter feito é colocar os interesses da Região acima dos interesses partidários, porque ao não tornar esta notícia pública e este envolvimento público isso beneficiou o esforço eleitoral do Partido Socialista nessa altura, mas não beneficiou a Região.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque não tenham dúvidas que nesse contexto tão específico o Partido Socialista que governava a Região teria tido o apoio solidário de todas as forças políticas que estão sentadas neste Parlamento e que concorreram nessas eleições.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Agora o importante é que nesta fase o que se faça é aquilo que deveria ter sido feito, é que o Governo dos Açores tenha uma posição energética em relação a esta matéria, sem olhar a cores partidárias (e não vamos olhar e o Governo dos Açores não vai olhar!) e que o Parlamento dos Açores faça exatamente a mesma coisa, colocando-se ao lado Governo dos Açores nesta matéria. Lado a lado! Ombro com ombro na defesa dos direitos dos Açores!

Nós nesta questão não podemos ficar para trás. O estado conseguiu os recursos que conseguiu e não pode de forma nenhuma prejudicar as Regiões Autónomas, sabendo que nós temos problemas económicos gravíssimos, problemas sociais gravíssimos, que temos uma situação ultraperiférica …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termino.

O Orador: Não podemos ser prejudicados numa conjuntura destas.

Os açorianos, do ponto de vista institucional, nós portamo-nos sempre bem. Quem aqui está sentado neste Parlamento sabe que temos sempre uma posição construtiva no âmbito do diálogo com a República, mas não podemos ser prejudicados. Não podemos ser prejudicados!

Portanto, se for necessário tomar atitudes mais energéticas e estou a ver que as temos de tomar, pois podem contar com o Parlamento dos Açores, tenho a certeza absoluta, e podem contar também com uma posição energética por parte do Governo Regional.

Está em causa o futuro das próximas gerações e este combate é um combate que vamos levar até ao fim com toda a determinação.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** *(CDS-PP):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer e congratular o Governo Regional e o Sr. Presidente do Governo Regional por esta comunicação à Assembleia, vertendo aqui dois aspetos que são muito importantes no momento político em que vivemos.

Temos a questão da Autonomia em que precisamos que uma decisão firme e unânime quanto a esta matéria de todos nós. Acho que este é o momento em que é necessário transmitir o entendimento do que é que a visão sobre o aprofundamento da nossa Autonomia, por todos os representantes políticos nesta Casa por forma a que tenhamos mais força junto da República e isso é algo que temos de batalhar.

E congratular pela questão e apresentação do "Fórum Autonómico", porque sabemos e acreditamos que é numa valorização de cidadania numa matéria tão crucial como esta para a nossa Região e consideramos que quanto mais cidadania existir melhor será a nossa Autonomia.

Também o aspeto destes fóruns correrem as nossas 9 ilhas dos Açores. Todas elas são singulares, são diferentes…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

A Oradora: … e esta forma participativa é, no nosso entender, uma boa notícia e na qual queríamos saudar este Governo Regional.

Também porque o fomento de um debate (é assim que isto deve ser) aberto, livre, responsável e construtivo para que tenhamos uma sociedade cada vez mais proativa, mais próxima desta Assembleia, mais próxima da nossa Autonomia, mas próxima de todos nós, porque também (no nosso entender) isso é muito importante.

Porque a Autonomia é a afirmação de uma consciência açoriana e este debate participativo que se pretende fomentar é, sem dúvida, muito importante para uma reforma da Autonomia que seja legitimada por um maior número de açorianos, para que também tenhamos uma Autonomia forte e preparada para o futuro.

Dizer também que no nosso entender e daquilo que foi a comunicação do Governo não entendemos que nada ficará em pausa como é natural. Aliás, tem sido essa a posição deste Governo Regional, tem sido essa a posição do Sr. Presidente da Assembleia perante esta questão da lei do mar e como tal não entendemos que seja feita nenhuma pausa. É, sim, uma mudança de paradigma em que a sociedade civil ficará mais próxima também desta Casa da Autonomia e daquilo que são os nossos princípios e daquilo que devemos defender.

Deputados João Bruto da Costa e Pedro do Nascimento Cabral *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Relativamente a outra questão que acho que foi muito importante ser levantada aqui e com a qual nos deparámos foi com a questão da lei do mar.

Queria dizer, e daquilo que foram as intervenções que me anteciparam, e quanto ao histórico em relação à lei do mar, que o CDS teve aqui um papel muito importante e que numa visão de que tínhamos de fazer o nosso trabalho de casa, que nos tínhamos que antecipar para não cairmos aqui num vazio legal quanto à

lei do mar para definirmos o que é que era partilhado, como é que era partilhado, como era partilhado no que que se refere à gestão do mar, o CDS e o Grupo Parlamentar do CDS apresentou nesta Casa, em 2016 …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

A Oradora: … e em 2017, uma iniciativa para a criação de uma comissão eventual quanto a esta matéria …

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Foi chumbada!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Foi por causa da Sra. Ministra!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Aceitamos cromos!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Era a Dra. Cristas!

A Oradora: … acreditando que era necessária uma visão consensual e iria permitir que todos os grupos parlamentares e representações parlamentares com diferentes visões pudessem contribuir num documento com uma estratégia única e consensual e foi esse o nosso entendimento que infelizmente não se concretizou, uma vez que as nossas iniciativas foram chumbadas.

Sempre defendemos que na questão da gestão partilhada era preciso uma ação ativa para não ficarmos com uma mera intervenção consultiva junto dos poderes de decisão. Foi esse o percurso do CDS e é essa a história que é necessária também trazer aqui neste momento a debate.

Porque acreditamos que o mar, sem dúvida e até como já foi dito aqui e é verdade, dos Açores que traz a Portugal uma plataforma atlântida, uma plataforma marítima, que faz com que o nosso país tenha a centralidade que tem

e disso não podemos abdicar, dessa gestão do mar, da lei do mar, temos de nos manter firmes quanto a esta temática, porque é esta proximidade que existe que existe entre todos os açorianos quanto ao mar, é este conhecimento que todos nós temos em relação ao mar que nos dá a legitimidade de querer ter o mar sobre a gestão da nossa Região. Isto não é uma questão de posse!

O que está aqui em causa quanto à lei do mar não é uma questão da posse! É a questão da gestão. E essa gestão tem de ser feita pelos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Só para terminar, Sr. Presidente, queria dizer e relembrar que sempre que foi necessário tomar uma posição conjunta nos Açores quanto às questões da Autonomia, a verdade é que independentemente das ideologias políticas, historicamente sempre nos soubemos aliar para defender a Autonomia e os Açores.

É assim que devemos continuar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois das brilhantes intervenções que já foram aqui feitas em defesa do nosso território, em defesa da nossa terra, em defesa do nosso mar, aquele mar que engrossa a voz do povo açoriano, aquele mar que engrossa o ser açoriano, que dá dimensão, que dá músculo ao povo açoriano, aquele mar que fez de nós um povo forte, …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: … capaz de lutar contra as adversidades do mar, da terra, de todas as infelicidades que ao longo da nossa história tivemos de lidar, contra todas essas adversidades, agora, querem tirar-nos esse direito, ou querem-nos reduzir o direito de usar o mar que é nosso, que é a nossa matriz identitária também, mas que é também a razão de fazer Portugal um país maior …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: … e que por isso, querendo fazer do mar que é dos Açores um mar que é mais português do que açoriano, isso incomoda-me. Isso incomoda cada açoriano e é nesses momentos que temos de perceber que todos nós, independentemente das cores partidárias, como já foi aqui referido, temos que nos unir, unir no tom de voz açoriano, na personalidade açoriana para bater o pé ao Terreiro do Paço quando assim tiver que ser.

Não podemos ceder a cores partidárias, não podemos ceder a interesses imperialistas vindos de Lisboa. Temos de assumir a nossa posição independentemente do resultado que vier a acontecer desse pedido de inconstitucionalidade sobre a lei do mar. Temos de assumir a nossa posição de cabeça erguida, de voz grossa, de cara séria para Lisboa.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM: Muito bem!

O Orador: O povo açoriano não se pode deixar vergar. Nós não somos pedintes. Nós temos direito àquilo que é nosso. É essa a mensagem que este Parlamento unido, este Parlamento e este povo que há de mostrar a Lisboa que quando é preciso unir-se em torno de uma causa vai unir-se. Vai unir-se e vai-se debater por aquilo que é o nosso direito.
Muito obrigado aos senhores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.
(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:
Muito obrigado pelas suas palavras e obviamente dar um reforço na Autonomia que bem precisamos e acho que não há nenhum partido aqui que esteja contra isso mesmo.
Aliás, o próprio PAN é totalmente a favor do reforço da Autonomia e na sua própria defesa. Eu tenho um carinho extremamente especial relativamente a essa defesa.
Obviamente não escolhi onde nasci. Nasci no continente, mas espero que alguma vez e que não seja velho, que seja daqui a pouco tempo, que os açorianos consigam ver que eu apesar do sítio onde nasci, não escolhi, eu escolhi viver aqui. Não escolhi aqui por trabalho, escolhi aqui porque decidi, decidi e consegui fazer esse que era o meu sonho desde criança vir viver para os Açores e morrer nos Açores. É esse o meu desejo.
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Vou fazer e vou defender acima de tudo os Açores e obviamente as fronteiras geoestratégicas e geopolíticas dos Açores. Já o fiz no passado e vou continuar a fazer.

Não interessam as cores partidárias, contudo, (e aqui é que fazemos a diferença) a Autonomia não pode ficar retida aqui, neste Parlamento, daí também a ideia de termos o "Fórum Autonómico", mas também não é só isso. Essa Autonomia não é só defendida pelos partidos que representam os Açores, aqui nos Açores, e neste Parlamento.

Essa Autonomia também tem de ser transporta para a República e para os partidos a nível nacional e foi exatamente isso que o PAN fez e por isso é que o PAN votou a favor na Assembleia da República relativamente à lei do mar, juntamente com o IL, juntamente com o PS. Nós podemos dizer à partida que a nossa persuasão, o bater o pé não só aqui neste Parlamento.

Eu não era deputado na altura, mas falei e bati o pé, juntamente com o PAN, e não foi preciso muito, porque todas as pessoas do PAN estavam a favor da defesa de que era o mar dos Açores. O que não aconteceu a muitos partidos que estão aqui nesta Câmara, que são representados a nível nacional que abstiveram-se ou votaram contra. Aí faz toda a diferença.

A Autonomia tem de ultrapassar as fronteiras geopolíticas dos Açores e nós temos de defender não só aqui, mas também, e obviamente, usar todos os nossos argumentos para conseguir defender os Açores também na República.

Agora sentimos não apenas como uma batalha, mas isto já é guerra. É uma guerra feita, não só obviamente pela ex-Ministra Dr. Cristas, mas agora um problema: temos uma ex-Ministra do Mar, que é a Sra. Doutora Ana Paula Vitorino, que já foi aqui falada várias vezes, que como Ministra do Mar …

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Bem lembrado!

O Orador: … não foi obviamente a melhor pessoa para os Açores.

Aliás, só começou a olhar para os cifrões e esqueceu-se à partida daquilo era a Autonomia dos Açores relativamente ao mar e à sua própria defesa. Agora, como deputada da Assembleia da República, e talvez por causa de algum ressabiamento, porque o nosso Ministro do Mar neste momento (também uma pessoa que nasceu no continente, mas que é açoriano neste momento e acho que toda a gente o considera como açoriano) consegue defender os Açores e nós temos que mostrar a partir dessa ex- Ministra do Mar, agora deputada da Assembleia da República, que deveria simplesmente respeitar e não se meter naquilo que não é dela nem nunca foi.

É isso que nós temos de fazer e elevar esta voz mais do que estas paredes deste Parlamento, …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: … desta câmara e elevar para a República de uma forma uníssona por todos os partidos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Querendo, o Sr. Presidente do Governo pode encerrar o debate. Tem cinco minutos. Faça favor, Sr. Presidente.

(*) Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Secretárias e Secretários Regionais:

Quero começar por, após este debate, saudar a essência, a convergência das causas, a motivação pelo cumprimento de uma missão, a missão de servir os

Açores, defender um Portugal inteiro que respeita a sua descentralização, o seu potencial marinho e a sua própria organização autonómica.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É assim que podemos distinguir na espuma do dia dos debates as causas de regime das barganhas negociais.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: É por isso que hoje quero concentrar e a comunicação política foi concentrada na estrutura do regime, na componente autonómica, na compreensão da dimensão constitucional dos poderes autonómicos, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … sendo que distingui, e aqui reforço nesta comunicação de encerramento, a importância emergente deste conceito que tem de merecer e justificar a compreensão do Tribunal Constitucional e dos parlamentares na República: o novo conceito do direito do exercício conjunto de poderes de gestão – repito: o novo direito, a nova compreensão do direito do exercício conjunto de poderes de gestão – de espaços e atividades de elevado potencial económico e ambiental para as regiões, para o país, para a União Europeia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Este é um exercício para uma nova dimensão pedagógica da compreensão do princípio da subsidiariedade, que, aliás, fiz referência na comunicação e que gostava que ficasse consolidado neste pensamento, nesta reflexão da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que há de e pode ser transmissora para a Assembleia da República e para os argumentos carreados na defesa da lei do mar, da lei de gestão a apresentar ao Tribunal Constitucional.

Por isso, gostaria, como disse, de centrar hoje esta reação às intervenções feitas após a minha comunicação neste ideal de uma convergência pelas causas, pela motivação de uma missão de servir os Açores e de servir Portugal inteiro.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Gostaria, no entanto, de destacar todas as intervenções pelo mérito de todos os líderes dos grupos parlamentares e de deixar reconhecido, em nome deste Governo, a vossa adesão a esta temática e sobretudo o estímulo que dão.

Vou distinguir uma expressão que ouvi, a de estarmos "numa posição firme e unânime". Isso faz toda a diferença, porque quando o Parlamento e os órgãos de governo próprio não se apresentam nestas matérias de causa e de regime firmes e unânimes enfraquecem a capacidade argumentativa.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: Não se trata, pois, de um elemento de debate partidário. Trata-se, sim, de uma dimensão ética da compreensão da Autonomia e do respeito pelo povo insular. É este o quadro referencial que eu gostava que ficasse na conclusão deste debate.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Deixando a essência, no entanto, para que não fique por dizer o que ficou referenciado e abordado em alguma intervenção, deixar apenas uma nota corretiva. Não se trata, em nenhum momento da minha comunicação, de um período de pausa, mas pelo contrário, de um *input* para um processo de evoluir e de compreensão autonómica. É este o quadro da comunicação que pelos vistos só não foi compreendida pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Todos os outros compreenderam que se tratava de um *input* e não de uma pausa.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No entanto, o desvio para uma matéria que é importante, que nem árvore é neste quadro de regime, mas tem a ver com negociação. Entre promessas feitas e supostamente acordadas entre dois governos, o anterior da Região e o atual da República, por quantitativos conjunturais num período excecional pandémico e de solidariedade da União Europeia para com os estados membros e regiões, entre eles este mecanismo de recuperação e resiliência.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Pois muito bem, perdeu aqui a oportunidade o Partido Socialista de apresentar um voto de protesto sobre esta matéria, porque desconhecíamos os compromissos assumidos …

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Está tudo registado! Está, está!

O Orador: … e designadamente não vimos nenhum protesto sobre esta matéria aqui, através do Parlamento. Era bom que pudessem apresentar esse protesto. Nós votaremos a favor.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não deixaram, no entanto, Sr. Deputado, de perder uma oportunidade, a oportunidade do voto de protesto que precedeu exatamente esta comunicação e que aqui foi apresentado por mais um incumprimento.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Para lá vamos!

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito bem!

O Orador: De incumprimento em incumprimento assistimos ao silêncio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Estão encerrados os nossos trabalhos do PTAP.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 35 minutos.

Presidente: Vamos começar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 19 minutos.

Ontem tínhamos interrompido os nossos trabalhos na votação do ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, que é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII - Programa de apoio à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos.**

A última votação que fizemos foi de uma proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 9.º da proposta.

Entretanto, deu entrada uma proposta de alteração da Iniciativa Liberal e do Partido Social Democrata que clarifica a proposta de alteração ao mesmo número do mesmo artigo, a qual vou colocar à votação.

Portanto, está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD e pela Iniciativa Liberal ao n.º 1 do artigo 9.º:

Estamos todos em condições de votar? É melhor aguardar? Estamos em condições de votar?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor e 23 abstenções. 19 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do CHEGA, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 23 abstenções do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos agora votar...

Peço desculpa, Sr. Deputado?

Deputado Nuno Barata (IL): Uma interpelação à mesa para uma declaração de voto.

Presidente: A declaração de voto só pode ser feita no final. Mas a interpelação pode ser feita agora.

Para uma interpelação, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Eu, de acordo com o Regimento, poderei apresentar um voto de pesar antes de um voto de congratulação?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Em função do Regimento até podia, mas há uma prática parlamentar, que temos seguido ao longo dos anos, que há uma ordem para a determinação da apresentação dos votos e o reconhecimento que esse artigo do nosso Regimento não está claro, é que na proposta de Regimento – que não é desta legislatura, é da legislatura anterior – há uma proposta de clarificação deste artigo relativamente à ordem de apresentação dos votos. Mas, esse problema que o sr. coloca não é similar ao problema com que fomos confrontados, ontem, aqui na nossa votação …

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: … porque o que nós tínhamos na presença eram duas propostas que eram iguais, no entendimento da Mesa.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados vamos votar.

Sras. e Srs. Deputados estamos numa votação, vamos votar…

Sras. e Srs. Deputados vamos votar o artigo 9.º da proposta com a alteração entretanto aprovada:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada com 30 votos a favor e 24 abstenções. 19 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do CHEGA, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 24 abstenções do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar a proposta de alteração ao artigo 10.º apresentado pelo PSD e pela Iniciativa Liberal:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Deputada Ana Luís *(PS):* Sr. Presidente posso? Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Pode sim Sra. Sra. Deputada, faça o favor.

Deputada Ana Luís *(PS):* Eu não estou a conseguir identificar essa proposta de alteração porque foi entregue à Mesa uma proposta de substituição integral que retirava as propostas de alteração ao artigo 15.º e 17.º.

Presidente: Quer dizer que mantém a proposta ao artigo 10.º que estava na proposta inicial de alteração feita pelo PSD e pela Iniciativa Liberal.

Deputada Ana Luís *(PS):* Peço desculpa, não me levantei.

Neste documento, que é uma proposta de substituição integral à proposta anterior, só tem propostas de alteração ao artigo 9.º, que foi esta clarificação que foi feita e retirou a alteração ao artigo 15.º e ao artigo 17.º, portanto, esta alteração ao artigo 10.º constaria na proposta anterior, é?

Presidente: Anterior, sim sra.

Deputada Ana Luís *(PS):* Estou esclarecida Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Vamos fazer as anuladas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar uma proposta de alteração ao artigo 10.º apresentado pelo PSD e pela Iniciativa Liberal:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os artigos 11.º, 12.º, 13.º e 14.º da proposta não têm nenhuma proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em simultâneo?

Não havendo oposição, vamos votar o artigo 11.º, 12.º, 13.º e 14.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se permanecer como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao artigo 15.º apresentada pelo Partido Socialista:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 15.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O artigo 16.º não tem propostas de alteração. Coloco à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor.

Secretário: O artigo colocado votação colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 17.º tem uma proposta de alteração do Partido Socialista, a qual coloco à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco o artigo 17.º à votação com a proposta que acabámos de aprovar. Está à votação o artigo 17.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 18.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Em votação final global o projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que nós podíamos ter poupado este constrangimento ao Parlamento dos Açores.

Eu percebo a interpretação que o Sr. Presidente faz do artigo 71.º do nosso Regimento e percebo que haja trabalho feito para clarificar o mesmo, mas a

mesma praxis parlamentar que é utilizada na precedência do debate dos votos, também é utilizada noutras práticas legislativas, aqui nesta Casa já foi, em outros câmaras, em Portugal e fora de Portugal e, portanto, aquilo que estava no artigo, que com gosto, substituí, era aquilo que poderia ter ficado, independentemente de se ter clarificado e ter ficado melhor, mas não era necessário.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral *(PSD):* Muito bem!

Deputado João Vasco Costa *(PS):* É uma declaração de voto!?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Passamos para o ponto 4 da nossa Agenda - **Proposta de Resolução n.º 1/XII - "Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021"**, apresentada pela Mesa da Assembleia. Rege esta matéria o artigo 40.º da Orgânica dos serviços da nossa Assembleia. O orçamento, como é habitual, foi elaborado pelos serviços da Assembleia, sob a coordenação do Conselho Administrativo. Mereceu parecer favorável, quer da Mesa, quer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é a comissão competente em relação a esta matéria e pergunto se há inscrições? Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter …

É para usar da palavra, Sr. Deputado? Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente:

O partido CHEGA, como é sabido, fez chegar ao Sr. Presidente umas propostas de alteração ao orçamento da ALRAA atempadamente, no sentido de incluir essas nossas propostas nesse orçamento, uma vez que entendemos por bem que

o momento difícil que a nossa Região atravessa leva-nos a que tenhamos de ter alguma contenção na despesa.

Como se lembram, na reunião de Conferência de Líderes, apresentámos essa proposta e achávamos por bem que a mesma tivesse sido incluída. Uma vez que não foi, essa será uma declaração de voto que faremos chegar à Mesa daquilo que será o voto relativamente ao orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Carlos Furtado e isso obriga-me a um esclarecimento, naturalmente, às sras. e aos srs. deputados. O Orçamento desta Casa foi elaborado nos moldes habituais, recolheu sugestões da Mesa, a proposta que levei à Mesa foi alterada por sugestões de membros da Mesa, recebeu – creio que por unanimidade – parecer favorável na comissão competente. Na última Conferência de Líderes, quando nós estávamos a discutir efetivamente outro assunto, que não tem nada a ver agora para aqui, efetivamente o partido CHEGA apresentou um conjunto de propostas e de preocupações, para o futuro, que todos nós nos comprometemos a analisar, a refletir sobre as mesmas. Não entendi, presidente da Mesa, nem sei se os srs. presidentes dos grupos parlamentares entenderam, aquilo como propostas de alteração ao nosso orçamento quando ele já estava absolutamente fechado, relatado pela comissão e, portanto, isso obriga-nos a fazer esse esclarecimento à câmara e aos açorianos que nos estão a ouvir. Portanto, as propostas que o sr. fez, ainda nem tive tempo – que a reunião foi segunda-feira – de as analisar a todas, nem de ler a sua carta e, portanto, não a entendi como fossem propostas de alteração a este documento que estava absolutamente fechado e já na Agenda e em condições de ser votado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar;

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: A proposta de resolução apresentada foi aprovada com 53 votos a favor e duas abstenções, 24 do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 2 abstenções do CHEGA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos com o ponto n.º 5 da nossa Agenda **- Petição n.º 39/XI - "Pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo",** apresentada por Sr. Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho, na qualidade de primeiro subscritor.

Regem esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento. Os tempos foram aprovados pela conferência de líderes, sendo de 8 minutos para cada grupo e representação parlamentar. Para apresentação do relatório dou a palavra ao sr. relator da Comissão de Economia. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila *(PS):*

R E L A T Ó R I O

PETIÇÃO N.º 39/XI – PELA NÃO CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL DE 568 CAMAS NA PRAIA DO DEGREDO EM VILA FRANCA DO CAMPO

P O N T A D E L G A D A
8 DE JANEIRO DE 2020

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 29 de outubro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência e procedeu à análise e emissão de parecer sobre a **Petição n.º 39 – "Pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo".**

1º. CAPíTULO – INTRODUÇÃO

A 18 de julho de 2019 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição, à qual foi atribuído o n.º 39/XI, intitulada **"Pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo"**.

A petição reúne um total de 1097 (mil e noventa e sete) assinaturas, tendo como primeiro signatário o Sr. Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho.
Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Economia, para relato e emissão de parecer.

2º. CAPíTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da RAA.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la.

3º. Capítulo – APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A presente Petição, intitulada "Pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo", invoca, em concreto, que o "projeto, pela sua dimensão e localização não se adequa à realidade da ilha de São Miguel, porque:

1. O impacto ambiental da sua construção e operação numa zona costeira e sensível será demasiado para ser aceite.

2. Atenta contra a sustentabilidade do setor do turismo ao apostar na sua massificação, algo que todos os responsáveis políticos e empresariais, hoje

dizem não querer, mas que ainda assim, cada vez mais se torna a realidade de São Miguel.

3. Não fora a Resolução do Governo sobre a suspensão do POTRAA de 2008, e este não permitiria aquela capacidade prevista.

4. Não poderia ser aprovado no âmbito do novo POTRAA, que esteve recentemente em consulta pública."

Assim, "os peticionários solicitam à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao Governo da Região Autónoma dos Açores que atuem no sentido de não permitir a construção deste hotel com aquela capacidade, junto à Praia do Degredo."

A Comissão Permanente de Economia procedeu, à audição, presencial, das seguintes pessoas:

- do primeiro subscritor, Sr. Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho;
- da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT).

AUDIÇÕES REALIZADAS

A Comissão Permanente de Economia, no dia 29 de outubro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, realizou as seguintes audições:

i. Audição do primeiro peticionário – Sr. Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho

O Sr. Jorge Kol de Carvalho fez menção ao conteúdo da petição e destacou que a mesma não perdeu oportunidade, uma vez que o novo POTRAA continua por aprovar, havendo ainda abertura para investimentos de grandes dimensões.

O peticionário indicou ainda que o promotor do hotel recorreu para o tribunal administrativo, conforme comprova a notícia do jornal, além do que a petição será apreciada na ALRAA e permitirá conhecer a posição dos partidos.

Considera que se deve restringir o ordenamento do território e restringir os hotéis ao meio urbano e não no meio da natureza, sendo o plano de marketing é um plano bem-intencionado, mas não tem força de lei. Destacou ainda as palavras proferidas, hoje, pela Sra. Secretária Regional, numa conferência, na qual dizia que devemos privilegiar o turismo da natureza.

Depois, o Deputado Paulo Mendes abordou as alterações feitas ao POTRAA em junho de 2019, dizendo que esta alteração não impede a construção de novos grandes hotéis, alguns dos quais anunciados publicamente, pois tem critérios demasiado flexíveis. Perguntou se o peticionário partilha das mesmas preocupações.

O peticionário respondeu que partilha das preocupações manifestadas e considera que o novo POTRAA é que poderá inviabilizar grandes hotéis.

A seguir, o Deputado António Pedroso questionou se o peticionário considera que a decisão possa ser revertida e que o grande hotel possa ser construído, se os novos investimentos devem salvaguardar a nossa natureza e se a nova suspensão revela uma falta de estratégia.

O peticionário disse que as declarações da SREAT, sobre o turismo da natureza, faz todo o sentido, mas depois há uma pressão dos grandes hoteleiros. Acrescentou que as alterações e suspensões ao PDM vão sempre aumentar a construção e fazer novos pisos, sendo os planos meros indicadores.

Posteriormente, o Deputado Carlos Silva questionou se as medidas cautelares ao POTRAA, apresentadas e aprovadas na ALRAA não dão maior confiança na salvaguarda dos nossos recursos naturais e a implementação da estratégia para o turismo, definida não PEMTA.

Em resposta, o peticionário disse que foram boas medidas mas ainda há um vazio enquanto o novo POTRAA não for aprovado.

Seguidamente, o Deputado Paulo Mendes questionou se os grandes hotéis de marcas internacionais, com grandes dimensões, podem inviabilizar a estratégia para o turismo dos Açores.

A terminar, o peticionário referiu que as grandes marcas hoteleiras obedecem a critérios de grande volumetria e dimensão, que não se enquadram no conceito de turismo de natureza dos Açores.

ii. **Audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro**

A SREAT começou por referir que considera a petição extemporânea face aos recentes desenvolvimentos, uma vez que a autorização para o início da construção caducou, findo um ano. Além disso, o Governo dos Açores apresentou uma alteração legislativa, com novas medidas cautelares, que já está em vigor.

Entretanto, a SREAT referiu que o promotor pediu prorrogação do prazo para início de construção, que foi indeferido, uma vez que a posição do Governo dos Açores tem em conta os aspetos jurídicos, a legislação em vigor, o PEMTA e a dinâmica do setor.

Depois, o Deputado Paulo Mendes questionou o motivo de considerar a petição extemporânea, se, o regime legal em vigor, permite evitar a construção de hotéis de grande dimensão e se apenas o novo POTRAA impedirá a construção de novos grandes hotéis, considerando o conteúdo do plano estratégico e de marketing para o turismo dos Açores.

Em resposta, a SREAT indicou que o indeferimento do pedido de prorrogação resulta da falta de enquadramento do pedido de prorrogação, sendo que o promotor pode fazer um novo pedido de análise, nos termos da lei em vigor.

Acrescentou que as medidas cautelares, aprovadas recentemente, são coerentes e consentâneas com o PEMTA e a certificação dos Açores como destino sustentável.

Posteriormente, o Deputado António Pedroso referiu que o PSD apresentou um requerimento, sobre este assunto, em maio, tendo questionado o motivo para ainda não ter tido resposta. O Deputado perguntou ainda se a Secretaria Regional já foi notificada da reclamação do promotor e se a autorização concedida em 2018 poderia ter sido evitada ao abrigo do PEMTA.

A SREAT reconheceu o atraso na resposta ao requerimento e informou que a resposta já foi emitida, além do que a Secretaria Regional já foi notificada da reclamação. Alegou ainda que quando a autorização foi concedida, em 2018, o PEMTA já estava em vigor, mas é apenas uma orientação, sem carácter vinculativo e sem força de lei.

Interveio novamente o Deputado António Pedroso, tendo lido as perguntas que constam no requerimento apresentado pelo PSD.

A SREAT respondeu às perguntas, de acordo com as respostas ao requerimento apresentado.

Seguidamente, o Deputado Carlos Silva perguntou se as medidas cautelares, aprovadas em junho deste ano, permitem salvaguardar a proteção dos nossos recursos naturais e o impacto social, económico e ambiental. Questionou ainda se as medidas cautelares permitem responder às pretensões e preocupações dos peticionários.

A SREAT realçou que as medidas cautelares conseguem dar resposta à proteção dos nossos recursos naturais e o processo de elaboração do novo POTRAA permitiu esclarecer dúvidas e teve a participação de várias entidades, em toda a região. indicou ainda que neste momento não existe nenhum projeto a decorrer, uma vez que o pedido de construção do hotel caducou.

A seguir, o Deputado Paulo Mendes perguntou se existem garantias que novos projetos, de grande dimensão, não possam ser aprovados no futuro.

Já o Deputado António Vasco Viveiros questionou qual seria a posição do Governo se tivesse de indemnizar o promotor ou em alternativa aceitar a prorrogação do prazo para construção.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Regional referiu que os critérios para análise em Conselho de Governo dão garantias e segurança na avaliação de projetos desta natureza e salvaguardam a estratégia em vigor para o turismo dos Açores.

Por fim, a SREAT referiu que o cenário apresentado é demasiado hipotético e que o Governo está tranquilo em relação à caducidade invocada.

4.º cAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou:

- Aprovar, por unanimidade, as conclusões nº 1 a n.º 5, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e BE.
- Aprovar, por maioria, a conclusão nº 6, com os votos favoráveis do PS, CDS e BE e o voto contra do PSD.

O GP do PSD/Açores vota contra a conclusão nº 6 do relatório com a seguinte declaração:

"O Grupo Parlamentar do PSD/Açores vota contra a conclusão número 6 (seis) deste relatório considerando que aquando da votação da suspensão do POTRAA se absteve o que demonstra não haver por parte dos deputados do PSD na Comissão de Economia reconhecimento de que as medidas cautelares aprovadas permitem salvaguardar os recursos naturais da Região, nem tampouco existe qualquer evidência desse reconhecimento no decorrer das audições, conforme se verifica no relatório. Em relação à consideração de que a

legislação sobre o novo POTRAA é relevante para o futuro do turismo nos Açores também não é possível tirar esta conclusão atendendo a que esta legislação ainda não está em análise nesta Assembleia nem existe qualquer posição pública do Grupo Parlamentar do PSD/Açores nesse sentido."

As conclusões emitidas pela Comissão de Economia foram as seguintes:

1. A Petição foi subscrita por mais de 300 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
2. O primeiro subscritor realçou que a petição não perdeu oportunidade, uma vez que o promotor do hotel recorreu para o tribunal administrativo e o novo POTRAA continua por aprovar, havendo abertura para investimentos de grandes dimensões.
3. Os peticionários consideram que se deve restringir o ordenamento do território e os hotéis ao meio urbano e não no meio da natureza, sendo que o plano de marketing é bem-intencionado, mas não tem força de lei.
4. A SREAT referiu que a petição é extemporânea face aos recentes desenvolvimentos, uma vez que a autorização para o início da construção caducou e o Governo dos Açores apresentou uma alteração legislativa, com novas medidas cautelares, que já estão em vigor.
5. A SREAT acrescentou que o promotor pediu prorrogação do prazo para início de construção, que foi indeferido, uma vez que a posição do Governo dos Açores tem em conta os aspetos jurídicos, a legislação em vigor, o PEMTA e a dinâmica do setor.
6. Os Deputados da Comissão de Economia reconhecem que as medidas cautelares aprovadas permitem salvaguardar os recursos naturais da Região e consideram que a legislação sobre o novo POTRAA é relevante para o futuro do turismo nos Açores.

7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 8 de janeiro de 2020.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Relator, Carlos Silva

A Presidente, Bárbara Torres Chaves

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Ávila.

Estão abertas as inscrições para apreciação desta petição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, saudar os mais de 1000 peticionários e o arquiteto Kol de Carvalho por ter tomado esta iniciativa que nos mostra sempre o que é que as pessoas pensam sobre as causas que lhes são mais próximas e às quais, naturalmente, esta Assembleia acolhe sempre e discute sempre, como não podia deixar de ser.

Depois, dizer que, em boa hora, foi indeferida a prorrogação do prazo para a construção deste hotel em Vila Franca do Campo, denominado do maior hotel de cinco estrelas dos Açores e que seria o último porque resultava da suspensão do plano de ordenamento turístico dos Açores. Era mau para Vila Franca do Campo, era mau para São Miguel e era mau para os Açores porque também não comportava o próprio plano de marketing de oferta de turismo de natureza com que os Açores sempre se pautaram e que é a grande diferença que nós temos para oferecer a quem procura o turismo dos Açores.

Sempre fui contra a construção deste Hotel em Vila Franca do Campo, aqui e noutras instâncias, apesar de alguns responsáveis políticos locais terem tentado contorcer a opinião pública assinando com alguns postos de trabalho que seriam

criados, quando a sua obrigação é criar emprego sustentável e não à custa da natureza envolvente.

Por isso, sempre que estiver em causa, na minha terra, ou em qualquer terra das nossas nove ilhas, construção, neste caso de um hotel com 568 camas, que tem um impacto ambiental grave, não só para nós como conhecemos a natureza em nosso redor, mas como nós a tomar decisões para as futuras gerações, serei, e espero que sejamos sempre, contra.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente em primeiro lugar, gostaríamos de enaltecer a movimentação cívica destes peticionários cuja participação engrandece a democracia pela interação com as instituições legislativas e por fazer ver o ponto de vista dos cidadãos. É uma forma também de os decisores políticos poderem mais facilmente decidir sobre aquilo que são legítimas preocupações da sociedade, e neste caso, destes peticionários.

Considerámos que a petição é efetivamente pertinente e foi pertinente no momento em que foi apresentada porque, é o nosso entendimento e considero que é um entendimento alargado nesta Assembleia, que o turismo dos Açores não deve ser um turismo massificado de resort, que de certo modo se possa

fechar sobre si mesmo e que ao fazer isso não faz valer os nossos aspetos e as nossas riquezas culturais.

Consideramos que o turismo na Região deve efetivamente privilegiar um turismo de natureza, em harmoniosa conjugação com o espaço envolvente, com os nossos recursos e que deve privilegiar, sem dúvida, este contacto mais próximo, menos massificado que não é, de todo, aquilo que pretendemos para a nossa Região.

A nossa Região tem uma riqueza cultural, natural, gastronómica que efetivamente também deve muito a esta proximidade e às experiências que se podem criar e devemos preservar, sem dúvida, aliás, porque temos até outros exemplos noutras paragens da macaronésia que efetivamente nos põem, talvez nos antípodas e nós podemos efetivamente traçar outro rumo que privilegie as nossas riquezas naturais e que não ponham em causa aquilo que foi a nossa herança natural e que nós pretendemos deixar à nossa descendência.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É sempre de enaltecer esses atos de cidadania, os atos que cidadãos, sem qualquer tipo de interesse que não seja o futuro das gerações que nos vão suceder, seja garantido por nós sustentavelmente. E este é um bom exemplo do que se estavam alguns se preparando para fazer para não garantir, nem a sustentabilidade social, nem a sustentabilidade económica do empreendimento nem, muito menos, a sustentabilidade ambiental.

O nosso atraso em relação a muitos dos nossos concorrentes na notoriedade dos Açores como destino turístico dá-nos esta vantagem comparativa de não cometermos os mesmos erros que outros cometeram. Basta olhar para o lado, basta olhar um pouco mais a sul para percebermos o que é que não podemos fazer, mais do que percebermos o que é que podemos fazer. E o que podemos fazer é não copiar, não cometer os mesmos erros, e acima de tudo, deixar empreender com sentido de construção de um todo sustentável, como já disse aqui, um todo sustentável que tem de ter os três vetores garantidos: a sustentabilidade social, criando emprego, criando bem estar para as populações que estão à volta dos empreendimentos que vão nascer; garantir sustentabilidade económica nesses empreendimentos e garantir a sustentabilidade ambiental das nossas ilhas, que não são um destino de natureza, ao contrário do que se diz, são um destino precisamente esdrúxulo, diria eu, por ser um excelente equilíbrio entre o turismo de natureza e uma ligação com a paisagem humanizada. E é isso que nós temos de preservar, uma paisagem humanizada que seja equilibrada com a paisagem natural das nossas ilhas, que ela por si só não é suficiente, mas também não pode ser destruída a qualquer preço, sob pena de perdermos dois pilares dessa sustentabilidade, o pilar da sustentabilidade ambiental e depois, por arrasto, o pilar da sustentabilidade social.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários da petição pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo, na pessoa do seu primeiro subscritor Arq. Jorge Kol de Carvalho.

O objetivo desta petição, efetivamente e felizmente, foi conseguido e bem conseguido porque o empreendimento em questão, pelo menos para já, e esperemos que assim continue, na nossa opinião, não passou de uma intenção.

Este projeto representava tudo aquilo que não deve ser o ordenamento do território e o ordenamento turístico nos Açores, daí a contestação que se gerou a este projeto e que se materializou também nesta petição que agora apreciamos.

Uma construção na costa, em zona sensível, uma enorme infraestrutura à maneira de outros atentados ambientais que se fizeram por este país fora noutros tempos. Um hotel que só se enquadra numa política de crescimento massificado do turismo, que não é aquela que deve ser a política de crescimento ou desenvolvimento, diria melhor, do turismo nos Açores.

Efetivamente, quase em simultâneo que esta petição corria e recolhia as suas assinaturas, avançava nesta Assembleia uma proposta do então Governo Regional que procurava efetivamente corrigir, no seu entender – essa é a nossa interpretação, não foi assim que foi justificado pelo governo – mas procurava corrigir o erro que foi a autorização de construção deste empreendimento numa zona costeira da ilha de São Miguel.

Na verdade, a alteração aprovada ao DRL que suspendeu o POTRAA e que deu origem ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, na nossa opinião, não era sequer necessária porque efetivamente o Governo Regional já tinha instrumentos para decidir e autorizar ou não empreendimentos deste tipo.

Felizmente essa autorização, como já foi referido, caducou e não foi bem renovada. A essa decisão, estamos em crer, que não foi indiferente a indignação e a contestação que este projeto gerou.

Mas esta petição tem também o mérito de, neste momento em que estamos e noutro contexto muito diferente, nos fazer não só refletir sobre este projeto, mas também sobre o próprio ordenamento do território e ordenamento turístico da região.

Lembrando que desde 2010 o POTRAA encontra-se, em parte suspenso, e a revisão que se iniciou na passada legislatura, embora tenha estado em consulta pública, não chegou, ainda, ao parlamento.

Suspenso que está o POTRAA é ao Governo que efetivamente cabe decidir de forma casuística sobre o aumento da oferta de alojamento, o que pode gerar, na nossa opinião, e tem gerado todo o tipo de decisões que são desgarradas e não têm um sentido estratégico claro. Decisões como essas têm como consequência um crescimento desordenado, ao sabor dos interesses do momento e que colocam em causa o interesse ambiental e o ordenamento do território.

Entretanto, fomos atingidos, como todos sabemos, pela pandemia causada pela COVID-19. Perante a estagnação completa do setor do turismo e a incerteza quanto ao futuro, seria de esperar prudência no que respeita a novas autorizações para crescimento e aumento de camas na Região Autónoma dos Açores.

Porque esta é uma altura em que o desafio, como tem sido tantas vezes dito, é salvar as empresas que existem, salvar o emprego e salvar os empreendimentos que estão em funcionamento, mas que estão vazios, infelizmente, à espera que a tempestade passe e adicionar camas a esta capacidade instalada é apenas juntar problemas a um problema já existente.

Neste momento, a IATA prevê, que na perspetiva mais otimista, o tráfego aéreo não recupere os níveis de 2019 antes de 2023. Quer isto dizer que, durante pelo menos 3 anos, teremos alojamentos em grande parte vazios ou com níveis de ocupação muito baixos do que é necessário para que sejam viáveis.

No entanto, desde março, do ano passado, ou seja, depois de ser declarada pandemia global, já se autorizam, na ilha de São Miguel, 832 camas, das quais, 182 já pelo atual Governo Regional, para além de ter aumentado, também pelo atual Governo Regional, os limites de camas para as restantes ilhas em 3250.

Na nossa opinião, mudou o governo, mas continuou ou até aumentou, a inconsciência sobre a situação em que vivemos. Não podemos fingir que nada se passa e que a prioridade não é salvar as empresas e os estabelecimentos que existem. Esta petição não podia deixar também de nos fazer refletir sobre estas decisões e é preciso que o momento atual tenha efetivamente a sua reflexão nas decisões políticas do governo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero felicitar os peticionários por esta petição que teve um grande sucesso. Alertou a opinião pública e o próprio Parlamento dos Açores e acredito que o anterior governo regional para o elefante branco que se pretendia contruir na Região Autónoma dos Açores, no concelho de Vila Franca do Campo. Aliás, com o apoio do responsável político local do Partido Socialista, o Dr. Ricardo Rodrigues.

Ora bem, o que é importante é que o anterior governo, deliberou e bem, …

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Lá vem o seu ódio de estimação!

O Orador: … deliberou e conseguiu parar este processo. Pelas notícias que tive na altura, e que podemos ver, existiu por parte do promotor, foi interposta uma ação judicial em relação à decisão do governo anterior. O que eu espero é que da parte do atual governo, - não sei em que fase é que está este processo – que seja defendida a atuação do Governo Regional anterior, em relação a esta matéria. Portanto, o que nós temos aqui é uma questão que foi resolvida e bem resolvida, por parte do Governo Regional anterior e que, com certeza o Governo Regional atual irá manter esse posicionamento.

Graças à ação dos peticionários, graças à ação dos responsáveis que agiram este projeto não foi para a frente. Teria prejudicado gravemente aquelas que são as características que devem ter os projetos turísticos na Região.

De qualquer das formas, há uma reflexão que deixo aqui no final, é que é importante rever todo este quadro legal para antever aquilo que é possível fazer e ter uma linha estratégica definida para aquilo que será o pós crise, a partir do momento em que os efeitos da pandemia imediatos terminarem e se projetar um futuro, que se espera com grande sucesso para o turismo dos Açores, que já estava a ter antes da pandemia, mas a potencialidade permanece intacta e, portanto, os Açores têm grandes perspetivas de crescimento, mas tem de ser um crescimento que evite projetos deste tipo. É isso que espero e tenho a certeza que é isso que será feito por parte do atual Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Partido Socialista começa naturalmente por saudar a iniciativa dos cidadãos, o exercício do seu direito que se traduziu nessa petição e também por relevar o objeto dessa petição para discussão.

Nós entendemos também que a participação pública assume particular relevância nas questões ambientais, enriquece a implementação de políticas públicas e contribui também para a responsabilização de todos os cidadãos.

Para o Partido Socialista, nos Açores, o nosso património natural e ambiental e a sua salvaguarda tem sido, desde sempre, uma prioridade, uma condição indispensável do nosso desenvolvimento sustentável e determinante do legado que deixaremos às presentes e futuras gerações.

A petição que hoje debatemos tem a virtuosidade de reconhecer os desafios como o ambiente e a sustentabilidade ambiental, enquanto causas do presente e do futuro. Por isso, Sr. Presidente, é necessário que nós nos unamos em torno desta causa. A minha geração e as gerações que se seguirão não nos perdoarão qualquer falha.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

A preocupação clara e central manifestada pelos peticionários prende-se essencialmente com a salvaguarda ambiental e a salvaguarda do ordenamento turístico da Região, sobretudo na ilha de São Miguel, naquilo que se refere a proteger, quanto à construção de empreendimentos turísticos que não se coadunem com base em critérios de desenvolvimento sustentável e aí concordamos em absoluto.

Esta preocupação, fortemente pertinente, que suscita o aprofundamento dos instrumentos de gestão territorial que possam se ajustar à realidade e que permitem também promover o desenvolvimento sustentável das nossas nove ilhas, face aos novos desafios.

Aliás, cumpre-me lembrar que, entre 2016 e 2019, a Região teve um crescimento de 35% nas dormidas, registou em 2019 o melhor ano de sempre e alcançou o recorde de mais 3 milhões de dormidas e a revisão do plano de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores, que o governo anterior determinou e esteve em discussão pública, que por motivos da situação que decorre, pandémica e excecional, não se concretizou, é por isso mesmo que esta revisão deste plano corresponde a isso, à capacidade de estarmos atentos ao crescimento e ao desenvolvimento dos vários setores da nossa Região, neste caso em concreto, ao turismo.

É por isso também que em julho de 2019, nesta Casa, houve lugar à aprovação da alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A de 7 de abril, que suspendeu parcialmente o POTRA com o objetivo de estabelecer novas opções

legislativas ao nível do regime jurídico, mas também promover uma adequação ao plano estratégico de marketing do turismo dos Açores e nele alicerçado o processo de certificação dos Açores como destino turístico sustentável.

Com a entrada em vigor deste diploma o Partido Socialista entende que as medidas cautelares ao POTRA, apresentadas e aprovadas nesta CASA, dão maior confiança à salvaguarda dos nossos recursos naturais e paisagísticos, conciliando a sua preservação com o desenvolvimento económico da Região e na implementação da estratégia para o turismo.

Foi através desta configuração que nos permitiu impor regras rigorosas quando a articulação de qualquer projeto com o seu impacto económico e social no concelho ou ilha onde se insere e a adequação arquitetónica e urbanística do projeto ao meio envolvente, tendo em conta os objetivos, da qualidade da paisagem e as orientações da paisagem dos Açores.

O Partido Socialista não prescinde de qualquer investimento, onde e quando ocorrer, se faça de forma ambientalmente sustentável, neste caso, em particular, os investimentos no setor do turismo.

Prova disso é o caminho, é o trabalho que o Partido Socialista fez em termos de ações concretas à certificação dos Açores como destino turístico sustentável.

Somos o primeiro e único arquipélago do mundo com esta certificação. Somos a única região do país com esta certificação e isso deve nos orgulhar a todos nós.

O Partido Socialista está, portanto, em concordância com as preocupações subjacentes à apresentação desta petição. Entende que a abordagem que foi feita pelo XII Governo dos Açores nos termos dispostos, se adequa com aquilo que nós defendemos, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

E compreendendo, embora, as pretensões e as preocupações manifestadas pelos peticionários, entende que as mesmas não se verificaram e que a comissão competente também teve a oportunidade de apreciar.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu podia dizer muita coisa e servia apenas para capitalizar o partido, já foi dito por todos vós e eu obviamente corroboro na íntegra tudo aquilo que foi dito, mas falta uma coisa, por isso é que eu pedi à Mesa a palavra.

Esta petição, e quero agradecer obviamente ao primeiro proponente e a todos os cidadãos que assinaram esta petição, inicialmente e primeiramente. Esta petição teve como data de entrada 18 de julho de 2019, nós estamos no fim de fevereiro de 2021, eu sinto vergonha, como deputado, dois anos depois estarmos a discutir uma petição de cidadania que serve como uma ferramenta democrática participativa e que haja uma proximidade entre os autores políticos, que somos todos nós, e todos os cidadãos que têm isto como ferramenta para o diálogo para abertura e, meus senhores, para fortalecer a autonomia. Sei, sem dúvida, que devido às circunstâncias do Covid em 2020 atrasou completamente os trabalhos, mas estamos a falar de 18 de julho de 2019, ok, acabou a sessão legislativa, começou em setembro novamente, poder-se-ia discutir isto ainda no fim de 2019 e não foi feito e sinto-me, como deputado agora, apesar de não ter a responsabilidade da legislatura anterior e assumo, obviamente a responsabilidade desta câmara como líder parlamentar do meu partido, que obviamente que acho que é uma falta de respeito nós estarmos a discutir isto neste momento …

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Menos!

O Orador: … e acho que deveríamos enviar uma carta direcionada e assinada por todos os líderes parlamentares ou por todos os deputados desta câmara a

pedirem imensa desculpa a todos os peticionários relativamente a esta petição porque estamos a falar de dois anos. Isto não é democracia participativa, meus srs. e minhas sras.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Menos um bocadinho!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, damos então por terminado este ponto da nossa ordem de trabalhos. Está apreciada esta petição.

Passamos ao ponto seguinte da nossa Agenda, Ponto 6 **- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII - "Regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores" - (Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A)"**. Este Projeto de Decreto Legislativo Regional é apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmo. Sr. Presidente e demais Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

No passado domingo, dia 21 de fevereiro celebrou-se o Dia Internacional do Guia do Turismo que tem sido promovido desde 1990 pela Federação Mundial de Associações de Guias de Turismo com a participação voluntária de guias em atividades para comunidades em vários dos países participantes. Esta iniciativa que apresentamos seguidamente vem, assim, consolidar, em tempo útil, a importância reconhecida destes profissionais.

O Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, estabeleceu o quadro legal regional do exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho motivou o desenvolvimento das disposições constantes na Diretiva 2005/36/CE, de 7 de setembro de 2005, respeitante a esta matéria, nomeadamente quanto ao reconhecimento das qualificações profissionais. Sem prejuízo do estipulado na Lei n.º 2/2021, de 21 de janeiro que procedeu à transposição da Diretiva Europeia 2018/958 do Parlamento Europeu e do Conselho e revogou, assim, o Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março. Ora, data do ano de 2013 a última atualização regional à matéria, fruto da primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho.

Desde o ano de 2013 que se assiste a um incremento significativo e exponencial do sector do turismo na Região, estimando-se que em 2017 o VAB gerado pelo turismo tenha atingido um valor de 12,7% da economia da Região. Já em 2018 o VAB gerado pelo turismo representou 9,8% do VAB regional.

Em 2020 houve uma queda abrupta do turismo devido à Pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 com perdas em unidades hoteleiras estimadas na ordem dos 95% e durante o ano de 2020 verificou-se uma variação negativa de 62,5% em relação a 2019 em número de passageiros desembarcados na Região.

Assim, o auspicioso crescimento expectável para 2020, na ordem dos três milhões de dormidas, foi suprimido por uma estagnação no sector e sendo o turismo uma atividade transversal à economia regional, a sua travagem reflete-se a vários níveis e adquire uma dimensão extrapolada.

Tendo em elevada consideração que os profissionais de informação turística são um dos grupos mais afetados por este embate negativo e um dos que necessita de se preparar para a retoma e contribuir para a alavancagem desta recuperação num futuro próximo, que se espera para o Verão de 2021, torna-se necessário uniformizar as carreiras e certificações, esbatendo desigualdades.

Para tal, a segurança e a confiança, devem assumir, a longo prazo, importância acrescida para o sucesso na retoma das atividades ligadas ao turismo. Tal é o

caso destes profissionais que em muito têm dignificado o sector em consonância com o aumento das exigências do consumidor de turismo, que é, predominantemente, de natureza.

Esta realidade tem reflexos imediatos na necessidade de qualificação dos profissionais, face à proliferação do exercício da respetiva atividade sem a habilitação profissional devida, desvirtuando o respetivo exercício profissional e contrariando o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, na sua atual redação.

Nesse contexto, o presente Projeto de Decreto Legislativo Regional visa estabelecer um regime excecional, de natureza transitória, que possibilite a certificação profissional dos indivíduos que, não possuindo as habilitações profissionais exigidas, tenham concluído o 12.º ano de escolaridade e demonstrem ter exercido as funções próprias de guia-intérprete por um período mínimo de 24 meses nos últimos quatro anos.

A oportunidade para a plena integração profissional num momento de escassa atividade, através da frequência de formação específica e aprovação em prova de aptidão é essencial à defesa da qualidade do destino e do futuro de um sector fundamental para a economia regional.

Esta iniciativa torna-se ainda mais necessária quando esta Casa aprovou no anterior plenário, uma iniciativa do PAN, que considerava um incentivo não reembolsável, equivalente, pelo menos, ao salário mínimo regional aplicável à Região para o ano de 2021 aos profissionais de Animação Turística que exerçam, em suma e exclusivo, funções sujeitas ao regime de trabalhadores independentes, e aos empresários em nome individual.

Aquilo que se pede aqui, hoje, é a capacidade de ambição necessária dos responsáveis políticos para aprovar uma medida que oferece, na sua génese, uma maior abrangência na inclusão destes profissionais que, podem, deste modo, ver o referido apoio assegurado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Alerto a Câmara que o PAN deu entrada a um pedido de substituição integral deste diploma.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

De facto, aquilo que o nosso colega, Sr. Deputado Pedro Neves trouxe aqui hoje é um tema bastante pertinente porque os profissionais de informação turística têm um papel muito importante no setor do turismo, no setor que, antes da pandemia, estava em franca expansão e que nós esperamos que, no futuro, depois da pandemia passar, possam ser um motor de arranque para a nossa economia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A substituição integral que foi entregue pelo PAN do Decreto Legislativo Regional que regula a atividade profissional da informação turística da Região Autónoma dos Açores veio suprir uma necessidade de há muitos anos porque, desde 2007, não existe na Região formação para a certificação de guias de informação turística e a última ação que houve neste sentido foi no ano de 2013 através de uma norma transitória – Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A, que criou um regime excecional que permitiu aos guias o acesso à certificação.

Portanto, esse projeto que é hoje aqui apresentado vem criar as condições de acesso à certificação destes profissionais e que é condicionado à frequência de formação específica e aprovação em prova de aptidão, o que constitui um passo muito importante na valorização e dignificação da função destes guias.

Sabemos que a certificação é uma condição sine qua non para o exercício desta profissão e ficamos todos a ganhar. A valorização destes profissionais e é também a nossa própria valorização, da Região Autónoma dos Açores, é um ganho em todos os sentidos.

A única coisa que eu lamento é que, de facto, no executivo anterior não se tenha agido nesse sentido, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: … apesar das inúmeras tentativas por parte da AGITA, que é a Associação de Guias de Informação Turística dos Açores, mas vamos olhar em frente e vamos fazer o presente, futuro, que é aquilo que interessa. De modo que, o grupo parlamentar do PSD obviamente que se associa e vai votar favoravelmente em relação a essa proposta.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito agora para participar no debate o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma justíssima iniciativa. Se bem que, para nós liberais, não seja muito importante o papelinho, não é? Lembro os sportinguistas que estão todos muito felizes que o treinador Ruben Amorim quando foi treinador do Sporting de Braga não tinha o papelinho e trouxe o Sporting de Braga do notável 9.º lugar para o 3.º e às competições europeias e agora trouxe o Sporting, sem o tal papelinho, da situação de há 22 anos desta parte a 15 pontos de distância …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ainda não acabou!

O Orador: …Ainda não acabou! Muitos sportinguistas muito felizes nesta altura.

Mas, isso para dizer que, não sendo propriamente a Iniciativa Liberal um adepto dos papelinhos e dos bons profissionais se fazerem por papelinhos, temos aqui um bom exemplo de que tratar do assunto do papelinho enquanto estamos a fazer um compasso de espera nesta espectativa de retoma da atividade, neste caso dos guias, mas de toda a atividade turística, faz todo o sentido, porque entendemos que, passado a crise pandémica ou, pelo menos, a crise de confiança que esta pandemia nos assolou, pelo menos ao mundo ocidental mais desenvolvido, que teremos aqui um crescimento, chamado crescimento em "V" do setor e se a oferta não estiver preparada para reagir a essa procura, certamente perderemos a nossa corrida para outros que façam esse trabalho de manter a oferta de serviços turísticos de qualidade atualizada.

E, portanto, é nesse sentido que a Iniciativa Liberal se vai associar a essa iniciativa legislativa que o PAN aqui nos traz hoje.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente não vou abordar as questões que nos trouxeram até aqui que foram muito bem elencadas pela deputada que me precedeu do PSD, a deputada Délia Melo, e vou passar a outro particular que também nos preocupa bastante e que nos leva a pronunciar sobre este projeto de decreto legislativo regional que o PAN aqui apresenta, que no fundo, visa regular o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores.

Este projeto pretende efetivamente criar condições para a certificação destes profissionais e é pertinente, neste momento, também por aproveitar esta janela

de oportunidade que infelizmente foi criada pelo quadro pandémico que atravessamos, mas que permite que fundo estes profissionais se enriqueçam e que, por conseguinte, enriqueçam o setor antes da esperada retoma dos fluxos turísticos e da retoma económica, que esperamos.

Estes profissionais são parte da "montra" da nossa Região e a dignificação desta profissão e deste profissionais enriquece, por sua vez, a experiência de quem nos visita. Permitirá também uma maior proteção dos nossos ecossistemas porque por essa via mais facilmente irão identificar e proteger as riquezas frágeis de inestimável valor e a prova maior desta proteção de ecossistemas é também dada pelo exemplo da existência de guias de parque natural que, no fundo, garantem que não se depaupera o nosso património natural - perdoem-me a redundância.

É por isso, de saudar esta iniciativa do PAN, à qual nós nos iremos naturalmente associar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, v.exa. não terá verdadeiramente a experiência que eu tive durante três legislaturas, nem v.exa., nem também a Iniciativa Liberal.

O quadro parlamentar permite ter estas alegrias que v. exas., os dois, estão a ter no âmbito desta legislatura …

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e CDS-PP)

O Orador: … eu também gostava de estar na oposição com esta força e esta capacidade de decisão. Eu, nem uns "boizinhos empalhados" consegui levar para o Corvo.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não eram empalhados!

O Orador: Mas quero dizer-lhe, pelo que já vi da discussão, v. exa. terá esta iniciativa aprovada com todo o mérito.

É de facto estratégica, no sentido que é preciso aproveitar este período para realizar esta certificação e todos acreditamos que vamos ter uma retoma do turismo, estava a crescer muito significativamente antes da pandemia e que já era um setor importantíssimo no âmbito da economia dos Açores e nós todos consideramos que o setor turístico pode voltar a crescer ao ritmo que estava e o que nós temos de ter a preocupação é de neste período preparar as coisas para que esse crescimento seja um crescimento sustentável, amigo do ambiente e que se faça de forma qualificada e esta sua proposta segue esse propósito.

Não tenho muito mais a dizer …

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Também disse pouco!

O Orador: … em relação aos argumentos que aqui já foram aduzidos por outros grupos parlamentares, apenas transmitir que pode contar também com o voto favorável do grupo parlamentar do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa tem efetivamente pertinência e procura criar um regime transitório, à semelhança do que já existiu no passado, para permitir efetivamente a certificação dos profissionais de informação turística na Região, uma vez que essa certificação já não é possível há alguns anos.

Essa alteração neste período de acalmia infeliz da atividade é positiva, faz sentido que seja feita nesta altura, mas também é fundamental que, não só a alteração legislativa seja realmente efetuada, mas também que haja da parte do governo a promoção dos cursos de certificação, mas também do curso de atualização eventual de conhecimentos para quem está no terreno a trabalhar e que assim verá a sua competência profissional, a sua formação profissional, o seu conhecimento numa área que exige efetivamente uma atualização permanente dos conhecimentos seja levada a cabo também, melhorando aquele que é o serviço que conseguem prestar no âmbito das suas funções.

Foi por isso que o Bloco de Esquerda também apresentou uma proposta, não com este objetivo do ponto de vista de alteração da legislação, mas no sentido de recomendar ao governo a promoção desses cursos, uma proposta que está em comissão e que esperamos também que depois seja debatida neste Parlamento e possa ter o acolhimento das sras. e srs. deputados e a implementação por parte do governo.

Em suma, o período que nós atravessamos é um período que se adequa, não só a pensarmos sobre o que queremos para este setor e para muitos outros, mas também para que possamos aproveitar esta falta de procura para atualizarmos conhecimentos, para darmos formação aos trabalhadores dos diversos setores e deste setor em particular.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA entende que esse Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PAN encerra bem a conversa popular que é: “na adversidade

também se vê a oportunidade" e muito bem sr. deputado, aproveitou bem a oportunidade para que essa pausa forçada da nossa atividade turística ser no fundo aproveitada para a valorização desses que são os nossos profissionais também dessa atividade turística. Como foi aqui dito também já, profissionais esses que são, não só a montra, mas o cartaz turístico e a imagem, a primeira imagem daquilo que é a nossa Região. Para além das nossas paisagens, para além das nossas belezas, para além da nossa gastronomia, também a boa apresentação, a boa capacitação dos nossos profissionais da área de turismo serão sem dúvida um elemento potenciador daquilo que será o turismo dos Açores no pós-Covid.

Portanto, o CHEGA congratula-se com o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PAN porque entende que este será um bom momento para aproveitar uma oportunidade forçada desse setor da atividade económica.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** *(Duarte Freitas):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dar nota, em nome do Governo Regional, da comunhão nesta reflexão com aquilo que é a proposta do PAN, aqui hoje presente.

De facto, entendemos que podemos ter aqui uma boa oportunidade para aproveitar este período mais difícil provocado pela pandemia, não só para requalificar aqueles que já têm a sua certificação, como também para certificar aqueles que ainda não têm.

Sabemos que estamos aqui enquadrados por um conjunto normativo que vem deste a Diretiva Bokenstein de 2006, até mais recentemente à Lei n.º 2/2021, que nos condicionam e retiram a possibilidade de legislarmos no quadro de uma carteira profissional, mas isso não nos pode fazer baixar os braços naquilo que pretendemos que é, de alguma forma, proteger, através da qualificação, os nossos profissionais e com isso elevar a qualidade da oferta turística que nós temos.

É nesse sentido que o XIII Governo Regional, aprovado que seja este diploma, vai naturalmente implementar um programa de formação para resolver aquilo que o PAN hoje nos traz e que este Parlamento, previsivelmente, aprovará.

Também dizer que, com este programa formativo vamos pretender atingir também outros objetivos, que tem a ver com um diploma que já foi aprovado pelo PAN no último plenário, tem a ver também com propostas, inclusivamente que o Bloco de Esquerda apresentou e que já foram hoje aqui referidas, no sentido de darmos, não só a formação, mas incluído nessa formação, podermos dar também aqui um suplemento financeiro para que os guias turísticos, não só melhorem as suas aptidões, mas também possam manter um rendimento mínimo que possa fazê-los sobreviver nesta fase difícil e com isso podermos todos ter uma perspetiva social, mas também uma perspetiva económica de futuro com a qualificação da nossa oferta.

Razão pela qual, o Governo Regional vê com bons olhos esta proposta e ira preparar naturalmente e consecutivamente o programa formativo adequado à sua concretização.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos em discussão, mais uma vez, uma proposta que visa, não só resolver um problema com que os guias turísticos se deparavam neste momento, mas também uma proposta que permite ajudar, ou pelo menos, preparar um setor que está em enormes dificuldades durante esta época de pandemia. Aliás, não temos feito outra coisa, nós temos tido o cuidado, neste Parlamento, sobre proposta do Partido Socialista, sobre proposta de muitas outras forças políticas, de tratar de uma forma diferente aquilo que merece um tratamento diferente e quando olhamos para um setor com o setor de turismo, com quebras na ordem dos 95%, com paragens de atividade praticamente totais, nós reunimos por diversas vezes com os guias turísticos, há guias turísticos que não trabalham há mais de três meses, há mais de três meses sem qualquer tipo de remuneração, fruto do seu trabalho.

Esta medida que é proposta pelo PAN, à semelhança de muitas outras que temos vindo aqui a discutir e outras que estão em preparação e que o próprio Partido Socialista irá discutir neste plenário que também abrangem os profissionais de atividade turística, visam exatamente ajudar aqueles que mais necessitam. Neste caso, providenciando-lhes uma formação para que possam certificar a sua atividade.

Por isso, esta propostas do PAN é bem-vinda, para o Partido Socialista, é uma proposta que, ainda apor cima, cumpre um dos propósitos da dialética parlamentar, foi à comissão, recebeu um conjunto de contributos e foi melhorada e, portanto, bem-haja quando assim acontece e por isso, o Partido Socialista irá apoiá-la.

Também tivemos aqui outra discussão, que me parece um pouco tentação habitual da parte de alguns partidos políticos, nomeadamente ao que parece, do Partido Social Democrata. Há sempre uma tentação de querer olhar para trás, quando são um partido que quer ser futuro na Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E o senhor de 96! O senhor fala de 96!

O Orador: Eu sei, sr. deputado, o sr. deputado no último plenário fez mais de 400 apartes, vamos ver se neste bate o recorde.

Bom, eu bem sei e reconheço …

Presidente: Sras. e Srs. Deputados permitam que o Sr. Deputado Francisco César continue.

O Orador: … a tentação, porque eu próprio, enquanto deputado do Partido Socialista, várias vezes me referenciei …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* De 96!

O Orador: … de 96. Mas, há algo que sempre tiver o cuidado… Se eu pudesse não interromper os vossos apartes, ficava agradecido.

Há algo que eu sempre tive o cuidado, foi de nunca atirar pedras para trás, sem que tivesse alguma coisa para propor para a frente. O que aqui veio a acontecer é que o Partido Social Democrata veio criticar o Partido Socialista por não ter agido, quando nada fez sobre esta matéria. E, portanto, sra. deputada, eu acho que aqui devemos ter todo algum cuidado, o Partido Socialista trabalhou nesta área, acredito que o Partido Social Democrata também o tenha feito: reuniu com a associação de guias, nós também reunimos, inclusive nos meses de setembro e outubro fizemos trabalho conjunto com a associação de guias turísticos e estava acordado com eles – basta conversarem com eles – o conjunto de medidas que iam muito para além da questão do seu problema de formação …

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não parece!

O Orador: … e, portanto, há trabalho feito por todos e há aqui um conselho que lhe dou e eu percebo que está aqui há pouco tempo, sr. deputado, é que: preocupe-se com o futuro e menos com o passado! Nós sabemos que não somos já um partido que está no poder, o que me parece às vezes é que os srs., estando no poder, não perceberam que já não são a oposição.

Não sejam a oposição ao Partido Socialista, sejam sim posição a favor dos Açores!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Délia Melo** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, começo por agradecer os seus sábios conselhos, de facto já cá anda nesta Casa há muitos anos e eu sou muito novata nisso, mas hei-de aprender, não se preocupe! Sou uma fast learner, como costumava dizer.

Aquilo que nós estamos aqui a discutir não é a questão dos apoios, porque apoios eu sei que tem apresentado muitos, aliás isso é muito próprio da oposição, que não estando obrigado a cumprir, não se coíbe em oferecer tudo aquilo que tem e não tem. Quanta generosidade!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O que estamos aqui a falar, hoje e neste momento, é sobre uma situação que é de valorização dos profissionais de informação turística e sabem que o turismo estava em franca expansão, antes da pandemia. Portanto, quem é que estava a governar? Não eramos nós! Portanto, alguma coisa poderia, nesta altura, ter sido feita para valorizar estes profissionais e nada foi feito!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, são discussões completamente diferentes, não vamos confundir as coisas. De qualquer forma, sr. deputado, estarei sempre atenta aos seus conselhos para aprender cada vez mais.
Obrigada!
Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor, Sr. Deputado.
(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Eu não resisto, eu não estava para fazer esta intervenção, mas o tom paternalista …
Deputado João Vasco Costa *(PS):* Seja mais veemente!
O Orador: … do Sr. Deputado Francisco César em relação a uma deputada que iniciou as suas funções neste âmbito e tendo em conta a experiência anterior, eu quero dizer o que é que era o governo socialista e como é que eram tomadas as decisões.

Todos se lembram, propus aqui, por exemplo, a construção de um museu no Corvo, que não existia. Porque é que o Partido Socialista votou contra? Votou contra porque não estava no programa do governo, foi o que me foi dito na altura.

Depois o PCP a seguir apresenta uma outra iniciativa e votaram também contra. Qual foi a justificação? Votaram contra porque estava no programa do governo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, nós perguntávamos: Mas então ou está ou não está? Mas se estiver não pode, mas se não estiver também não pode! E, portanto, era muito difícil. É bom lembrar o passado porque estamos numa situação parlamentar completamente diferente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ponha uma vírgula!

O Orador: Diz o Sr. Deputado Francisco César: "Bem, mas esta proposta que os srs. estão a aprovar não é vossa, é do PAN". Claro! Há técnicas que podiam ter sido feitas e que foram muitas vezes feitas, por parte do Partido Socialista, que era fazer uma outra proposta com uma "alíneazinha" diferente e dizer que a nossa era melhor que a do sr. deputado. E, portanto, isto podia ter sido feito e nós poderíamos ter colocado aqui uma urgência e podíamos ter feito isto, porque isto foi a prática que, durante muitos anos, o Partido Socialista fez em muitos, muitos diplomas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Nem vamos fazer!

O Orador: Mas, não foi isso que nós fizemos. O que nós fizemos foi reconhecer o mérito da iniciativa de v.exa., que tem mérito nessa iniciativa e, por isso, nós o que fizemos é votar a favor e reconhecer o seu mérito político

nessa proposta e é isso que nós vamos fazer. Esses "truquezinhos" de fazer uma proposta que é um pouco melhor, é um pouco diferente para evitar que todos os partidos aqui representados tenham mérito de apresentar o assunto, antes ou melhor, bem, da nossa parte, o que vamos fazer é manter este posicionamento, valorizar sempre e sempre a atividade dos partidos e reconhecer o mérito de todos os partidos políticos. Esse truque de apresentar propostas para colocar por cima das propostas dos outros partidos, pode v.exa. tomar nota e a câmara, que nós não o vamos fazer. Em todos os momentos vamos reconhecer o mérito dos partidos políticos que a apresentam e essa é a grande diferença em relação ao passado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Foi claro!

O Orador: E devo dizer, chegámos ao ridículo – era já ridículo nos últimos tempos – 20 anos depois, o Partido Socialista comparava sempre a realidade social ou económica ou os investimentos realizados no período de 24 anos de antecedência, ou seja, quando o PSD tinha estado no poder até 1996 e as comparações eram todas as semanas, todas as semanas se compravam o incomparável, todas as semanas se comprava um período onde não existiam fundos europeus com um período em que há apoios ou investimentos dos fundos europeus. Era isto que era feito, sistematicamente. Portanto, se há alguém que tinha essa técnica de olhar para o passado era o Partido Socialista e não tem sido isso que a coligação tem feito neste período …

Deputado Francisco César *(PS):* Estão a começar agora!

O Orador: … portanto, reconhecer o mérito dos outros partidos e não olhar para trás, olhar para a frente, é isso que nós estamos a fazer e …

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Ontem foi!

O Orador: … esta é uma proposta que irá permitir que de facto, neste setor se melhore, é isso que nós estamos a fazer e é uma proposta do PAN, podia ser

uma proposta do Bloco de Esquerda, podia ser uma proposta do Partido Socialista, não interessa, eu não olho para as cores, olho apenas para o benefício dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Francisco César *(PS):* Era o Sr. Deputado Paulo Estêvão que estava aí ontem?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate, se me permitirem, o Sr. Deputado Francisco César. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Paulo Estevão eu sempre julguei que o sr. deputado, no passado, tinha sido polícia… Não é uma crítica, antes pelo contrário, é um elogio, mas o que parece …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É melhor ter sido polícia do que ter sido bandido!

(Risos da câmara)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: É verdade, é verdade!

Mas, o sr., na prática …

Não se preocupe, sr. deputado, que a incoerência não é crime.

Mas, o sr., na prática, para polícia não tem jeito, mas para bom bombeiro, o sr. tem tido vocação nesta nova coligação. O sr. não se preocupe porque a

incoerência não é crime, porque aquilo que o sr. deputado veio acusar o Partido Socialista, hoje, foi exatamente o que fez ontem, o sr. ontem só falou do passado e utilizou um conjunto de argumentos esdrúxulos apenas para defender a sua dama …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Essa agora não esteve bem!

O Orador: …e aquilo que parece é que quando o Partido Socialista apresenta uma proposta, o sr. deputado quase que se levanta, como se tivesse uma mola, no sentido de a criticar. Mas eu não levo isso a mal, porque eu conheço o passado do sr. deputado, em matéria parlamentar.

Mas, permita-me só que o desminta no seguinte, algo que nós temos muito orgulho, no Partido Socialista e no trabalho que o governo do Partido Socialista, teve: nesta câmara mais de 70% dos diplomas aprovados, na passada legislatura, foram aprovados por unanimidade e mais de 90% foram aprovados com mais votos do que os votos do Partido Socialista. Se isto não é algo que nós nos possamos orgulhar, eu não sei o que será e é uma boa lição de democracia.

Mais lhe digo, a si e também à sua colega deputada e não falei com qualquer tipo de paternalismo, apenas lhe dei um conselho, como me gostaria que me tivessem dado a mim e acredite que me dera muitos e eu demorei algum tempo a aprender, não fui fast learner, como a sra. deputada disse, fui um normal aluno nesta matéria, mas esforçado, digo-lhe e cometi muitos erros aqui dentro, digo-lhe desde já e alguns até me arrependo. Mas, sra. deputada, o julgamento da história não são só srs. que a fazem, não é qualquer colega que está aqui, o julgamento da história da atividade do Partido Socialista nos passados quatro anos, foi feito apenas por uma entidade, o povo açoriano. E sabe qual foi o resultado, sra. deputada? O Partido Socialista foi o partido mais votado desta câmara.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por último, este é um bom diploma que visa resolver um problema que foi detetado e ainda bem que o PAN – por acaso não foi o PSD – veio aqui propor, foi melhorado após audição em comissão e deve merecer, a nosso ver, por isso, a nossa confiança.

É esse o compromisso do Partido Socialista, o passado do Partido Socialista tem virtudes e tem erros. Nós estamos aqui para assumi-los todos e já o fizemos perante o povo açoriano e não foi com maus resultados, diga-se de passagem.

Deputada Sandra Faria *(PS):* Muito bem!

O Orador: E, portanto, esta é uma proposta que merece apoio, tal como muitas outras que aqui virão que mostrem apoiar e resolver uma situação que merece ser resolvida.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação. Vamos começar por votá-lo na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/12, apresentado pela representação parlamentar do PAN foi aprovado na generalidade por unanimidade.

(Aplausos do PS, PAN, PPM)

Presidente: Muito obrigado.
Este diploma é composto por três artigos. Pergunto à câmara se posso colocá-los em simultâneo à votação?
Não havendo oposição, vamos votar os três artigos do diploma:
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.
Faça favor, Sr. Secretário.
Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.
Presidente: Votação final global:
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.
Faça favor, Sr. Secretário.
Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/12, em votação final global foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Muito obrigado.
Vamos prosseguir com a nossa Agenda, para o ponto …
Sr. Deputado António Lima, faça favor.
Deputado António Lima *(BE)*: Sr. Presidente, uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 17h20.

Eram 16 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 53 minutos

Entramos no ponto 7 da nossa Agenda – **Projeto de Resolução nº 2/XII "Transmissão dos trabalhos das Comissões Parlamentares por meios telemáticos"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.
Rege esta matéria o Artigo 145º do nosso Regimento.
Para apresentação do Projeto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.
Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros do Governo:
A publicidade e divulgação do trabalho parlamentar é essencial para reforçar a transparência e o conhecimento da sociedade sobre os debates parlamentares e sobre o processo legislativo.
Em suma, o debate e decisões tomadas pelas Deputadas e Deputados eleitos deve ser do conhecimento público da sociedade.
Os plenários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores são já, e muito bem, transmitidos através do seu sítio da internet.
A transmissão através desta plataforma, não sendo na verdade tão acessível como é um canal de televisão em sinal aberto, constitui uma forma importante de divulgação, publicidade e transparência dos debates nas sessões plenárias. Debates estes que têm, como é sabido, um caráter público.

Esta transmissão tem também, na nossa opinião, espaço para ser melhorada. No entanto, o trabalho parlamentar não se resume às sessões plenárias. É nas Comissões Parlamentares Permanentes e Eventuais que se desenvolve grande parte do trabalho parlamentar.

As Comissões Parlamentares apreciam projetos e propostas legislativas, petições dirigidas à Assembleia; acompanham problemas políticos e administrativos; promovem a audição e a fiscalização do Governo, entre outras importantes competências. Esta é uma parte muito substancial do trabalho dos Deputados e Deputadas desta Casa.

Por isso, exige-se que as Comissões Parlamentares, sejam elas parlamentos, eventuais ou eventuais de inquérito, gozem da mesma transparência e publicidade que as sessões plenárias já têm.

O trabalho das Comissões não é um trabalho menor. Nem um trabalho que deva ficar escondido das pessoas.

As reuniões das Comissões devem ser transmitidas também a através do sítio na internet da Assembleia Legislativa.

Apesar do Estatuto e o Regimento não preverem o caráter público de todas as reuniões das Comissões Parlamentares, algo que em nosso entender pode e deve ser alterado em futuras revisões do Estatuto e do Regimento, está previsto que estas tenham caráter público, se as Comissões assim o deliberarem.

Para além disso, verifica-se que nos últimos anos e na esmagadora maioria das vezes as Comissões deliberam favoravelmente para que as suas reuniões sejam públicas.

Em virtude da criação de condições técnicas para que a Assembleia pudesse reunir em sessão plenária por meios telemáticos devido às conhecidas restrições de mobilidade causadas pela pandemia Covid-19, já é possível, como foi para os plenários online, transmitir os trabalhos das Comissões, mesmo daquelas em que alguns Deputados e Deputadas não se encontrem numa das delegações da

Assembleia Legislativa e participem na reunião a partir de outro local com ligação à internet.

Não existe, por isso, qualquer motivo de ordem política ou técnica que impeça a transmissão através do sítio da internet da Assembleia Legislativa, das reuniões das comissões permanentes, eventuais e eventuais de inquérito, bem pelo contrário.

Este é um passo que pode ser dado, como contributo para a aproximação do Parlamento às pessoas e, assim, reforçar a democracia, sem que sequer sejam necessários grandes e avultados investimentos.

Outros passos maiores podem ser dados no futuro. Mas este pequeno e significativo passo pode ser dado facilmente e a muito curto prazo.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolva transmitir por meios telemáticos e à semelhança do que sucede com as sessões plenárias, os trabalhos das comissões parlamentares permanentes, eventuais ou eventuais de inquérito, quando e sempre que as suas reuniões ou parte delas tenham caráter público, exceto quando as Comissões Parlamentares reúnam presencialmente em instalações externas à Assembleia Legislativa.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luis.

***Deputada Ana Luis** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Bloco de Esquerda apresentou no passado mês de dezembro uma iniciativa legislativa – um projeto de resolução – que recomenda à Assembleia que transmita no seu portal web as reuniões de todas as Comissões, sejam elas permanentes, eventuais ou de inquérito, e desde que esteja assegurado aquilo

que está descrito no nosso Estatuto e Regimento, ou seja, que elas tenham uma deliberação prévia para que sejam públicas.

Esta recomendação recebeu o parecer favorável de todos os partidos com assento na CAPAT e é o culminar de um caminho de investimento e desenvolvimento de soluções técnicas por parte desta Assembleia que permitiram, e irão permitir no futuro, ganhos de eficiência e produtividade, mas também o desenvolvimento de infraestruturas informáticas, com vista a melhorar o circuito de comunicações interno desta Assembleia.

Permitam-me que vos descreva este caminho. Um caminho que teve o seu início em 2007, altura em que esta Assembleia Legislativa dotou todas as suas delegações de salas de vídeo conferência, em sistema integrado em rede com a sede aqui na Horta, de forma a permitir uma participação mais eficaz e sem os condicionalismos próprios de quem vive em ilhas, de todas as Sras. e Srs. Deputados nas reuniões parlamentares, naturalmente com exceção das reuniões plenárias.

Em março do ano passado com o surgimento da pandemia de Covd-19, e com todos os impactos que ela teve na nossa sociedade a todos os níveis, o nosso Parlamento, também teve de se adaptar para que fosse possível enfrentar esta adversidade e contribuir para o normal funcionamento – se é que se pode chamar de *normal*.

Com a interdição dos voos inter-ilhas, foi necessário proceder à respetiva adaptação dos trabalhos parlamentares recorrendo, para o efeito, à utilização dos meios telemáticos.

Essa adaptação contou – e renovo aqui os agradecimentos que na altura fiz – com o espírito de colaboração e total disponibilidade dos serviços desta Assembleia, em particular dos serviços informáticos, e de todos os Deputados, começando desde logo pelos líderes parlamentares que se demonstraram disponíveis para as necessárias mudanças, algumas efetuadas em tempo muito

reduzido, como também contribuíram de forma efetiva na construção dum Regimento provisório e em toda a dinâmica parlamentar por meios telemáticos.

Na prática, tivemos de melhorar e evoluir a ligação por vídeo conferência de que já dispúnhamos e que ligava 9 salas físicas, sendo que, para tal, foi necessário adquirir uma nova versão mais evoluída do sistema de vídeo conferência, alargar a funcionalidade de rede, para que o sistema comportasse agora não apenas 9 salas físicas, mas salas virtuais para todas as Comissões, reuniões da Mesa, da Conferência de Líderes e, por fim, do próprio plenário que contava com a participação de mais de 70 pessoas em simultâneo.

Feita esta cronologia de forma naturalmente muito breve, do ponto em que partimos e aonde chegámos, importa que se mantenha o investimento de forma a que se proceda a mais um passo neste caminho que é aquele que o Bloco de Esquerda agora propõe; o de dotar a Assembleia com meios técnicos e humanos, cujo investimento será certamente inferior àquele que foi realizado até agora, de forma a que as Comissões possam ser transmitidas no nosso portal web.

Eu diria mais: que elas também possam reunir em simultâneo, sendo assim possível serem gravadas e transmitidas online também, criando para o efeito no nosso portal, salas de acesso diferenciado, para quando elas reúnem de forma simultânea.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como é natural e óbvio, apoia esta iniciativa e espera que este também seja mais um contributo para a melhoria da comunicação política e para incrementar a proximidade entre eleitos e eleitores.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

***Deputada Sabrina Furtado** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora chegou esta iniciativa de transmissão online das Comissões trazida pelo Bloco de Esquerda, nesta que deve pautar por ser a Legislatura da transparência e da aproximação de todos os eleitos aos seus eleitores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Naturalmente com isto que acabei de dizer, adianto que o Partido Social Democrata associa-se e acompanhará o Bloco de Esquerda nesta iniciativa, sendo que todos os mecanismos que pudermos sempre encontrar, para que de facto as pessoas lá fora conheçam mais do trabalho dos Deputados, do trabalho legislativo, do trabalho das Comissões que lá é feito, também das audições do próprio Governo e de outras entidades nas Comissões, saber tudo o que lá se passa, saber tudo o que também lá se devia passar, é sempre um contributo importante, para que as pessoas lá fora se revejam cada vez mais nos trâmites legislativos e na produção legislativa que tem um impacto direto, depois de aprovada, nas suas vidas.

Por isso, repito, em boa hora chegou esta iniciativa e o PSD naturalmente acompanha o Bloco de Esquerda votando a favor.

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

***Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente apoiamos esta iniciativa do Bloco de Esquerda, tendo em conta também aquilo que se está a passar nesta Câmara que tem a ver com a aproximação aos cidadãos de forma telemática, que está a acontecer neste preciso momento. E tem que acontecer também nas Comissões, porque muitos dos trabalhos dos Deputados não ficam apenas restritos a uma semana de plenário por mês. Muito do nosso trabalho é feito em Comissão e é um trabalho extremamente importante e minucioso, de vários temas que podem ser igualmente importantes para cada cidadão, daquilo que acha mais necessário para a sua vida ou aquilo que é mais importante. Logo, à partida, eu acho que esta iniciativa já vem tarde e claramente temos que apoiá-la de forma unânime, para que as Comissões sejam todas vistas pelos cidadãos, se assim o quiserem. E é assim que a democracia consegue prevalecer cada vez mais.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

***Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente a Iniciativa Liberal associa-se a esta iniciativa do Bloco de Esquerda, não podia ser de outra maneira. Clareza, publicidade do nosso trabalho, o escrutínio de quem nos elege, é sempre muito bem vindo.

Porém, não queria deixar passar esta oportunidade sem dizer que espero de todos os Srs. Deputados aqui legitimamente eleitos, representantes do Povo, que ainda um dia destes numa reunião de determinada Comissão – não vou dizer qual delas – senti vergonha alheia por de trás da câmara do meu computador portátil. E, por isso, contenham-se na forma como fazem o debate político-partidário, para dignificarmos esta Casa junto daqueles que nos elegem e que descontam para pagar os nossos vencimentos e os vencimentos de quem trabalha nos gabinetes aqui ao lado. Porque se não formos nós a dignificar esta Casa, ninguém lá fora o vai fazer. E esta Casa e todos os parlamentos por este país fora e por essa Europa fora têm sido vítimas de ataques vis, porque dão azo a que esses mesmos ataques existam. Por isso, saibamos usar os meios que vamos agora aqui aprovar e que vamos ter num futuro breve, para que possamos ter da parte dos eleitores o mesmo respeito que todos merecemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

***Deputado Pedro Pinto** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS obviamente também se associa a esta iniciativa do Bloco para conferir mais transparência aos trabalhos políticos desta Assembleia. No entanto, este não é um caminho que começou agora ou que começou com a pandemia e com a necessidade da Assembleia se modernizar tecnologicamente, para poder continuar a funcionar neste período de grandes restrições à mobilidade das pessoas.

Eu relembro que já em 2013, por mão do PPM, houve uma resolução aprovada por unanimidade, para que se realizasse um protocolo, à época com a RTP-Açores, para criar o canal parlamento. Oito anos passaram e nada foi feito.

Quatro anos volvidos, o PPM e o CDS apresentaram uma resolução, também ela aprovada por unanimidade, para que se fizesse um protocolo com a RTP-A para criar o canal parlamento. Também nada foi feito e hoje continuamos sem canal parlamento.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Um ano depois, todos os partidos desta Assembleia subscreveram uma resolução, para que fosse criada na Comissão Parlamentar de Ambiente e Trabalho um grupo (de trabalho) que acompanhasse a implementação do canal parlamento da ALRA. Foi aprovado – obviamente – por unanimidade, porque por todos foi subscrita. Foram feitos relatórios, mas ainda hoje não temos o canal parlamento.

Recentemente, no início deste mês, o CDS e o PPM voltaram a apresentar um projeto de resolução que está para análise em Comissão, também para a criação dum canal parlamento. É expectável que volte a ser aprovado nesta Assembleia. Esperamos é que desta vez o resultado seja diferente.

Se, por um lado, estamos dando um passo importante, hoje, ao aprovarmos a transmissão dos trabalhos que todos os deputados realizam fora deste plenário por via telemática, também sabemos que o alcance dessa via não é universal. E, portanto, este é mais um passo no sentido da transparência dos nossos trabalhos, mas achamos fundamental que, à semelhança da Assembleia da República, exista transmissão dos trabalhos desta Assembleia em canal televisivo aberto, pois o seu alcance será mais universal.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

***Deputado Carlos Furtado** *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente o CHEGA também vai-se associar a este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

No nosso entender, trata-se de dois elementares direitos: o direito da nossa população estar informada sobre os trabalhos realizados pelos parlamentares e também o direito dos parlamentares mostrarem o trabalho que estão fazendo à comunidade a quem estão prestando esse serviço.

Portanto, a transparência que este Projeto de Resolução permitirá, será seguramente vantajoso quer para parlamentares, quer para cidadãos.

Por isso, enaltecemos o Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda e obviamente vamos votá-lo favoravelmente.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* E a Conferencia de Líderes não é para ser transmitida também?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer que a proposta do Bloco de Esquerda relativamente à transmissão dos trabalhos das Comissões Parlamentares por meios telemáticos está muito bem estruturada, é uma proposta que merece o nosso apoio político. Vamos, por isso, votar favoravelmente a iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Não me levem a mal se eu citar, noutro âmbito, mas num contexto semelhante, a Sra. Deputada Zuraida Soares que dizia que "a criação do canal parlamento provocaria o aumento da transparência da democracia, da pluralidade e da aproximação dos eleitos e dos eleitores. E da visibilidade dos trabalhos desta Casa que são, de uma maneira geral, pouco compreendidos, porque são pouco

conhecidos também". Dizia também que este "é um trabalho que vale a pena. E é um trabalho que os açorianos devem ver".

Eu revejo-me totalmente quer na proposta do Bloco de Esquerda e na exposição feita pelo Sr. Deputado António Lima, quer na exposição cronológica da Sra. Deputada Ana Luis, do ponto de vista da exemplificação de como foram reforçados os meios que permitem que neste momento seja feito um esforço muito menos substancial, no sentido de permitir que este projeto possa ser concretizado. Estamos, hoje, muito mais próximos de poder fazer algo, do ponto de vista técnico, do que estávamos antes da pandemia. Por isso, esta iniciativa merece o nosso apoio.

Aproveito apenas para dizer que isto em nada prejudica esta iniciativa que é fundamental para a publicidade dos nossos trabalhos e para que a população tenha a oportunidade de acompanhar – como o Bloco de Esquerda diz, e bem, na sua iniciativa – uma parte substancial do nosso trabalho, que vai muito além daquele que é realizado aqui nos plenários. Como o BE diz, e bem, "muito do trabalho é realizado nas Comissões Parlamentares. E, portanto, tem que ser (e deve ser) acompanhado pela população, por aqueles que assim o desejarem fazer.

Finalmente, fazer uma referência a que, também o CDS/PP e o PPM, têm uma proposta de diferente natureza, mas com o mesmo objetivo e que é a criação do canal parlamento, cujo objetivo é permitir também que uma parte ainda mais substancial da população possa acompanhar os nossos trabalhos, no sentido da valorização do Parlamento e da atividade parlamentar, porque *só pode ser amado aquilo que é conhecido.* E, por isso, é evidente que nós temos que fazer um esforço muito significativo, para que todos possam acompanhar e analisar os trabalhos que aqui são desenvolvidos.

Eu tenho a certeza absoluta de que os açorianos têm um grande interesse na atividade parlamentar. E que se esta for publicitada e do conhecimento da

população e se esta tiver oportunidade de acompanhar, eu penso que será uma grande vantagem, no sentido de dignificar o nosso Parlamento e no sentido de que todos possam acompanhar aqueles que são os seus representantes, porque é isso que nós somos. Nós somos os representantes do povo. E é essencial que o povo tenha a oportunidade.

Por isso, reitero apoio total à iniciativa do Bloco de Esquerda.

Deputado Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

***Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente começo por saudar todas as bancadas pela unanimidade e apoio que dão a esta iniciativa que efetivamente só procura tornar mais transparente, mais conhecido e mais próximo o Parlamento das pessoas e, como tal, ela deve ter – como já está a ter – o apoio de todos os grupos e representações parlamentares, porque realmente a democracia beneficia dela, todos nós beneficiamos dela, e é um passo que, não sendo um passo muito grande, eu considero que é um pequeno e importante passo. E quando nós podemos dar pequenos passos que são importantes, não nos devemos conter e não devemos ficar à espera de outros passos maiores; devemos dar este pequeno passo que é significativo, já hoje.

Efetivamente, tal como disse a Sra. Deputada Ana Luis – com quem concordo – o trabalho das Comissões e a sua transmissão, poderão idealmente permitir a reunião de várias Comissões em simultâneo e a disponibilização das gravações dos vídeos. Não referimos isso no Projeto de Resolução, por uma questão de precaução, para não tornar também mais difícil a implementação no imediato da

medida, mas certamente que é para aí que devemos caminhar o mais brevemente possível. Mas quisemos propositadamente deixar essa questão de certa forma omissa, para que não houvesse nenhuma questão técnica que limitasse no imediato a aplicação da medida.

De facto, tal como também foi referido quer pelo PPM quer pelo CDS, com correção, já foi discutida por duas vezes - se a memória não me falha – a criação do canal parlamento que o Bloco de Esquerda tem acompanhado, a qual já foi aprovada por duas vezes por unanimidade, mas que efetivamente ainda não foi concretizado.

Esse é um projeto que, no nosso entender, será ainda maior, o tal passo que há pouco referia, mas é um passo maior que exige também outra capacidade técnica, outro tipo de investimentos e de custos – porque não dizê-lo?

No nosso entender, esse passo deve ser dado. No entanto, deve-se tentar perceber porque é que ainda não foi possível dá-lo e procurar resolver os constrangimentos que existam.

Esperamos que este pequeno passo que damos hoje – espero eu e espera o Bloco de Esquerda – contribua também para que o canal parlamento seja uma realidade a prazo. E que não seja um prazo muito longo. Certamente teremos oportunidade de o debater. E com a iniciativa conjunta novamente apresentada pelo CDS e PPM, teremos com certeza a oportunidade de averiguar e aferir das possibilidades que existem neste momento, só que um canal de televisão exige outros meios e outros custos, a não ser que também haja uma parceria com o canal público, o qual terá também as suas limitações perante a nossa atividade.

Tudo isto deve ser ponderado. Mas, neste momento, estamos em condições de dar este pequeno (e significativo) passo.

Termino a minha intervenção saudando a Câmara e congratulando-me pela unanimidade que esta proposta consegue.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Parecendo não haver intervenções, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº2/XII** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 8 da nossa Agenda. - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XII** - "Programa de Apoio aos Custos Fixos das Empresas do Setor do Turismo", apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise económica instalada na sociedade Açoriana reveste-se de contornos dramáticos para algumas áreas de atividade que tiveram quebras enormes.

As empresas nestas situações precisam, urgentemente, de apoios públicos que evitem o seu encerramento.

Acontece que muitas dessas medidas, pelo facto de terem um prazo de vigência até final do ano 2020, carecem de ser prorrogadas, revistas e atualizadas para fazer face condignamente à realidade atual.

Uma dessas medidas, foi a implementação do Programa de Apoio aos Custos Operacionais. Do ponto de vista sanitário, neste momento, não temos outra alternativa. Temos de esperar pelas vacinas. E recordo que relativamente ao próximo verão, sem imunidade de grupo, o mesmo não será normal. Ou seja, neste momento, temos muitos empresários que, mais uma vez, já estão a

ver o ano como absolutamente perdido. É tudo muito incerto. Até porque as farmacêuticas não têm respondido aos prazos de entrega que combinaram com a Comissão Europeia. Isto está a lançar uma preocupação muito grande.

Não há outra forma de dizer isto. E realmente vamos caminhar sobre estilhaços todo o ano de 2021. Contudo, do ponto de vista imediato, o que realmente preocupa as empresas é a sua sobrevivência, a salvaguarda do emprego e a manutenção da capacidade instalada. Porque se a capacidade instalada desaparecer, nunca estaremos prontos para recomeçar uma recuperação económica, não teremos os instrumentos necessários e, por tudo isto, o Partido Socialista vem apresentar nesta Câmara mais uma proposta de apoio às empresas.

Todas as empresas foram afetadas pela crise. Mas realmente umas que foram mais afetadas do que outras. E é para elas que o nosso trabalho se dirige. Há que tratar de forma diferente o que realmente não é igual. Tendo-o feito com apoios pontuais, neste caso, o que fazemos é apoiar as empresas que foram mais penalizadas pela crise nos seus custos fixos. Melhorámos, inclusive, a nossa proposta cumprindo tudo aquilo a que a democracia nos obriga, que é melhorar, alterar, após ouvir e dialogar, com todos aqueles que são os intervenientes em questão.

O que é que fizemos?

Resolvemos apoiar as empresas naquilo que são os seus custos mais comuns e que são aqueles que mais as penalizam, nomeadamente eletricidade, água, rendas e alugueres, limpeza, higiene e conforto, seguros e comunicações, etc. etc.

Por outro lado, achamos que este tipo de apoio que temos terá que ser reforçado. E o que propomos é um apoio de 50% para perdas entre 25 e 50% e 75% para mais de 50% de perdas de faturação. Também alterámos este

diploma, de forma a que ele possa ser financiado por fundos comunitários. E, por último, alargámos os CAES abrangidos.

E o que é que está aqui em causa? É o papel que todos temos que ter nesta Casa. Sras. e Srs. Deputados, há empresas que não vão sobreviver. Os senhores têm que perceber que há empresas que estão desesperadas, não querem despedir, querem estar preparadas para uma retoma efetiva.

Há empresas que podem fechar amanhã. E este diploma permite-nos ajudá-las a manter a sua atividade aberta. Permite que posam ultrapassar as dificuldades até final do ano.

A aprovação deste diploma é importante, porque permite apoiar os seus custos fixos, permite salvaguardar os seus trabalhadores e permite estar preparados para uma retoma efetiva.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

***Deputado António Vasco Viveiros** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa verdadeiramente inicia-se com uma resolução do Conselho de Governo de 4 de setembro de 2020, do Governo anterior, em que aprovou um programa que cobria os custos operacionais das empresas de turismo até ao dia 31 de março de 2021. E que teve e tem, na altura, uma dotação aprovada de 10 milhões de euros.

Aquilo que a iniciativa que agora analisamos foi sujeita, em sede de Comissão de Economia, a diversos contributos de associações empresariais, dos próprios partidos representados e, verdadeiramente, é uma proposta bastante diferente daquela que na altura foi discutida, porque incorporou aquilo que eram imensas vantagens, ou parte de algumas vantagens, que constam duma iniciativa do Governo, já de fevereiro de 2021, exatamente na mesma matéria, ou seja, cobrindo os custos fixos das empresas, mas que teve um conjunto de características muito mais amigáveis do ponto de vista de quem apresenta a candidatura, sobretudo do ponto de vista da sua simplificação e, simultaneamente, de quem fará a análise das mesmas.

Por outro lado, o que foi a resolução de 4 de setembro, ou seja, a iniciativa do anterior Governo, teve até à data de 4 de fevereiro – segundo os disponíveis do site da DRAIC – um valor de execução e de candidaturas aprovadas demasiado baixo; o montante aprovado (até 4 de fevereiro) é de cerca de 1,8 milhões de euros.

Aquilo que era a proposta inicial, era seguramente muito negativa. E, a este propósito, da parte das associações empresariais, posso inclusivamente citar o que constava, por exemplo, do parecer da Câmara do Comércio e Indústria de P. Delgada e da de Angra que dizia o seguinte: "A proposta em apreço que vem introduzir alterações ao programa de apoio aos custos fixos das empresas do setor de turismo, teria sido da maior relevância para as empresas, se tivesse sido aprovada mais cedo, uma vez que se encontra agora prejudicada, face à recente aprovação do programa de apoio aos custos operacionais de 2020".

Isto significa o quê?

Deputado Francisco César *(PS):* Tem de ficar prejudicada!

O Orador: O Sr. Deputado vai intervir agora ou depois?

Ou seja, significa que a medida na sua versão inicial, verdadeiramente era complicada e não interessava nos termos em que foi apresentada.

Entretanto, o Partido Socialista acolheu um conjunto – não todas – de propostas de alteração que foram apresentadas informalmente e, na prática, algumas dessas limitações foram resolvidas. Digamos que isto foi o que se passou naquilo que diz respeito á iniciativa que agora se apresenta.

O outro aspeto da medida tem a ver com o facto de que todas as medidas em termos de apoio às empresas de Covid do anterior Governo, foram apresentadas através de resoluções do conselho de governo. Ou seja, aquilo que se passou na Região, foi exatamente o que se passou no país, face à urgência, à necessidade de flexibilidade dessas medidas e face à necessidade de sucessivas correções; recordo aqui, por exemplo, que o programa de manutenção de emprego 1 foi aprovado a 24 de março de 2020, teve 2 alterações até ao dia 11 de abril. Isto é, em 3 semanas, o Governo reconheceu que a medida teria que ser ajustada. O mesmo se passa com outras medidas entretanto aprovadas pelo anterior Governo e, eventualmente o mesmo acontecerá com o atual Governo. O Sr. Secretário Regional das Finanças declarou na Comissão de Economia que essas medidas estão sujeitas a alterações, porque ninguém é perfeito e há uma avaliação permanente, o que faz com que essas medidas necessitem verdadeiramente de ser flexíveis.

Aquilo que nós não entendemos é que tendo, infelizmente, a experiência de quase um ano de pandemia, e tendo-se usado de mecanismos flexíveis designadamente através de resoluções de governo, se tenha agora necessariamente que criar uma medida, que ainda tem alguns aspetos benéficos e que introduziu alterações positivas, mas que não perde a sua rigidez. Ou seja, se o nível de correções tivesse que ocorrer com esta medida, necessariamente que ela traria implicações negativas para a maior parte das empresas. Acresce que este diploma vigora apenas para o ano 2021 e que só se aplica a realidades de custos das empresas em 2021. Ou seja, é um diploma que tem um prazo de validade definido.

Portanto, nós entendemos que, a bem daquilo que deve ser – tal como aconteceu no passado – decidido por este Parlamento, é que o Governo tenha flexibilidade nas decisões de apoios às empresas numa situação de emergência e que tenha a possibilidade duma avaliação permanente do seu sucesso, da adesão dos empresários e que possa introduzir correções duma forma muito rápida, que é o que normalmente resulta duma resolução de conselho de governo em que, numa semana ou 10 dias, é possível corrigir o que está mal. E isso não pode acontecer se a base for um decreto legislativo regional, ainda que o plenário reúna 1 vez por mês, sabemos que o tempo de aprovação e de alterações será bastante dilatado.

Portanto, duma forma genérica, entendemos que não deve ser aprovado este diploma e que o Governo, **tal como prometeu**, deve aprovar medidas trimestrais (com avaliação trimestral) sobre esta matéria, que possam ser ajustadas com a máxima rapidez e que daí resulte a máxima eficiência e o máximo benefício para todos os empresários.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

***Deputado Rui Martins** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Partido Socialista, no fundo, quer cristalizar num decreto legislativo regional medidas que, na verdade, se espera tenham um tempo de

aplicação relativamente curto. E que não é mais do que uma tentativa por parte do Partido Socialista mostrar trabalho no Parlamento, quando no passado tomou estas decisões pela via do conselho de governo.

Deputado Francisco César *(PS):* O que é que estamos aqui a fazer?

O Orador: Estou a elencar a justificação Sr. Deputado.

Pese embora o facto desta assembleia reunir mensalmente e sem prejuízo da iniciativa legislativa deste Parlamento, não tem a agilidade que as resoluções do governo têm na resposta a alterações conjunturais ou ajuste de medidas, assim que estas se impuserem.

O atual Governo também já afirmou que pretende acompanhar a adesão a estes apoios trimestralmente, por forma a também avaliar o sucesso e agilidade dos procedimentos que, entretanto, implementou.

Eu quando há pouco passei o meu computador ao Deputado António Vasco Viveiros, não pensei que ele copiasse para a sua intervenção, mas na verdade referimos exatamente o mesmo argumento…

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito bem!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: o que está em apreço, neste momento, é uma edição revista da proposta inicial que, lá está, reuniu os contributos numa tentativa de ser mais agregadora e de melhorar o diploma, o que é legítimo também. Pese embora o diploma que foi avaliado por esta Câmara não seja o mesmo, eu suponho que a apreciação não mudaria muito. O parecer da Câmara do Comércio e Indústria de P. Delgada dizia que efetivamente se esta proposta (a relevância dela) tivesse sido apresentada, discutida e aprovada mais cedo teria sido diferente, uma vez que ela neste momento está prejudicada pelo programa de apoios aos custos operacionais 2020 que este Governo lançou e que também apoia despesas idênticas e com maior abrangência de atividades.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Face ao exposto, e também àquilo que o Deputado António Vasco Viveiros – na verdade – evidenciou, o Grupo Parlamentar do CDS também não poderá acompanhar de todo esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Francisco César.

***Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários:

Eu compreendo e esperava honestamente que o Sr. Secretário e os Deputados dos partidos que suportam o Governo chegassem a esta discussão e **legitimamente** apontassem erros à nossa proposta. Dissessem que não concordam com determinado valor, com determinado tipo de apoio, com intervalos que possam estar aqui a ser sugeridos, não achassem que deverá ser no 2º ou 3º trimestre – poderá ser mais longe – ou que se poderia aumentar o tempo de continuação deste programa. Mas aquilo que eu **verdadeiramente** não esperava era que os Srs. Deputados António Vasco Viveiros e Rui Martins tivessem a capacidade e o à vontade de chegarem a esta Câmara e dizer:

- "Bom, os senhores até ouviram o que as câmaras de comércio disseram; até ouviram o que o Sr. Secretário Regional aconselhou. Mas isso não interessa nada! Isto não interessa nada! O que interessa é que isto de decretos legislativos regionais e de trazer para o Parlamento legislação, como os senhores no passado não fizeram" – diz o PSD – "não podem voltar a trazer!".

Então – pergunto – qual é o papel do Partido Socialista aqui?!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Estamos todos a tentar perceber!

Deputado Miguel Costa *(PS)***:** O do senhor a gente já sabe qual é!

O Orador: Então como é que nós podemos sugerir uma alteração ao Governo, em termos de política imediata?! – os senhores têm que esclarecer isso!

Qual é o papel que é dado à oposição?

É o de ser uma oposição resolutiva, em que temos que pedir ao Governo para agir?

É limitar aos partidos políticos, nomeadamente ao partido que, *por acaso*, tem maior votação nesta Câmara, a possibilidade de fazer leis?

Porquê? Porque dá mais jeito ao Governo fazer resoluções de conselho de governo, de fazer portarias.

É ao Governo que cabe a capacidade de legislar. "Porque é mais ágil" – dizem os senhores.

Primeiro, deixe-me que lhe diga – Sr. Deputado – como é que o senhor tem a capacidade de dizer isso? Depois de ter dito até agora o contrário?!

Dep. João Bruto da Costa *(PSD):* Não foi isso que ele disse!

O Orador: Como pode dizer que "agora sim o Parlamento vai ficar no centro da atividade política?! Agora sim, os açorianos vão ter no Parlamento a possibilidade de verem todos os seus problemas resolvidos!". Foi isso que o senhor disse até agora. E foi isso que este novo Governo quis trazer a esta Câmara.

Pois bem, Sr. Deputado: o senhor não sabe que já não está na oposição. Mas nós sabemos o papel que cabe a esta oposição, que cabe ao Partido Socialista! Porque ao Partido Socialista cabe trabalhar, propor medidas que sejam aplicadas o mais rapidamente possível e, se possível, alteradas com urgência, com a capacidade que este Regimento traz a esta Câmara!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Caiu a máscara!

O Orador: Nós temos que dar respostam aos hotéis.

O senhor sabe que provavelmente um dos maiores grupos hoteleiros desta Região vai fechar um ou dois hotéis? Sabe?!

O senhor sabe que há restaurantes – o senhor é frequentador de restaurantes que eu também o vejo lá – que provavelmente não terão capacidade para se manter abertos até ao final do mês?!

O senhor sabe que há diversas e diversas atividades que necessitam de apoio?!

Mas não!

Ao Parlamento não é dada esta possibilidade! O que é dado é ao Governo, porque este novo Governo é que tem o monopólio da ação!

Não são os representantes do Povo Açoriano!

(Risos do Vice-Presidente do Governo)

O senhor vai ter que dizer – se isto for chumbado – e o seu partido e o Sr. Presidente do Governo, que por acaso aqui não está, vão ter que explicar porque é que o Parlamento não os pode ajudar, porque só o Governo é que tem esta possibilidade.

Pois bem, permita-me que lhe diga o seguinte: essa é a postura daqueles que não querem assumir as suas responsabilidades.

Diga que não concorda com a nossa proposta! – diga.

Até vem aqui aventar um ou outro parecer das câmaras do comércio.

Bom, até na discussão dos produtos da restauração da *marca Açores*, os senhores **ignoraram** os pareceres que foram dados.

Deputado João Vasco Costa (PS): Tal e qual!

O Orador: A ARESP dizia "40%, um bom valor". Os senhores preferiram 30% - achavam que era muito.

Agora a câmara do comércio diz "não se aplica". A nossa proposta é para a frente. As propostas que estão em vigor são para trás. Ou seja, na opinião do PSD quando o parecer lhe convém menciona aqui. Quando o parecer não lhe convém, não interessa, façamos uma alteração ao diploma e votemos com a maioria que temos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Digo-lhe também o seguinte: as empresas precisam de ajudas nos seus custos fixos.

As empresas precisam de apoios majorados, como aqui estão.

As empresas precisam de apoios, neste caso, quando têm perdas muito grandes ou têm inatividade, com os valores que nós aqui apresentámos.

Os senhores tenham a coragem de dizer **nesta Câmara** que não querem fazer isto! E não digam apenas "ah não se preocupem que o Governo há de fazer quando lhe der vontade".

Esta não é a forma democrática de estar num Parlamento!

Esta não é a forma democrática de estar de um partido que quer ser o maior partido dos Açores e que suporta o Governo dos Açores!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Grande apoiante dos empresários! Dê-me esse gostinho!

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As consequências sociais e económicas da pandemia de covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde há sensivelmente um ano atrás, exigem a implementação de medidas extraordinárias e urgentes que permitam salvar as

empresas e garantir os postos de trabalho.
O sector do Turismo - indiscutivelmente um dos mais afetados pela pandemia - precisa de uma atenção especial para ultrapassar este momento de grande dificuldade, para que possa estar preparado para a retoma da sua atividade.
O sector do turismo passou em 2020 por uma das maiores crises da sua história e calcula-se que, agora, em 2021, o cenário não seja melhor, daí a importância de haver um reforço das medidas de apoio às empresas do sector.
Mas como o Bloco de Esquerda tem defendido, às empresas apoiadas tem que ser exigida a proteção de todos os postos de trabalho. E, mais uma vez, estamos a olhar para uma proposta que permite a atribuição de apoios públicos mesmo a empresas que efetuem despedimentos.
Por isso, e com o objetivo de tornar esta medida mais justa, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta de alteração que coloca a manutenção de 100% do emprego como condição para aceder ao apoio.
A atribuição de verbas públicas às empresas deve ter como contrapartida a exigência de manutenção de todos os postos de trabalho.
É uma questão de justiça e a melhor forma de se evitar o aumento do desemprego e o aumento do número de pessoas que tem que recorrer a apoios sociais, e a melhor forma de manter a capacidade das empresas para o momento da retoma da atividade turística.
Apresentamos ainda uma segunda alteração à proposta, para que este apoio abranja todas as empresas que cumpram os critérios e os prazos estabelecidos, em vez de a ordem de entrada das candidaturas ser um fator determinante para aceder ao apoio.
A manutenção da redação proposta pelo PS e em vigor na medida criada pelo atual Governo Regional, pode levar a que empresas que cumpram os critérios, mesmo que entreguem a candidatura dentro do prazo, fiquem excluídas do apoio, por terem sido excedidas as verbas disponíveis.

Acreditando no *cimento* e no *fermento*, estão muitos trabalhadores e muitas empresas que atravessam grandes dificuldades e que nem sempre têm a capacidade organizativa para se informarem e acederem às suas candidaturas.

Disse.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

***Deputado Carlos Furtado** *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros o Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Francisco César sobre qual foi os eu papel, diria que o seu papel foi um trabalho muito importante. Foi, no fundo, desenvolver um trabalho e uma iniciativa para trazer a esta Casa, mostrando a sua preocupação, e de toda a sua bancada, na tentativa de resolver os problemas de inúmeros empresários dos Açores.

Esse foi o seu papel, como é o meu papel e o de todos Deputados aqui presentes. Todos fizeram a sua parte. E quem faz o que pode a mais não é obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado fez o que pode.

O que o senhor não pode é obrigar a maioria a concordar consigo. Mas o senhor fazendo o que pode, fez um trabalho importante.

O Sr. Deputado consultou empresários, consultou representações de empresários. No fundo, fez um trabalho importante, como todos nós fizemos em Comissão.

Que esse trabalho tenha resultado num esforço inglório, é possível, porque no meio de todas essas situações, não havendo outra alternativa que fosse mais ágil e mais adequada, estaria o CHEGA disposto a também votar essa sua iniciativa, pois o que nos move não é partidarismos. O que nos move, há de ser aquilo que move a maioria das pessoas que aqui está, ou seja, resolver os problemas às pessoas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

O Orador: É para isso que nos pagam.

Se eventualmente existe uma outra forma mais célere de resolver os problemas, é essa que tem que perpetuar.

Se essa forma é mais eficaz, é mais rápida, é mais adequada, mas também no dia em que deixar de ser necessária será mais fácil ser retirada, então essa é que é matriz dessa proposta. Esse será o trabalho de nós todos aqui.

Mas o que se pretende aqui é a celeridade de resolver os problemas. E estamos em crer que uma resolução do conselho de governo, com todas as atualizações que possam ser precisas e todas as valorizações (ou não) no decorrer dos tempos difíceis que estamos a atravessar, será seguramente a mais adequada a resolver este problema.

Eu como empresário, e como amigo de outros empresários, bem percebemos que a velocidade no mundo empresarial é fundamental para a resolução dos problemas e para a continuidade das nossas empresas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

***Deputado António Vasco Viveiros** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Francisco César era perfeitamente expectável. Tenho a certeza de que ninguém aqui esperaria uma intervenção diferente.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Exatamente.

O Orador: Com a narrativa e a sua boa oratória, ninguém esperaria diferente.

A questão aqui é que a sua narrativa não assenta na realidade. Primeiro, não explicou porque é que o último Governo não teve uma única medida de apoio às empresas aprovadas nesta Assembleia sem serem através de projetos de resolução. E, Sr. Deputado, sobre isto não fez um único comentário.

Na sua avaliação, correu bem. E porquê? Porque o Governo respondeu às necessidades das empresas. Aliás, nós sempre apoiámos todas as medidas aprovadas pelo Governo, mas também sempre dissemos que eram insuficientes para aquilo que eram as necessidades.

Por isso, apresentámos inúmeras medidas através de projetos de resolução na Assembleia, porque sabíamos que a sua especificação exigia um conhecimento técnico mais profundo e, assim, o Governo teria outras condições - e tem necessariamente – técnicas para conseguir aprová-las duma forma tecnicamente mais correta.

Porém, quando o Sr. Deputado diz que o PSD está contra os empresários, isso é pura demagogia.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Então haja de outra forma!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Isso é absolutamente demagogia!

Se analisar aquilo que foi proposto pelo PSD, e chumbado pelo PS na Assembleia, verá.

Dou-lhe um exemplo: a iniciativa que apresentámos em abril de 2020 sobre a compensação da faturação, que foi chumbada, foi uma medida que foi retomada pelo Governo da República e, neste momento, é das principais medidas em vigor de apoio ás empresas, porque compensa a quebra de faturação.

Aplausos das bancadas do PSD e PPM

O Orador: Essa foi uma medida que apresentámos há quase um ano e o senhor chumbou, prejudicando os empresários! E agora vem com toda a lata aqui dizer que o PSD está contra os empresários.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Isso é falta de coerência! A sua intervenção é coerência ao nível zero!

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

O Partido Socialista, em particular o Sr. Deputado Francisco César, adotou agora um guião. Um guião que até já repetiu duas vezes pelo menos esta tarde no Parlamento.

Deputado Francisco César *(PS):* Chama-se coerência!

O Orador: E que é: *agora é que vamos ter um Parlamento legislativo, em vez de resolver*. Mas antigamente também se legislava e obviamente a resolução é sempre uma boa figura.

O Sr. Deputado queria que lhe respondêssemos com clareza e eu digo-lhe com clareza que estes programas que o senhor diz que *foram para trás*, têm sido e podem ser sempre prorrogados. Ou seja, não vai falhar aos empresários os apoios que têm estado em vigor. Até porque há um compromisso da parte do Governo, de avaliar trimestralmente estes apoios em vigor. E digo-lhe mais com clareza: eu prefiro e tenho muito mais confiança nas propostas do Governo, até porque tem demonstrado consecutivamente que está a tomar decisões muito mais abrangentes e mais eficazes, do que aquelas que o senhor apoiou. E, por isso, apoio sempre aquilo que o Governo está a resolver.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Neste momento a Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

***Deputado Vasco Cordeiro** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque já ontem no debate de uma outra iniciativa, foi invocado aquilo que o PS fazia no Governo e aquilo que o PS faz agora na oposição.

Procurando aí encontrar uma contradição…

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: Evidente!

O Orador: … porque antes fazia por resolução e, agora, quer fazer por decreto legislativo regional.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, eu gostava só de lembrar que a única forma que o PS tem de, com eficácia, apresentar qualquer proposta e fazer alguma coisa, é através de decreto legislativo regional. E antes não. Porquê? Porque obviamente, estando no Governo podia fazê-lo, nomeadamente, através de resolução.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Quer dizer que as vossas resoluções eram só para inglês ver!?

O Orador: E, portanto, não há contradição absolutamente nenhuma!

Agora, só o podemos fazer através de decreto legislativo regional. Antes, podíamos fazê-lo através de resolução – é tão simples quanto isso, isto é, por uma questão de eficácia das medidas que estão em causa.

Eu já não percebo, por exemplo, é como o Sr. Deputado Paulo Estêvão dizia, em meados do ano passado, que era inadmissível decidir as coisas por resolução e que era um desrespeito à Assembleia, mas hoje, não tendo optado por apresentar decretos legislativos regionais antes (hoje) também critique aqueles que o fazem.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Mas eu ainda nem falei.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Pois não, mas estou eu a falar agora!

Segunda questão que, já agora, aproveito para também clarificar e que é um segundo argumento expendido, aqui, a propósito duma também suposta contradição do Partido Socialista, quando antes fixava um determinado valor para apoios e, hoje, fixa um outro valor muito superior.

Bom, também aí, não me parece que exista contradição - pelo menos da parte do PS…

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: …porque, obviamente, uma coisa é definir apoios para uma situação extraordinária que se prevê durar 3 ou 6 meses e depois se verifica que afinal já vai em mais de 1 ano e que, por isso, é preciso reforçar esses apoios, demonstrando, assim, que não há contradição nenhuma, porque a situação evolui.

Não há contradição da parte do PS…

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: … porque o que resta explicar é a posição daqueles que antes criticavam que era pouco o apoio dado por uma situação que se estimava de 3 meses, e hoje, quando a situação já vai em mais de 1 ano, acham que é muito.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Excessivo

O Orador: Essa é que é a verdadeira contradição da parte daqueles partidos que antes achavam que era pouco e, agora, acham que é muito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Isto apenas para clarificar aquelas que são *supostas contradições* do PS que, conforme se demonstra, afinal, são contradições - isso sim! - mas não é do Partido Socialista. É de outros partidos que estão nesta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Boa tentativa!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro referenciou a minha posição, sem eu ter dito ainda nada neste debate, porque eu estava a preparar outras iniciativas.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: Não disse, mas devia ter dito!

O Orador: Partiu V. Exª. do princípio de que eu estaria contra esta iniciativa do Partido Socialista. E partiu bem!

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Desta vez, Sr. Deputado, acertou!

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: Não é dizer que as intervenções de V. Exª. já se tornam desnecessárias. Mas a gente também já anda por aqui há uns anos.

O Orador: Exatamente, já andamos há muitos anos.

Mas o que lhe quero dizer é que, todos anos estes de experiência, permitem-me verificar o que são instrumentos eficazes e os que não o são.

Devo dizer-lhe que V. Exª. também deve ter previsto o que eu iria dizer em resposta. É que os instrumentos que foram criados por V. Exª. têm muitos

milhões, mas têm um problema que foi aduzido precisamente pelo anterior Vice-Presidente do Governo Regional, tem uma baixíssima execução.

V. Exas. têm programas de 10 milhões de euros e depois executam 1,8 milhões. Ou seja, de que é que serve ter números gordos, se depois *o que chega ao jantar são uns poucos ossos*? - Não vale a pena!

Portanto, o que é importante é que existam programas que sejam de facto estruturados. Aliás, alguns dos empresários que tivemos oportunidade de ouvir na Comissão, dizem que é uma proposta muito ambiciosa nos números, mas que consideram muito burocrática e de difícil aplicação. É isto que referem. Ou seja, é a complexidade das propostas apresentadas pelo Partido Socialista que não permite que depois a sua execução seja alta.

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor não está a falar nesta!

O Orador: Portanto, mais vale ter uma proposta sólida, que tenha plausível uma boa execução, mas que não tenha esta vertente, porque não nos interessa, nesta matéria, fazer propaganda. Apresentar 15, 20, 35 milhões.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Tanta cambalhota que o senhor dá!

O Orador: O que nos interessa é que sejam apresentadas propostas sólidas, que possam ser executadas, que permitam uma boa execução e que cheguem às empresas os meios financeiros que, aparentemente, estão à disposição.

Mas o que se viu e se há algo a aprender no âmbito da governação do Partido Socialista, é que a execução e o dinheiro que chegou, efetivamente - como já foi demonstrado - à economia dos Açores projetado por parte do Governo Regional, foi muito baixa.

Portanto, o que é preciso é que os programas sejam bem construídos. Este é um argumento que eu considero fundamental.

O segundo argumento – que já foi aqui aduzido – é que o instrumento que venha a ser criado, permita que tendo em conta a realidade que todos os dias e todos os meses se altera, infelizmente até no sentido de se agravar, o que é

importante é que possam surgir respostas rápidas à crise. E é isso que este Governo tem vindo a garantir. É uma resposta rápida às situações que vão surgindo. Neste momento, é preciso ter flexibilidade e capacidade de resposta.

São estes os dois argumentos que lhe quero aqui referenciar. Mas não lhe deixo com sentido de crítica.

Deixo-lhe apenas uma observação: é que os instrumentos que V. Exª. criou, e que anunciavam todas as semanas muitos milhões de euros, depois afinal… vamos ver e dinheiro executado não há ou há muito pouco! Esse foi o vosso problema.

Agora, não queiram impor ao atual Governo o modelo de governação que não funcionou.

O que nós queremos é mais dinheiro executado. Mais eficácia nos programas. E é isso que vamos fazer.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

***Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Como já lhe disse, o Sr. Deputado adotou uma boa caraterística nos últimos tempos, tem sido uma espécie de boia de salvação – não me leve a mal que o chame assim – uma espécie de bombeiro da coligação.

O Sr. Deputado é inteligente. Habilmente, nunca mencionou as suas posições, muitos duras aqui, pelo facto de nós muitas vezes não termos aprovado um

conjunto de decretos legislativos regionais. Mas o Sr. Deputado quando veio referir-se a este diploma e à sua execução, o senhor estava a falar de outro diploma. É que nós cumprimos o processo legislativo como deve ser.

O que nós fizemos neste diploma em particular, foi que reunimos com um conjunto de associações. Verificámos as necessidades do setor. Entregámos o diploma, o qual foi discutido em Comissão. Foram solicitados pareceres. Foi ouvido um conjunto de entidades, entre as quais, o Sr. Secretário. E, após termos ouvido inclusive críticas da parte dos partidos aqui representados, o que fizemos foi modificar este Projeto de Decreto Legislativo Regional, no sentido de o melhorar, de incorporar contributos. E aquilo que o senhor estava a falar – as críticas que eram feitas ao nível da burocracia, ao nível de um conjunto de formalismos que havia – nós tentámos cuidar que este diploma fosse expurgado exatamente desses problemas. E mais lhe digo: o problema não está na forma, porque o Governo tem um programa muito semelhante a este que está aqui, mas referente ao ano de 2020; este versa sobre os 3 trimestres de 2021.

Portanto, todas as críticas que o Sr. Deputado faz, está a fazê-las à primeira versão do diploma que, compreendendo o que disse, nós de facto tomámos boa nota um conjunto de observações que foram feitas.

Por isso, a questão que se trata aqui – sejamos claros! – não é se este diploma é bom ou mau. Não é se ele é muito ou pouco burocrático. Porque se assim fosse, aquilo que eu teria no meu computador e no computador de todas V. Exas. aqui presentes era um conjunto de propostas de alteração dos partidos, para melhorar o diploma. Mas não, Sr. Deputado – sejamos claros. O que aqui está em causa é o seguinte: os senhores não querem um projeto de decreto legislativo regional do Partido Socialista – não querem!

Querem é uma resolução, porque acham que quem deve tratar dos problemas da economia é o Governo e não o Parlamento.

E, desculpe que lhe diga, nós estamos totalmente em desacordo sobre esta matéria, porque nós não achamos que o Parlamento deve ser o *parente pobre* da resolução dos problemas dos açorianos. Achamos exatamente o contrário, ou seja, que deve ser central na resolução dos problemas dos açorianos. E é ao Parlamento que os açorianos devem olhar para sentirem que são ouvidos! É isso que estamos aqui a fazer.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A parlamentarização do parlamento pelo PS já lá vai!

O Orador: O Sr. Deputado quer falar do passado, fale à vontade. Estou há muitos anos nisto para perceber os seus truques!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Truques?!

O Orador: Nós não vamos nesta!

Nós o que queremos é resolver os problemas das pessoas. E esta – permita-me que lhe diga Sr. Deputado – é uma boa proposta. E não só uma proposta do Partido Socialista. Esta é uma proposta que tomou contributos de todos os partidos que estão aqui presentes e de todas as entidades que foram consultadas, mesmo aquelas que, não concordando, fizeram observações.

Isto é o funcionamento do sistema democrático.

Os senhores acham que o sistema democrático deve funcionar à custa do Governo Regional e com a sua legislação.

Faça-me um favor: assuma isto, em vez de utilizar o seu sentido de humor e a capacidade de oratória para tentar dar a volta à questão!

Permita-me que lhe diga que não está a ter bom resultado!

O problema é que as decisões que estão a ser aqui tomadas, ultrapassam em muito a retórica parlamentar e do momento na televisão.

O problema é que as decisões que estão a ser aqui tomadas, afetam sobretudo a vida dos açorianos que precisam do nosso trabalho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tema palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco César:

O senhor sabe que eu tenho apreço pessoal por V. Exa.

O Sr. Deputado insiste nesta história do bombeiro e do polícia!

Eu já lhe disse há pouco que é melhor ser polícia do que ladrão!

De facto, fui polícia. E também estudei para padre.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias *(PS):* Perdemos um sacerdote!

O Orador: Depois decidi vi que não tinha vocação, casei com uma beldade e abandonei essas linhas. Acabei por ser professor e estou aqui emprestado e depois, um dia, hei de voltar a fazer aquilo que realmente gosto de fazer na vida que é dar aulas, quando perder as eleições.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Sr. Deputado Francisco César, V. Exa. e o seu grupo parlamentar têm apresentado um conjunto (grande) de propostas, que foram – a maior parte delas se não estou em erro – aprovadas pelo Parlamento.

Deputado Francisco César *(PS):* Não. Não.

O Orador: Mesmo hoje, há cerca de 1 hora e tal (está nas parangonas dos jornais) foi aprovada uma proposta do Partido Socialista que teve o contributo de diversos partidos, de entre os quais, a Iniciativa Liberal e o PSD.

Portanto, da minha parte, só lhe quero dizer que o seu discurso de que está aqui um governo e um conjunto de partidos políticos que o apoiam sistematicamente

a vetar as medidas do Partido Socialista, pura e simplesmente é algo que não corresponde à verdade. Não corresponde à verdade. Ou seja, nós acabámos de aprovar um conjunto de medidas do PS, quer nesta Sessão quer também na anterior. Por isso, não é verdade!

Deputado José Contente (PS): O Sr. Deputado com tanta cambalhota ainda vai aos jogos olímpicos do Japão!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas se nós consideramos que a proposta não é melhor do que o instrumento que temos agora; que o vosso problema foi a baixíssima execução devido ao facto de terem programas muito complexos e burocráticos que, depois, executavam muito pouco; e se nós consideramos que temos um instrumento melhor, porque é que vamos votar a vossa proposta, se achamos que temos, neste momento, mecanismos de resposta melhores do que aqueles que V. exas. estão a apresentar?

Portanto, não é por ser o Partido Socialista a apresentar esta proposta, mas sim, porque estamos convencidos que a vossa proposta não é melhor do que a estratégia que está a ser seguida por parte do Governo Regional.

Deixa-me também que vos diga - e posso dizê-lo à vontade – porque nos piores momentos da pandemia, o Governo governou sem o Parlamento.

Alguém ouviu o PPM ou o PSD, e a quase totalidade dos partidos que aqui estão, quer os que estavam no Parlamento quer os que não estavam, fazerem alguma crítica ao Governo Regional nesse período e nesses meses dramáticos que tivemos que enfrentar?

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Ouvimos, sim senhor!

O Orador: Ninguém viu isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Vimos, vimos!

O Orador: Portanto, quero dizer-lhe que tendo grandes dúvidas em relação inclusive à legalidade de algumas das decisões que foram tomadas naquele

período, o que aconteceu foi que, da parte da oposição, existiu um grande sentido de responsabilidade. Isto é um facto! A história um dia mostrará isto.

Por isso, Sr. Deputado Francisco César, reconheço que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem de facto um papel fundamental, sempre me bati por isso, só que o argumento não é esse. A Assembleia vai continuar a ter e considero que, neste momento, as iniciativas do Partido Socialista tal como as dos outros partidos, são um contributo importante. Inclusivamente na entrevista que dei ontem à televisão, tive oportunidade de dizer que, neste momento, considero que estamos a viver um período em que as propostas e as iniciativas são melhores do que anteriormente, porque são mais debatidas; porque antes chegava aqui uma maioria absoluta em que não havia sequer os argumentos. Pura e simplesmente diziam "chumba esta proposta". E eu perguntava: mas porquê? E diziam "porque queremos chumbar!" – não havia argumentos.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Isso é falso! Olhe que não!

O Orador: Neste momento, aumentou a qualidade da democracia e também aumentou a qualidade das propostas, porque elas quando são debatidas e analisadas de forma minuciosa como está a acontecer agora, são melhores. E é isso que está a acontecer.

Por isso, eu não estou contra a proposta porque é do Partido Socialista ou porque é feita no Parlamento, muito pelo contrário. Estou, sim, contra porque não acho que seja mais eficaz do que aquilo que temos. E a prova disso é que os senhores falharam do ponto de vista da execução das propostas que tinham muitos milhões e que eram anunciadas todas as semanas, mas depois foi-se a ver e tinham uma execução baixíssima! E, portanto, não eram eficazes.

É por isso e só por isso!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 7/XII.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.
Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 7/XII apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi reprovado com 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do CHEGA, 2 votos contra do PPM e 1 voto contra da IL e 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.
Presidente: Muito obrigado.
Tendo sido reprovado, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.
Sr. Deputado Francisco César pede a palavra presumo que para uma declaração de voto. Faça favor Sr. Deputado.
***Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, porque era uma boa proposta que tinha recebido contributos de todas as áreas da nossa sociedade civil.

Recebeu contributos de organizações representativas dos setores que ela beneficiaria. Recebeu contributos do Governo. E recebeu contributos dos partidos políticos aqui presentes. E, por isso, foi melhorada. E, por isso, a nossa ver, respondia diretamente àquelas que era as preocupações e as necessidades dos empresários.

Esta proposta do Partido Socialista podia ter ajudado muito os empresários da nossa Região, a conseguirem ultrapassar um pouco as dificuldades que têm.

Esta proposta do Partido Socialista que votámos a favor, era uma proposta que poderia ajudar a salvar postos de trabalho. E, infelizmente, este Parlamento optou – uma maioria de direita – por votar contra, não por concordar ou discordar dos méritos da mesma, mas sim porque consideravam que não era o Parlamento que deveria resolver o problema das pessoas.

Mais lamentável é que, sobre esta proposta, não se pronunciaram todas as forças políticas, muito menos o Governo Regional que é quem supostamente – os partidos que suportam o poder – deveria concretizar e resolver os problemas.

Portanto, temos uma proposta do Partido Socialista que não mereceu a confiança deste Parlamento, nem para muitos partidos e para o Governo mereceu sequer um comentário.

Se isto não é de lamentar, eu não sei o que é que será.

O que posso dizer é que, no final, a democracia ficou mais pobre. E os açorianos e os empresários também ficaram sem um instrumento precioso para poderem melhorar a sua vida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tema palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero dizer que não percebo a amargura dos comentários do Deputado que me antecedeu. Se ao fim de 4 meses há esta amargura e esta insatisfação, veja-se então o que é queria ao fim de 12 anos? - como é o meu caso.

Da parte do PPM, nós votámos contra…

Deputado Miguel Costa *(PS):* Nós quem? O PSD!

O Orador: … não porque a proposta seja apresentada pelo Partido Socialista. Temos um programa de Governo que está a ser executado.

Nós votámos contra, Sr. Presidente – é para justificar este voto que eu aqui estou, porque consideramos que o instrumento que temos neste momento é melhor. Por isso, votámos contra. Nós não podemos votar a favor duma iniciativa que, na nossa perspetiva, não serve os interesses dos Açores e não é melhor do que o mecanismo que estamos a utilizar. E a prova é, tal como disse ao longo do debate que, analisando aquilo que aconteceu no último – é preciso fazer a análise para se ver o que é que correu bem e o que é que correu mal – o conjunto de muitos milhões que o anterior Governo anunciou, não teve execução. Ou seja, os programas que foram montados, foram complexos, burocráticos e não funcionaram.

O que é que é mais importante?

É que se faça como o atual Governo está a fazer, ou seja, está a montar instrumentos que de facto estão a ser concretizados.

Portanto, eu acredito, e tenho provas e sinais já nesse sentido, que a execução será melhor do que aquela que aconteceu no Governo anterior.

É por isso que queremos seguir este rumo,

Deputado Berto Messias *(PS):* A taxa de desemprego comprova a eficácia das medidas!

O Orador: …que garante uma maior execução, um maior apoio e que garante que esse dinheiro chega efetivamente à sociedade açoriana e às empresas, e preferimos este caminho, ao outro caminho que é o caminho do panfleto, de anunciar 15 milhões – como é o caso – e, depois, na prática, não é executado. É só por isso. É porque, pura e simplesmente, consideramos que a proposta não é boa – tão simples quanto isto!

Portanto, eu não posso votar só porque sim!

Eu tenho que votar tendo em conta as condições e a análise que faço. E a análise que fiz em relação a esta iniciativa, é que a mesma segue um caminho que não resultou. E nós preferimos outro. E como ganhámos as eleições, nós temos toda a legitimidade para concretizar outro caminho!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Era só o que faltava! Quer recontar a história! Os senhores perderam as eleições!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: O quê? Como ganhou?

Vasco Cordeiro: Querem ver que temos um Stalin cá na Casa?!

É que os senhores perderam as eleições!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O PS foi o partido mais votado, mas não ganhou as eleições!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não, não! O PS ganhou as eleições!

Se tivesse havido coligação antes das eleições, aí teria toda a razão.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

***Deputado António Vasco Viveiros** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra esta iniciativa exclusivamente porque pretende defender os interesses dos empresários. Só por isso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Ao contrário do que foi afirmado aqui, está em vigor uma medida aprovada pelo Governo do Partido Socialista que termina em 31 de março. E está também aprovada uma medida alternativa para 2020, aprovada pelo Governo atual, bastante mais generosa e mais simplificada e que nós tivemos a promessa do Governo de que seria replicada para os semestres não abrangidos ainda.

Portanto, esta medida agora chumbada, vigoraria de 31 de março até 30 de dezembro. Nós sabemos e temos a expetativa (e a promessa do Governo) que o período que seria abrangido por esta medida, terá medidas semelhantes, mais eficazes e mais adaptadas àquilo que são as necessidades dos empresários. E é isso que nós defendemos e não aquilo de que nos acusou o Sr. Deputado Francisco César.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Furtado.

***Deputado Carlos Furtado** *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA não votou contra esta proposta do Partido Socialista por estar contra os empresários.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah não, claro que não!

O Orador: Não, não foi, meus senhores.

O que estava em causa aqui era algo muito simples; ou seja, vamos votar favoravelmente uma medida que não é tão eficaz, tão rápida e capaz de resolver os problemas às empresas com prontidão e, consequentemente, às famílias açorianas, ou em vez disso, manter as medidas que o Governo tem implementadas, suscetíveis de serem alteradas de forma muito mais célere.

Portanto, a demagogia usada agora pelo Partido Socialista de que a direita afinal é contra os empresários, não encaixa. Se calhar, a direita está mais atenta a como é que funcionam as empresas, porque temos que ter consciência disso.

Compreendo a sua posição, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando há pouco disse…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: O quê? Que o Sr. ainda apanhava um jeito na coluna?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: …quando há pouco disse que realmente mudaram de posição e que agora é esse o instrumento que agora o PS tem para chegar à resolução dos problemas dos açorianos. Mas há quem outros instrumentos atualmente. E quem tem outros é o Governo em exercício de funções, que tem medidas que – em nosso entender – são mais adequadas e mais céleres. Por isso, votámos contra a vossa proposta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: Sai uma sessão de fisioterapia!
Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Rui Martins.
***Deputado Rui Martins** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:
O Grupo Parlamentar do CDS votou contra esta proposta, porque efetivamente anúncios de milhões e execuções de tostões, não passam de propaganda. E isso foi realmente o que verificámos anteriormente.
Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!
O Orador: E votámos contra esta proposta, porque temos a certeza – e este Governo tem dado provas – de que tem sabido analisar as dificuldades do setor e tem conseguido ajustar e dar a resposta que se impõe neste momento. E, por isso, este Governo está a agir bem e temos a plena confiança de que vai a avaliar as dificuldades do setor e a implementar as medidas que se impuserem.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Parecendo não haver mais inscrições para declarações de voto, vamos avançar na nossa agenda, para o ponto 9 – **Petição nº41/XI "a favor da suspensão das obras de construção civil no espelho de água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2ª fase do projeto de reordenamento do Porto da Horta", apresentada por José Eduardo Bicudo Decq Mota na qualidade de 1º subscritor.**

Para a apresentação do relatório desta Petição tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

R E L A T Ó R I O

PETIÇÃO N.º 41/XI – PETIÇÃO A FAVOR DA SUSPENSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESPELHO DE ÁGUA DO PORTO DA HORTA, TAL COMO SE ENCONTRAM PREVISTAS NA 2.ª FASE DO PROJETO DE REORDENAMENTO DO PORTO DA HORTA

TRABALHOS DA cOMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 29 de outubro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência e procedeu à análise e emissão de parecer sobre a **Petição n.º 41 – "Petição a favor da suspensão das obras de construção civil no Espelho de Água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2.ª fase do Projeto de Reordenamento do Porto da Horta".**

4º. caPíTULO – INTRODUÇÃO

A 3 de setembro de 2019 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 41/XI, intitulada **"Petição a favor da suspensão das obras de construção civil no Espelho de Água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2.ª fase do Projeto de Reordenamento do Porto da Horta".**

A petição reúne um total de 1.732 (mil setecentas e trinta e duas) assinaturas, tendo como primeiro signatário o Sr. José Eduardo Bicudo Decq Mota.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Economia, para relato e emissão de parecer.

5º. caPíTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos

190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da RAA.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la.

6º. Capítulo – APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise, intitulada "Petição a favor da suspensão das obras de construção civil no espelho de água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2.ª fase do projeto de reordenamento do Porto da Horta", começa por referir "que a baía da Horta e, em particular, o seu porto, destacam-se pelo valor económico intrínseco e pela sua importância histórica, sobejamente enaltecida, nacional e internacionalmente, que decorrem de uma localização estratégica privilegiada, e, bem assim, da boa qualidade das suas águas, da sua beleza natural e da singular amplitude da proteção oferecida aos mareantes."

Posteriormente, refere-se que "se instalou, em diversos setores da sociedade faialense, o fundado receio de que as funções primordiais do Porto da Horta, por tofos tidas como essenciais para o desenvolvimento socioeconómico da ilha do Faial, ficarão irreversivelmente afetadas e seriamente comprometidas se as obras da 2.ª fase do Projeto de Reordenamento do Porto da Horta, forem executadas de acordo com a mais recente versão da solução técnica proposta pela empresa Portos dos Açores S. A.".

Por fim, referem ainda os subscritores "que a solução proposta pela empresa Portos dos Açores S. A., tem suscitado críticas fundamentais, por parte de entidades idóneas que são profundamente conhecedoras das condicionantes e

das caraterísticas operacionais do porto da Horta, nomeadamente apontando fragilidades relacionadas com a fiabilidade dos estudos técnicos já realizados".

Assim, pretendem os subscritores, em concreto, "que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove as seguintes orientações a serem cumpridas pelo Governo Regional dos Açores e pela Portos dos Açores, S. A.:

1. Que, sem provocar atraso na execução das obras previstas respeitantes à requalificação da componente terrestre do Porto da Horta, seja suspensa qualquer das intervenções já programadas, ou a programar, para o espelho de água do Porto da Horta, no contexto da implementação do Projeto de Reordenamento do Porto da Horta, até que seja debatida e aprovada, tanto pela Assembleia Municipal da Horta, como pelo Conselho da Ilha do Faial, uma reformulação da proposta pela Portos dos Açores, S. A.;

2. Que a Portos dos Açores incorpore, na proposta reformulada a ser preparada e apresentada, um novo conjunto de soluções técnicas, devidamente alicerçadas em estudos complementares, e testadas, tanto em modelo de escala reduzida, como in situ, que visem garantir a) a minimização da agitação marítima no interior do porto da Horta, bem como b) impedir a degradação ambiental de toda a respetiva bacia interior."

A Comissão Permanente de Economia procedeu, à audição, presencial, das seguintes pessoas:

- Do primeiro subscritor, Sr. José Eduardo Bicudo Decq Mota.
- Do Capitão do Porto da Horta.
- Do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta
- Do Presidente da Câmara Municipal da Horta.
- Da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP).

A Comissão solicitou os seguintes pareceres por escrito:

- Conselho de Ilha do Faial;
- Clube Naval da Horta;
- APEDA - Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores;
- APASA - Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores;
- Comandante Rui Terra;
- Comandante Lizuarte Machado.

AUDIÇÕES REALIZADAS

A Comissão Permanente de Economia, no dia 29 de outubro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, realizou as seguintes audições:

iii. Audição do primeiro peticionário – Sr. José Eduardo Bicudo Decq Mota

O Sr. José Decq Mota referiu que a petição reuniu cerca de 1.700 assinaturas e é muito clara nos objetivos propostos. Alegou que os signatários são pessoas conhecedoras do porto da Horta, em várias vertentes, que estão preocupadas com o futuro e com a operacionalidade do porto.

Disse que, nos anos 90, chegou a defender o crescimento do porto comercial da Horta, o que aconteceu, com a construção da doca nova e uma nova bacia, para a gare de passageiros e navios e cruzeiro. Mas com esta construção, considera que a orientação do molhe norte conflitua com a doca sul.

Depois, o porto da Horta cresceu e adquiriu valências importantes, mas provocou efeitos na doca sul, com forças refletidas e problemas na renovação das águas (conforme demonstrado nas fotografias entregues).

Acrescentou que a entrada de 50 metros, para várias valências, vai dificultar o acesso e mobilidade, além do que as obras a realizar irão interferir na operacionalidade da doca.

Neste sentido, os peticionários pretendem que seja estudada a movimentação das águas, tal como foi noticiado pela Portos dos Açores, que irá fazer um estudo em modelo reduzido, mas com dados recentes.

Por fim, referiu que as obras do porto da Horta podem começar fora do espelho da água, havendo muita coisa para fazer, enquanto se estuda em pormenor.

A seguir, o Deputado Tiago Branco reconheceu a importância do porto da Horta para economia do Faial e dos Açores, perguntando se os peticionários concordam com os objetivos traçados para o porto, de separar as atividades, promover maior organização e criar condições efetivas para a "invernagem" e reparação naval. Questionou ainda se os peticionários tiveram reuniões com a Portos dos Açores, se foram apresentadas alternativas e qual foi relacionamento entre as partes.

Em resposta, o peticionário disse que os objetivos são claros, concordando que tem de haver separação de atividades e condições para a "invernagem" e reparação de barcos. Afirmou que se identifica com os objetivos, mas não com o projeto, pois tem receio que possam ser criados constrangimentos na operacionalidade do porto.

A seguir, o Deputado Luis Garcia perguntou quais os principais erros que os peticionários apontam à condução deste processo relativo aos investimentos no porto da Horta, ao longo das últimas duas legislaturas, como se teriam evitado estes erros, se houve abertura do Governo e da Portos dos Açores e se o anúncio do estudo a realizar é o reconhecimento de que existem dúvidas.

O peticionário respondeu que os principais erros estão identificados, dando como exemplo a orientação da nova doca norte, cujos impactos se refletem na doca sul. Indicou que numa primeira fase não existiu diálogo com a Portos dos Açores, mas a partir de outubro de 2017 o processo foi diferente, com maior diálogo e abertura. Referiu que o estudo foi assumido pelo Presidente do Governo e depois divulgado pela Portos dos Açores, para estudar em pormenor os impactos.

Seguidamente, o Deputado Alonso Miguel perguntou se as críticas efetuadas na alínea e) da petição são baseadas em estudos ou outros argumentos que as

fundamentam, porque é que a revisão do projeto já não foi feita antes e se as duas componentes da obra são interdependentes, as obras de terra e as obras de mar.

O peticionário respondeu que a revisão não foi efetuada antes por teimosia e que as posições foram evoluindo ao longo do tempo. Acrescentou que há especialistas que têm dado opiniões, além do conhecimento empírico e da visualização dos factos.

Consideram que há trabalhos que podem ser feitos, sem ser no espelho da água, como o reordenamento na praça Manuel de Arriaga e o parqueamento dos barcos.

O peticionário disse ainda que não é, dogmaticamente, contra a que haja mais um pontão e que se podem criar mais lugares na marina.

Posteriormente, o Deputado Carlos Ferreira perguntou como estaria o porto da horta se o projeto de 2016 tivesse avançado, se preferia perder os fundos comunitários ou fazer uma obra que pode condicionar para sempre a operacionalidade do porto e se o estudo demonstrar que existem efeitos negativos no porto, qual seria a decisão a tomar.

Já o Deputado Tiago Branco questionou se considera que se deve avançar com a obra, se o estudo de impacte ambiental e o estudo em modelo reduzido concluírem que há condições para avançar com este projeto.

Em resposta às questões colocadas, o peticionário começou por dizer que, felizmente, o projeto não avançou e tem a convicção pessoal que a resolução do problema criado pela doca nova, tem de ser resolvido nesta doca.

Disse ainda que se os estudos concluírem que está tudo bem e os dados forem validados, então as pessoas devem avaliar e emitir a sua posição. Caso tivesse de optar, preferia perder os fundos comunitários, do que fazer uma obra que possa condicionar a operacionalidade do porto.

Por fim, o peticionário afirmou que se deve avançar com as obras em terra.

iv. Audição do Capitão do Porto da Horta, Comandante Paulo Alexandre Rafael da Silva

O Capitão do Porto da Horta começou por referir que o projeto teve várias fases de evolução, sendo que a primeira versão tinha alguns inconvenientes na ondulação.

Neste sentido, emitiu um parecer, dirigido à Portos dos Açores, nos seguintes termos:

- Nada obstava à construção do projeto;
- Estava garantida a segurança da navegação e operacionalidade;
- Deve ser acautelada, durante a construção, a interdição de áreas e deve haver um equilíbrio entre as várias áreas interditas e o normal funcionamento do porto;
- Acautelar e planear o uso de explosivos;
- Criar um plano de dragagens;
- Prever e planear o trabalho com os mergulhadores;
- Acautelar o uso de matérias poluentes, óleos e combustíveis, devendo precaver eventuais problemas ambientais;
- Avaliar e estudar este projeto, em conjunto com o projeto do núcleo de pescas.

Em síntese, o Capitão do Porto da Horta disse que o projeto tem como grandes vantagens: facilitar as manobras dos navios de comércio, reduzindo os problemas com as embarcações de recreio fundeadas no meio da bacia e aumentando o espaço para as manobras; e permite separar as diferentes atividades, cumprindo assim os normativos legais.

Interveio o Deputado Tiago Branco para questionar se o projeto irá contribuir para o aumento da segurança e operacionalidade do porto da Horta, se a entrada de 50 metros no saco do porto acarreta problemas ambientais e de navegabilidade, como indicou o peticionário, e qual tem sido a postura da Portos dos Açores e do Governo, ao longo do processo.

O Comandante Rafael da Silva fez referência à sua experiência profissional, de mais de 30 anos, e especialização em navegação em áreas restritas, para dizer que não tem qualquer dúvida que o projeto irá permitir organizar o espaço e melhorar a segurança e navegabilidade do porto da Horta. Acrescentou que ao retirar o fundeamento das embarcações de recreio do meio da bacia, garante, desde logo, o aumento da segurança para todos.

Disse que não entende as críticas feitas à entrada de 50 metros, prevista no projeto, uma vez que a entrada da marina norte tem 55 metros e a entrada da marina sul tem 52 metros, não existindo, nestes casos, qualquer constrangimento para os peticionários.

Além disso, uma entrada de 50 metros está de acordo com os parâmetros aceites internacionalmente e é mais do que suficiente para manobrar navios, pelo que não compreende as dúvidas dos peticionários. Referiu ainda que um novo canal de 50 metros de largura, que se prolonga por cerca de 400 metros até à marina norte, não trará qualquer problema.

Por fim, o Comandante Rafael da Silva indicou que a postura da Portos dos Açores e do Governo Regional tem sido de diálogo, de auscultação dos parceiros, não tendo nada a apontar.

A seguir, o Deputado Luis Garcia afirmou que ficou com dúvidas sobre o parecer apresentado, tendo questionado qual a versão do projeto a que deu parecer e pediu cópia do respetivo documento. Questionou ainda se recebeu reclamações sobre a operacionalidade do porto depois da construção do molhe norte, e qual a leitura que faz de se pedir um novo estudo.

Em resposta, o Capitão do porto disse que conheceu dois projetos e o parecer que emitiu foi sobre o último, que poderá disponibilizar à Comissão de Economia. Confirmou que recebeu reclamações e que o porto da Horta tem um problema relacionado com a ondulação de norte, que resulta da difração da onda, quando atinge o interior do porto.

O Capitão do porto citou o Mestre Manuel Humberto que dizia que "antigamente era pior e o porto da Horta sempre teve ondulação". Referiu ainda que com ou sem molhe norte, o porto da Horta sempre teve problemas de ondulação de norte.

Mas também disse que a orientação do molhe norte, da forma que está, permitiu desviar a ondulação resultante do furacão Lorenzo, o que minimizou os danos no cais de passageiros. Caso tivesse ficado com a orientação defendida por alguns, provavelmente o furacão teria provocado danos significativos no cais de passageiros. Sobre o novo estudo, disse que todos os estudos são bem-vindos e trazem mais conhecimento.

Interveio novamente o Deputado Luis Garcia para questionar a necessidade de enrocamento exterior do cais acostável previsto no projeto.

O Capitão do porto disse que o enrocamento permite dissipar a energia das ondas e que concordava com a avaliação do projetista sobre a necessidade do enrocamento.

Depois, o Deputado Tiago Branco questionou o Capitão do porto se considera o LNEC como uma entidade idónea e independente para fazer os estudos e qual a sua opinião sobre o parecer do Comandante que opera no porto de Cascais.

A seguir, o Deputado Carlos Ferreira referiu que, em termos de segurança, a 3ª versão do projeto satisfaz a Autoridade Marítima e perguntou se, o resultado do estudo indicar que é necessário corrigir a ondulação, admite a possibilidade de haver outras soluções que garantam segurança e reduzam a agitação marítima.

Posteriormente, o Deputado Luis Garcia perguntou se não é este o momento para resolver ou atenuar o problema de agitação marítima aparentemente criado com a construção do molhe norte no porto da Horta.

Em resposta às questões colocadas, o Capitão do porto da Horta afirmou que o LNEC é uma instituição idónea, tal como o LREC, e que são, ambas, entidades de excelência nas suas áreas de intervenção. Acrescentou que todos os projetos

serão analisados de acordo com a segurança de navegação e operacionalidade dos portos.

Sobre o parecer do Comandante Rui Terra, que opera no porto de Cascais, o Comandante Rafael da Silva afirmou que considera o parecer errado.

Por fim, disse que não deve manifestar sobre opções políticas.

v. Audição do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta (CCIH), David Marcos

O Presidente da CCIH começou por referir que o porto da Horta é dos faialenses e que a CCIH emitiu um comunicado público, que reflete a posição dos empresários. Informou que reuniram várias vezes com a Portos dos Açores e concordaram que as obras não avançariam sem a realização do estudo de impacte ambiental e estudo em laboratório reduzido sobre a agitação marítima, cumprindo assim a promessa feita.

Considera que a dimensão económica do projeto é muito importante para o Faial, pois duplica a capacidade da marina e acautela a operacionalidade e segurança do porto, merecendo por isso o parecer favorável da CCIH.

Seguidamente, o Deputado Tiago Branco perguntou se a CCIH dispõe de dados concretos sobre o impacto económico deste projeto, se a CCIH teve reuniões com a Portos dos Açores e esclareceu as dúvidas existentes e se a CCIH emite parecer favorável, caso os estudos solicitados validem o projeto.

O Presidente da CCIH respondeu que o Faial tem um impacto de 250 milhões de euros no PIB da Região e o projeto teria um impacto de 15 a 20 milhões de euros no PIB, representando cerca de 7% a 8% do PIB. Referiu ainda que o turismo de cruzeiros é um negócio em crescimento e que entre 2014 a 2018 apenas foram cancelados 9% dos navios de cruzeiros, devido à ondulação. Indicou ainda que a relação com a Portos dos Açores é boa e permitiu esclareceu todas as dúvidas colocadas.

Posteriormente, o Deputado Luis Garcia pediu a clarificação do parecer da CCIH, para saber se este ficou condicionado a vários estudos e se o comunicado divulgado mereceu a concordância da mesa de turismo, visto esta ter uma posição diferente.

O Presidente da CCIH realçou que o comunicado é claro e indica que "a maioria dos empresários" não se manifestou contra o projeto, além do que a posição da mesa do turismo não teve a autorização da Direção da CCIH. Salientou que a posição da CCIH é só uma e é da Direção e dos seus Órgãos Sociais, tendo sido realizadas várias reuniões e Assembleias Gerais, com as dúvidas a serem esclarecidas.

O Deputado Alonso Miguel disse que compreende a posição da CCIH sobre o impacto do projeto na economia e perguntou se esta não seria a altura de resolver o problema da agitação marítima e ondulação de norte.

O Presidente da CCIH respondeu que, se existirem condições para resolver este problema então poderia ser interessante, mas reconhece que os recursos são limitados e serão canalizados para a bacia sul.

O Deputado Tiago Branco interveio novamente para questionar se a mesa do turismo encomendou um estudo e se o disponibilizou publicamente.

Em reposta, o Presidente da CCIH indicou que o estudo foi solicitado pela Direção anterior da CCIH e não pela mesa do turismo, não tendo acesso ao mesmo.

vi. Audição do Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH), José Leonardo

O Presidente da CMH realçou a importância do porto da Horta para o Faial e que referiu que a autarquia tem vindo a auscultar a população e todos os interessados, desde 2015, tendo efetuado várias diligências e reuniões, com a Portos dos Açores, Governo, Conselho de Ilha, Câmara de Comércio e a sua mesa de turismo.

Das reuniões efetuadas, saíram várias propostas de alteração aos projetos apresentados e a Portos dos Açores mandou elaborar um estudo de impacte ambiental e um estudo sobre a agitação das águas, com vista a esclarecer as dúvidas existentes.

O Presidente da CMH considera que é fundamental que a obra avance, se todos os estudos solicitados sejam positivos e validados, atendendo à sua importância para a ilha do Faial.

Depois, o Deputado Tiago Branco questionou qual foi a postura da Portos dos Açores e do Governo Regional neste assunto e se houve abertura, humildade e disponibilidade em esclarecer as dúvidas existentes. Perguntou ainda se este projeto tem impacto na criação de emprego e geração de riqueza para o Faial e, caso os estudos sejam positivos, se a obra deve avançar.

Em resposta, o Presidente da CMH disse que sempre houve abertura do Governo e da Portos dos Açores para ouvir, esclarecer e alterar o projeto, tendo aumentado o valor previsto para o investimento, de 14 para 18 milhões de euros. Acrescentou que este projeto é fundamental para liderar a náutica de recreio nos Açores e vai permitir criar novas empresas e mais postos de trabalho para jovens, projetando o Faial internacionalmente.

Reiterou que, caso os estudos tenham um parecer positivo e permitam esclarecer as dúvidas, a Câmara Municipal da Horta emite um parecer positivo ao projeto. Considera que não é recomendável ficar só a estudar projetos e não avançar com a obra.

Por sua vez, o Deputado Luis Garcia perguntou se este investimento tem tido um percurso normal, uma vez que foi dividido em fases e que já conta com três versões diferentes do projeto. Questionou se o projeto já teria avançado se tivesse existido mais diálogo desde o início, se mantém a posição sobre a última versão do projeto e qual a leitura que faz sobre o novo estudo encomendado pela Portos dos Açores.

O Presidente da CMH disse que não quer passar mais uma legislatura de estudo em estudo, sem avançar com a obra, existindo abertura e diálogo, motivo pelo qual foram introduzidas alterações propostas ao projeto. A CMH dá parecer favorável ao projeto, desde que os estudos encomendados permitam esclarecer as dúvidas e tenham um parecer favorável.

Considera que as decisões e opiniões devem ser suportados por documentos técnicos, pelo que os novos estudos são bem-vindos e vão permitir esclarecer dúvidas. Afirmou que é preciso passar para a concretização do investimento.

O Deputado Tiago Branco perguntou se alguma vez sentiu que a Portos dos Açores e o Governo não estavam disponíveis para fazer estudos para suportar esta obra e se a mesa do turismo da CCIH manifestou oposição ao projeto e apresentou algum estudo para o efeito.

O Presidente da CMH respondeu que nunca soube bem se havia estudo ou parecer da mesa do turismo e que a Câmara Municipal da Horta pediu que o técnico responsável pelo estudo da mesa do turismo apresentasse o seu parecer e que, em conjunto com o técnico da Portos dos Açores, esclarecessem as dúvidas, mas tal desafio nunca foi aceite.

A terminar, o Presidente da CMH disse que o tempo começa a escassear e é preciso tomar uma decisão e concretizar o investimento.

vii. Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha, acompanhada pelo Presidente da Portos dos Açores, S.A., Miguel Costa

A Secretária Regional começou por referir que este projeto não é recente, tendo existido um concurso, em 2017, que ficou deserto. Foram efetuadas diligências, envolvendo as diversas entidades interessadas do Faial, e feitas várias reuniões com a Comissão Municipal dos Assuntos do Mar – Câmara Municipal da Horta, com a participação dos técnicos da Portos dos Açores e do projetista, sempre com o objetivo de promover o diálogo e esclarecer as dúvidas.

Posteriormente, o projeto foi alterado, com os contributos apresentados, e foi novamente apresentado às entidades envolvidas, públicas e privadas.

Mais recentemente e depois do projeto estar concluído, a SRTOP informou que o LNEC foi contatado para realizar um ensaio em modelo reduzido, sendo que este projeto – porto da Horta é dos mais estudados e ensaiados a nível regional e nacional.

A SRTOP referiu ainda que depois será efetuado um estudo de impacte ambiental, estando o Governo dos Açores a esgotar todas as possibilidades de estudo e diálogo com todos os interessados, para que haja consenso sobre um investimento estruturado para o Faial.

Depois, o Deputado Paulo Mendes perguntou se os dados a utilizar no ensaio são atuais e se o ensaio em modelo reduzido depende da atualização dos dados. Questionou ainda sobre qual será a posição do Governo Regional, caso o ensaio em modelo reduzido dê uma indicação contrária ao do projeto.

Em resposta, a SRTOP disse que aos políticos cabe a decisão política e não técnica, pelo que se algum dos estudos vier contrariar o que consta no projeto, então o projeto não avançará, com toda a naturalidade. Referiu que este projeto tem mais de uma dezena de estudos efetuados e que os dados a utilizar serão definidos pelo LNEC.

Em complemente, o Presidente da Portos Açores indicou que o LNEC só trabalha com base em dados reais e atuais, tal como outras entidades idóneas, e que os dados são recolhidos com base na boia ondógrafo, de forma diária, ao longo de vários anos.

Seguidamente, o Deputado Tiago Branco perguntou com quem reuniu a Portos dos Açores e quantas vezes isso aconteceu, se foram apresentadas propostas alternativas, se as propostas apresentadas pela Comissão dos Assuntos do Mar foram estudadas, se implicavam um aumento do investimento e quais foram os resultados.

A SRTOP respondeu que as propostas apresentadas pela Comissão Municipal dos Assuntos do Mar foram bem recebidas, estudadas e até aplicadas. Acrescentou que o projeto da Portos dos Açores apresenta mais vantagens e potencialidades, face às alternativas, tendo sido recebidos vários pareceres escritos.

Por sua vez, o Presidente da Portos dos Açores referiu que a solução apresentada permite receber até 600 embarcações, o dobro do que recebe atualmente. Disse que, desde que tomou posse, já realizou mais de duas dezenas de reuniões, com várias entidades (Associações, Câmara Municipal, Mesa do Turismo da CCIH, Conselho de Ilha do Faial, entre outras), sendo que algumas reuniões foram repetidas. Afirmou que todas as propostas e soluções apresentadas foram estudadas e ensaiadas, até ao limite do que era possível fazer.

O Deputado Tiago Branco questionou se a Mesa do Turismo da CCIH apresentou algum estudo.

O Presidente da Portos dos Açores referiu que a Mesa do Turismo afirmou que tinha um estudo, tendo apenas lido um resumo e não entregue o estudo. Mais tarde, disse ter tido acesso ao estudo, datado de 2017, e que respeitava à primeira versão do projeto, estando por isso desatualizado e sem enquadramento no projeto em análise.

A SRTOP afirmou que nunca recebeu o estudo.

Seguidamente, o Deputado Luis Garcia perguntou se o Governo dos Açores está disponível para corrigir o projeto, caso os estudos concluam que o molhe norte tem implicações no porto. Questionou ainda se o Governo pretende avançar com as obras em terra e qual o ponto de situação do estudo de impacte ambiental.

Em resposta, a SRTOP mencionou que o estudo do LNEC é abrangente, obedece a critérios técnicos e será analisado pelo Governo, tal como as suas

conclusões e implicações no projeto. Realçou que as obras em terra, integradas nesta empreitada, não poderão avançar porque é uma empreitada única e tem um calendário próprio.

Acrescentou que o estudo de impacte ambiental tem forte componente de discussão pública e é um processo amplamente participativo.

O Presidente da Portos dos Açores respondeu que todos os estudos são efetuados com base na realidade atual, abrangendo molhe norte, molhe sul e zona comercial, ou seja, toda a bacia da Horta. As obras em terra que eram possível realizar, já estão a decorrer.

Referiu que não é possível ter "águas paradas" e "agitação marítima" ao mesmo tempo, mas ainda assim foram encomendados mais dois estudos.

O Deputado Luis Garcia questionou se há alguma previsão para a duração dos estudos e quando será lançado o concurso da segunda fase do ordenamento do porto da Horta.

O Presidente da Portos dos Açores indicou que o estudo sobre a agitação marítima e águas paradas já está em curso e poderá ficar concluído em novembro, sendo que os estudos de impacte ambiental e em modelo reduzido irão avançar.

O estudo do LNEC depende da disponibilidade de meios, estando em curso a preparação dos procedimentos legais de contratação pública. Além disso, a data do lançamento do concurso depende da data de conclusão dos estudos.

A seguir, o Deputado Tiago Branco perguntou quantos pedidos de invernagem, para atracar no porto da Horta, são recusados por falta de condições. Pediu ainda para comentar e esclarecer as afirmações efetuadas, hoje, pelo primeiro peticionário – Sr. José Decq Mota, segundo o qual "avançar com as obras, sem saber os resultados dos estudos, seria criminoso".

A SRTOP respondeu que nenhum Governo ou Governante, em consciência, jamais fará uma obra, sem ter a devida validação técnica.

O Presidente da Portos dos Açores acrescentou que foram recusadas mais de 100 embarcações por ano, para serviços de acostagem e ancoradouro. Disse ainda que o que está em causa, são questões de segurança, devido à disposição atual das embarcações na bacia da Horta.

A terminar, o Presidente da Portos dos Açores realçou que este projeto permite separar as atividades e garantir maior segurança e operacionalidade, separando a zona comercial, das pescas e da náutica de recreio.

A Comissão de Economia recebeu os seguintes pareceres por escrito:

- Conselho de Ilha do Faial;
- APEDA - Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores;
- Comandante Rui Terra;
- Comandante Lizuarte Machado.

4.º cAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

8. A Petição foi subscrita por mais de 300 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
9. O primeiro signatário disse que chegou a defender o crescimento do porto comercial da Horta, com a construção da doca nova e uma nova bacia, para a gare de passageiros e navios e cruzeiro. Mas considera que, com esta construção, a orientação do molhe norte passou a conflituar com a doca sul.
10. Os Peticionários manifestaram a sua preocupação com o futuro, designadamente com a operacionalidade do porto da Horta, pelo que defendem o estudo da movimentação das águas, em modelo reduzido. Defendem ainda que sejam iniciadas as obras fora do espelho da água.

11. O Capitão do Porto da Horta disse que o projeto vai permitir organizar o espaço e melhorar a segurança e navegabilidade do porto da Horta. Acrescentou que ao retirar o fundeamento das embarcações de recreio do meio da bacia, garante, desde logo, o aumento da segurança e contribui para separar as diferentes atividades, de acordo com os normativos legais.
12. Referiu que a entrada de 50 metros está de acordo com os parâmetros aceites internacionalmente e é mais do que suficiente para manobrar navios, pelo que não compreende as dúvidas dos peticionários. Acrescentou que o enrocamento exterior dos cais projetado permite dissipar a energia das ondas e que concordava com a avaliação do projetista.
13. O Capitão do Porto da Horta disse ainda que a postura da Portos dos Açores e do Governo Regional foi de diálogo e de auscultação dos parceiros.
14. O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta informou que reuniu várias vezes com a Portos dos Açores, tendo ficado acordado que as obras não avançariam sem a realização do estudo de impacte ambiental e estudo em laboratório reduzido sobre a agitação marítima.
15. Considera que a dimensão económica do projeto é muito importante para o Faial, pois duplica a capacidade da marina e acautela a operacionalidade e segurança do porto, merecendo por isso o parecer favorável da Câmara do Comércio da Horta.
16. O Presidente da Câmara Municipal da Horta referiu que a autarquia tem vindo a auscultar a população e todos os interessados, desde 2015, tendo efetuado várias diligências e reuniões, com a Portos dos Açores, Governo, Conselho de Ilha, Câmara de Comércio e mesa de turismo.
17. Referiu igualmente que foram efetuadas várias propostas de alteração aos projetos apresentados, o valor de investimento foi revisto e a Portos dos Açores mandou elaborar um estudo de impacte ambiental e um estudo sobre a agitação das águas. O Presidente da CMH considera que o tempo começa a

escassear e é preciso tomar uma decisão e avançar com a obra, se os estudos forem positivos, atendendo à sua importância para a ilha do Faial.

18. A Secretária Regional afirmou que foram efetuadas diligências e reuniões, envolvendo as diversas entidades interessadas do Faial, com o objetivo de promover o diálogo, esclarecer as dúvidas e aperfeiçoar o projeto.

19. A SRTOP informou que o LNEC foi contatado para realizar um ensaio em modelo reduzido e depois será efetuado um estudo de impacte ambiental, estando o Governo dos Açores a esgotar todas as possibilidades de estudo e diálogo, para que haja consenso sobre o investimento projetado.

20. O Presidente da Portos dos Açores realçou que o estudo sobre a agitação marítima e águas paradas já está em curso e que este projeto permite separar as atividades e garantir maior segurança e operacionalidade.

21. Os Deputados da Comissão de Economia reconhecem que a auscultação e o diálogo com as entidades envolvidas, a partir de 2017, como indicam os peticionários, permitiram introduzir alterações no projeto.

22. Os Deputados da Comissão de Economia consideram que o investimento é muito importante para o Faial, pois duplica a capacidade da marina, separa as atividades e deve acautelar a operacionalidade e segurança do porto.

23. Os Deputados da Comissão de Economia consideram ainda que os estudos em modelo reduzido e de impacte ambiental vão trazer mais conhecimento sobre o porto da Horta e esclarecer as dúvidas existentes.

24. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 24 de janeiro de 2020.

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Os pareceres recebidos constam em anexo.

A Presidente, Bárbara Chaves

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Recordo que a conferência de líderes definiu um período para este debate de 8 minutos por cada grupo e representação parlamentar. Estão abertas as inscrições para apreciação desta Petição.

Já está inscrito o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor Sr. Deputado.

***Deputado Gustavo Alves** *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar os peticionários na pessoa do primeiro signatário José Eduardo Bicudo Decq Mota, pelo exercício deste direito e também pela manifestação de participação e cidadania no âmbito duma matéria tão cara a todos os faialenses.

As obras na baía da Horta estão uma vez mais em discussão.

A presente Petição, no entender do Grupo Parlamentar do PPM, faz todo o sentido.

As 1732 assinaturas recolhidas pelos peticionários são o reflexo da enorme preocupação que assola a generalidade dos faialenses nesta matéria.

A baía da Horta é considerada uma das mais belas baías do país e é um *ex-libris* da cidade onde está implantada.

A sua marina tem uma assinalável importância cultural, obtida pelo pincel dos imensos marinheiros de todo o mundo que a visitam desde o século XV.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PPM defende que qualquer projeto de construção na baía da Horta, deverá ser antecedido de um estudo aprofundado, realizado por especialistas qualificados nas diversas áreas técnicas que importam para a conceptualização dum projeto deste tipo.

É necessário que o mesmo promova na sua plenitude, as imensas potencialidades da mais conceituada das baías açorianas. Deveria ter sido feito assim, mas não foi assim que foi feito.

O anterior executivo efetuou obras no porto da Horta que, como é do conhecimento público, se revelaram desajustadas, entre outras coisas, porque não cumpriram com um dos principais desígnios: atracagem de navios de passageiros de elevado porte.

Isso levou a que os mesmos fossem deslocados para outros locais, algo que causou uma quebra inequívoca no turismo e na economia local.,

Por outro lado, tal obra mostrou um certo amadorismo, pelo facto de não ter sido considerado que a orientação da nova doca norte tivesse um inegável impacto na doca sul.

Não obstante a necessidade em resolver a situação do aumento agitação marítima na doca sul que muito transtorno e custos tem causado à frota de pescadores faialenses, o Grupo Parlamentar do PPM defende que as obras de construção civil no espelho de água no porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2ª fase do projeto de reordenamento do porto da Horta, alvo dos peticionários, não pode ser concretizada, na medida em que não resolve os problemas atuais e cria novas insuficiências e erros.

O Grupo Parlamentar do PPM defende que a obra em análise, da forma como está projetada, não constitui a melhor solução, porquanto a entrada de 50 metros poderá ter influência significativa no normal escoamento de água aquando das intempéries que, segundo os especialistas, se prevê possam suceder com maior intensidade e regularidade, o impacto que essa obra poderá ter na agitação marítima noutros locais do porto, tal como sucedeu no cais norte. As consequências que tal obra poderá ter a nível da vida marinha, como a aglomeração de algas.

Estes argumentos e considerações supra referidas também são a voz de muitos dos nossos *lobos do mar* que conhecem o nosso mar como poucos. Ouvimos muitas pessoas do setor do mar e das pescas e anotámos as suas preocupações e anseios.

Existe um estudo em vigor que poderá desmistificar todas estas dúvidas, ou pelo menos, uma parte delas.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PPM concorda com os peticionários e defende que o atual projeto de construção civil no espelho de água do porto da Horta, conforme está projetado, não confere a garantia total e inequívoca de que esta seja a melhor solução. E, como tal, entende que a obra deverá ser suspensa até à conclusão do estudo que está a decorrer.

Esta matéria é de importância fulcral para a Ilha do Faial. E é do interesse geral, como o número de peticionários o demonstra.

Todos desejamos a finalização da obra do porto da Horta. Que não restem dúvidas sobre esta questão. Mas, no nosso entender, o mais importante é que se altere o paradigma de fazer a obra para desenrascar ou atamancar, como foi feito inúmeras vezes na Ilha do Faial.

Queremos a conclusão das obras do porto da Horta, mas tem de ser encontrada a melhor solução possível. Não podem voltar a ser cometidos os erros do passado.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Muito bem!

O Orador: É isso que todos os faialenses desejam. E, sobretudo, é isso que os faialenses merecem.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e Dep. Paulo Estêvão)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Começo naturalmente esta minha intervenção por saudar, na pessoa do primeiro subscritor desta petição, o Senhor José Decq Mota, todos os aqueles que, através deste mecanismo de participação cívica e política, também ele essencial para fomentar a proximidade entre esta Assembleia e o povo açoriano, exerceram o direito de cidadania e manifestaram, junto dos seus eleitos, a sua visão sobre o Porto da Horta e o seu futuro.

Se há facto que é unânime no seio da comunidade açoriana é a relevância do Porto da Horta para o desenvolvimento económico da nossa região. A sua localização e condição natural, a par da história que carrega, tornam-no numa referência internacional.

Mas é também uma infraestrutura portuária que, tal como outras, necessita de concretizar investimentos que potenciem as suas qualidades e as suas vocações mais específicas e diferenciadas, colocando-as ao serviço do progresso, não só da ilha do Faial mas de toda a Região.

A começar pela evidência da necessidade de se promover uma efetiva separação das suas diversas valências, melhorando assim, a segurança e a navegação no interior do Porto, e promovendo uma melhor convivência entre ambas.

Nesta vertente em específico, e na sequência da análise a esta petição realizada em sede comissão parlamentar e que incide sobre o projeto de requalificação do Porto da Horta, não posso deixar de salientar as palavras do então Capitão do Porto da Horta, o Comandante Rafael da Silva, ouvido nessa ocasião, no âmbito do tratamento desta petição, que afirmou e cito-o no relatório apresentado: *"que o projeto apresentado tinha como grandes vantagens facilitar as manobras dos navios de comércio, reduzindo os problemas com as embarcações de recreio fundeadas no meio da bacia, aumentando o espaço para as manobras; e permitir separar as diferentes atividades, cumprindo assim os normativos legais" – fim de citação.*

Disse ainda o então Capitão do Porto da Horta, aludindo até à sua especialização em navegação marítima, *"que não tem qualquer dúvida que o projeto irá permitir organizar o espaço e melhorar a segurança e navegabilidade do porto da Horta. Acrescentando que", e continuo a citar, "ao retirar o fundeamento das embarcações de recreio do meio da bacia, garante, desde logo, o aumento da segurança para todos". – Fim de citação*

Simultaneamente, a ampliação da sua sobejamente conhecida marina que, anualmente, e em período de maior procura, esgota largamente a sua capacidade de acostagem, é determinante para continuar a afirmar a Horta, enquanto cidade distinta no contexto náutico dos Açores e do País, permitindo melhorar as condições de receção e de permanência daqueles que, após longas travessias pelo mar do mundo, são, atualmente, obrigados a permanecer fundeados no meio da bacia sul devido à falta capacidade infraestrutural para acudir a todos aqueles que à ilha do Faial se dirigem por via marítima.

Por outro lado, é fundamental para o surgimento de novos nichos de mercado e para a criação de emprego e de economia, promover as condições necessárias para a invernagem e reparação naval, nomeadamente na vertente da náutica de recreio, através da instalação de uma infraestrutura específica para o desenvolvimento dessas atividades e que também permita requalificar o Largo Manuel de Arriaga e devolvê-lo à cidade da Horta.

Importa ainda permitir uma efetiva requalificação do núcleo de pescas que vá ao encontro das necessidades do setor, que melhore as condições de trabalho, a segurança em que desenvolvem a sua atividade e que seja, em última instância, motor para a retirada de mais rendimentos para os nossos pescadores.

Naquele que é o entendimento do Partido Socialista sobre esta matéria, o projeto de intervenção em discussão, não obstante outros investimentos que serão certamente necessários programar e realizar no futuro, os quais importa acautelar a sua possibilidade já, assegura os objetivos definidos e as

necessidades que evidenciei anteriormente e deve avançar para a sua execução, se todos os estudos técnicos realizados e, em particular, aquele que foi encomendado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, cujos resultados se aguardam, concluam que estamos, de facto, perante a melhor solução.

E porque estamos juntos na vontade de fazer o melhor, o Partido Socialista também partilha das preocupações suscitadas pelos peticionários, como é a eventual eutrofização das águas, os eventuais reflexos da agitação marítima ou o eventual estrangulamento da entrada do Porto, mas também acreditamos na boa fé e na competência de quem constrói as soluções, nos estudos técnico-científicos que as sustentam e nas opiniões que certamente também ouvem.

Aliás, quero aproveitar este momento para saudar todo o envolvimento da sociedade civil neste processo, bem como da anterior gestão da empresa Portos dos Açores que pautou a sua atuação pela disponibilidade para participar e ser ouvida em todos os fóruns e encontros que se realizaram sobre esta temática, promovendo o diálogo com todos, e a fim de esclarecer as dúvidas que muitos entenderam colocar nomeadamente no seio da Câmara Municipal da Horta, através da Comissão Municipal para os Assuntos do Mar – que junta todas entidades que direta ou diretamente interferem com o ambiente portuário -, da própria Assembleia Municipal da Horta e também do Conselho de Ilha do Faial.

Em todos os fóruns realizados, a solução, então apresentada pelo engenheiro projetista, após realizar alterações ao projeto na sequência da discussão e da recolha de contributos em torno deste assunto, foi sustentada por um conjunto de validações técnicas nomeadamente por estudos e ensaios de agitação marítima realizados em modelo matemático que, de acordo com o responsável, a validam.

Foi igualmente garantido que o avanço da obra depende da realização de um Estudo de Impacto Ambiental – que avaliará outras nuances, nomeadamente as

dúvidas levantadas quanto ao surgimento de águas paradas no interior do Porto e a sua eventual eutrofização.

Não obstante, persistiram dúvidas que não permitiram que se avançasse com o investimento naquele momento.

Perante tal situação, e sendo as dúvidas existentes de ordem técnica, e desejável o maior consenso possível numa matéria como esta, o então Presidente do Governo dos Açores mandatou a empresa "Portos dos Açores, SA." para submeter a 2.ª fase do projeto de requalificação do Porto Comercial da Horta a ensaios em modelo reduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com vista, à validação, ou não, dos estudos outrora já realizados em modelo matemático pelo autor do projeto.

Neste contexto, importa agora aferir se o estudo está concluído e se já foi produzido um relatório técnico para que este possa ser inserido na discussão e no esclarecimento sobre esta matéria.

Será também importante clarificar que entendimento terá o Governo Regional caso verifique que as diligências realizadas apontam que esta solução vai de encontro àquilo que é ambicionado.

Para o Partido Socialista, as conclusões que serão emanadas pelo LNEC, contribuirão para a dissipação de muitas das dúvidas suscitadas pelos peticionários.

Aliás, foi precisamente para esclarecer o que há a esclarecer que foi solicitada a sua intervenção.

Os investimentos que são necessários concretizar no Porto da Horta não podem ficar para trás.

Deve haver um tempo para a discussão e outro para a decisão, sob pena de se perderem oportunidades de afirmação e de investimento no contexto regional e internacional.

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Não podemos ser a favor de se fazerem obras só porque sim, nem contra só porque não.

Aquilo que sempre defendemos e continuamos a defender, é que se os estudos técnicos realizados e aqueles que, porventura, ainda se realizarão indiciarem que esta é uma boa solução para o reordenamento do Porto da Horta, o projeto deve avançar, porque responderá às necessidades da infraestrutura e promoverá o desenvolvimento económico e social do Faial e dos Açores.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda começa por saudar os peticionários que exerceram o direito de nos fazer chegar as suas reivindicações através desta ferramenta democrática.

Como bem faz referência o texto da petição, a baía da Horta e o seu porto são uma referência internacional pelo seu valor natural, cultural e histórico e pela sua localização estratégica, com importante retorno económico para a ilha e para a região.

As características desta baía fazem dela um porto que desde sempre ofereceu proteção natural a todos quantos aqui chegam pelo mar. Ninguém fala do Faial sem referir as histórias dos aventureiros, dos iates e veleiros. O porto da Horta é a maior referência desta ilha e uma das mais relevantes dos Açores.

Adequar a capacidade do porto à procura presente, assegurar e multiplicar os seus serviços e garantir permanentemente a sua segurança são os anseios dos utilizadores e da população da ilha.

Vice-Presidente: Para o Bloco de Esquerda não é preciso estudar nada. Já está tudo estudado.

O Orador: No entanto, o resultado das obras do novo cais de passageiros é motivo de preocupação para todos, sendo já sobejamente conhecidos os efeitos nocivos na dinâmica interna das correntes e ondulação das águas, afetando precisamente a sua segurança e levando inclusivamente a situações em que algumas embarcações procuram abrigo **fora** do porto.

O Bloco de Esquerda esteve atento a esta situação desde o início, tendo inclusivamente recomendado ao Governo Regional a encomenda de um estudo ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil para a realização de uma auditoria técnica às obras do novo cais de passageiros e respetivo molhe a 12 de abril de 2017.

Infelizmente, esta proposta foi rejeitada pela maioria de então para mais tarde a Portos dos Açores encomendar, precisamente, um estudo ao LNEC sobre o projeto em questão, mas que, no entanto, não procura analisar o impacto da construção no molhe e cais de passageiros.

O Bloco de Esquerda considera, ainda, que pior do que ter um problema por resolver, é criar por cima dele novos problemas.

As obras que se pretendem fazer na baía da Horta e que esta petição contesta, não resolvem as questões de fundo com que hoje se debate o porto e representam uma ameaça às suas condições naturais. Uma vez feitas, exigirão meios e esforços redobrados para a sua correção. Por esse motivo consideramos que qualquer intervenção planeada para esta baía deve ser alvo de um planeamento muito cuidado, fundamentado em estudos aprofundados e isentos e que inclua também a participação de todos os agentes com interesses na atividade portuária.

Com este objetivo o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai apresentar a esta Assembleia uma iniciativa legislativa que visa aprofundar e ampliar o

âmbito do estudo anunciado pelo anterior governo a ser desenvolvido pelo LNEC.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

***Deputado Rui Martins** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Em primeiro lugar, permitam-me saudar os peticionários por este exemplo de intervenção cívica e pela manifestação junto do poder político de um conjunto de considerações e preocupações comuns aos subscritores. Mas não só. São considerações e preocupações comuns, de forma muito mais abrangente, à comunidade faialense.

Todo este processo de reordenamento da baía do porto da Horta foi, desde cedo, um processo conturbado, uma vez que a obra inicialmente prevista para o molhe norte – e de forma abreviada – foi reduzida e, por sua vez, passaram a ser sentidas condições no interior do molhe sul e da marina que a comunidade portuária não tinha memória de alguma vez ter registado.

Mais conturbado, ainda, foi o processo que se seguiu de reordenamento do porto da Horta. Após uma sucessão de projetos que alteravam radicalmente os anteriores, elaborados 3 vezes pelo mesmo engenheiro e sempre sendo como a melhor solução possível, a solução final apresentada gerou muita discórdia.

Após a discórdia generalizada no seio da comunidade faialense, o Presidente do Governo da altura, o agora Deputado Vasco Cordeiro, anunciou que iria promover o tão solicitado estudo em modelo reduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. O agora Deputado Miguel Costa, e na altura presidente da Portos dos Açores, veio então confirmar que iria fazer o caderno de encargos para o estudo em modelo reduzido, que comprovasse que o último projeto apresentado era a melhor solução – aí é que está o verdadeiro busílis da questão.

Ou seja, que comprovasse que o último projeto apresentado era a melhor solução.

Deputado Miguel Costa *(PS):* O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Havia dúvidas e houve muita informação que nunca foi disponibilizada. Foi solicitado pela Assembleia Municipal da Horta, por exemplo, o caderno de encargos para o estudo em modelo reduzido no LNEC… até hoje ele foi público ou disponibilizado! Foi prometida a colocação de 3 boias ondógrafo para aferir a movimentação de águas na bacia do porto… Até hoje foram colocadas!

As questões que se impunham saber, e que me levaram a fazer um requerimento nesse sentido, só agora poderemos saber se então foram colocadas no estudo encomendado.

Os estudos anteriores estudaram apenas ventos e mar de sul. E nunca estudaram o mar de norte, por exemplo; e não sabemos se este estudo o avalia.

Deputado Miguel Costa: Aonde senhor?

O Orador: Muito provavelmente, porque o Partido Socialista esteve continuamente em negação, e continua aparentemente, não se estudou a movimentação das águas do molhe norte, colocando-se depois no modelo o molhe, avaliando o impacto que este trouxe ao interior da bacia do porto da Horta e da marina,

Deputado Miguel Costa *(PS):* É o que foi feito!

O Orador: estudando eventualmente a possibilidade de correção do molhe norte ou de outras soluções que minorassem a instabilidade que agora se verifica a sul e que possibilitassem que a construção a executar, penalize o menos possível o excelente espelho de água que ali existe e que maximize o número de lugares de acostagem disponíveis, bem como otimize os acessos à marina, os acessos para desportos náuticos e ao porto de pescas.

(Aparte inaudível do Deputado Miguel Costa)

O Orador: A prova de que há efetivamente uma agitação anormal naquele porto – o Sr. Deputado Miguel Costa está muito agitado com esta minha intervenção – é que o próprio rebocador e o navio de investigação Arquipélago passaram a abrigar-se dentro da marina, porque no cais rebentavam os cabos. E só não reconhece isto quem está em negação.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Impõe-se, por isso, que antes de concluir o estudo, se verifique se as variáveis que enunciei e que constam também da petição estão a ser avaliadas e, se não estiverem, que seja feita uma adenda ao caderno de encargos, com urgência, para não se perder a oportunidade e chegarmos ao fim do estudo com as mesmas dúvidas com que o iniciámos.

A intervenção neste porto é necessária e é urgente. É urgente avançar com soluções que promovam, a curto prazo, a varagem e invernagem de embarcações, por forma a maximizar a indústria de reparação naval, que apenas por não existirem atualmente condições para o efeito, não viu o crescimento que já deveria ter observado e não permite que a mão de obra especializada que aqui existe possa criar, verdadeiramente, mais valor económico nesta ilha.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP)*: Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

"A vida na cidade da Horta esteve sempre ligada à importância do seu porto". Citei o Roteiro do Arquipélago dos Açores, publicado pelo Instituto Hidrográfico, que é também referido no texto da petição que hoje chega, finalmente, a esta sessão plenária.

De facto:

O porto da Horta é a infraestrutura que marcou de forma mais decisiva a história do Faial e dos Açores, fruto da sua localização estratégica, da qualidade das suas águas e da segurança que sempre ofereceu, falo naturalmente das infraestruturas aqui da ilha do Faial.

Os cabos submarinos, as travessias aéreas transatlânticas e, nas últimas décadas, o iatismo internacional, conferiram e conferem a este porto um papel central na projeção das ilhas açorianas no mundo, numa relação que moldou também de forma vincada a vida económica e social do Faial.

O respeito por este percurso histórico, pelas suas condições naturais privilegiadas, e também pelo seu contributo para o desenvolvimento presente e futuro dos Açores, exige que qualquer intervenção numa infraestrutura desta natureza seja devidamente estudada, para que se evitem erros que possam comprometer a segurança, operacionalidade, e também a imagem de "Uma das Mais Belas Baías do Mundo".

Lamentavelmente, não foi isso que aconteceu no âmbito do reordenamento do porto da Horta. Não aconteceu na primeira fase, e também não aconteceu na segunda.

O risco de graves penalizações para a ilha do Faial, a nível económico, turístico e do património histórico e social, tem estado sempre presente.

Apreciámos a forma construtiva como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abordou, hoje, nesta Assembleia esta temática, mas também não podemos permitir que se reescreva a história e se apague o longo processo que tem envolvido este projeto.

Recordemos a primeira fase:

Em 2007, o Secretário Regional da Economia anunciou que o governo iria criar no porto da Horta um cais para cruzeiros com cerca de 400 metros de comprimento e profundidade de 12 metros.

E prometeu mais. Empolgado, Duarte Ponte afirmou, e cito: "Horta e Portas do Mar vão receber os maiores navios de cruzeiro do mundo".

A promessa foi abrilhantada, ao bom estilo socialista, com uma maquete exibida na Semana do Mar.

Mas a realidade foi bem diferente.

O novo cais, ao invés dos prometidos 400 metros, foi encolhido para 260 metros. E os anunciados 12 metros de profundidade passaram a 8 metros apenas (já em obra), inviabilizando a operação de navios de calado superior.

Mais grave ainda foi o ângulo de orientação dado ao novo cais, que - com determinadas correntes - fez aumentar a agitação marítima na bacia sul e afetou, desta forma, a operacionalidade e segurança do porto.

Os erros cometidos podiam, e deviam ter sido evitados, se o Governo tivesse ouvido muitos faialenses conhecedores do porto, que alertaram em devido tempo para esses riscos.

O Governo do Partido Socialista não os ouviu e, até hoje, nunca foi capaz de assumir o erro.

A segunda fase deste investimento foi igualmente conduzida de forma descuidada e a todos os títulos condenável, caraterizada por mais enganos, adiamentos e revisões de projetos.

Já tivemos três versões do projeto, e ainda não reúne a aceitação de parte significativa dos muitos agentes que trabalham e conhecem o porto da Horta.

Se o Governo tivesse assumido os erros e as implicações da construção do molhe norte, e tivesse tido a abertura para ouvir a comunidade portuária e mandar elaborar um estudo sério, credível e transparente, estaríamos hoje noutro patamar do investimento no porto da Horta.

Infelizmente, a teimosia e intransigência da anterior governação, com a cumplicidade de alguns (não todos!) socialistas do Faial, não o permitiram.

Inclusivamente, a maioria socialista nesta Assembleia chumbou em 2018 uma proposta para que fosse encomendada ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil uma auditoria técnica às obras do porto da Horta.

Na altura, os deputados socialistas do Faial diziam que a oposição queria era atrasar a obra.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Hoje, defendem a 3ª versão do projeto, com a mesma intensidade com que defenderam as outras que, entretanto, mandaram rever.

E contagiados também por um fenómeno de amnésia coletiva de cariz partidário, os mesmos deputados que durante anos foram cúmplices de todo este processo, agora até pedem celeridade neste investimento, que faça o novo governo aquilo que o seu governo foi incapaz de fazer.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Tem sido um longo processo, com os primeiros projetos a padecerem de problemas graves – reconhecidos até pelo próprio projetista – e a pressão para ceder perante uma terceira versão cujas consequências não estavam devidamente estudadas.

Mas os faialenses não desistiram, e decidiram juntar à sua voz uma petição com 1.732 assinaturas, que deu entrada nesta Assembleia a 3 de setembro de 2019.

Só assim, a 15 de outubro de 2019, o governo e a Portos dos Açores aceitaram pedir ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil uma avaliação.

Desconhecemos ainda os quesitos colocados no estudo e esperamos que avalie a problemática do porto em toda a sua plenitude.

Mas, entretanto, perderam-se anos. O reordenamento do porto poderia estar hoje muito mais avançado, e com as garantias necessárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo,

Os faialenses sabem o que querem para o porto da Horta. Querem a sua requalificação - como prometido há tantos anos - mas que não se repitam os erros graves cometidos na construção do molhe norte.

Querem um investimento devidamente estudado, que não condicione o seu futuro para sempre e que potencie o desenvolvimento de todas as valências e atividades do porto da Horta, designadamente a navegação transatlântica, transporte de carga e passageiros, reparação e manutenção naval, pesca, náutica de recreio internacional, atividades marítimo-turísticas, desportos náuticos e apoio à investigação científica.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Os faialenses querem, acima de tudo, que se respeite o património histórico do seu porto e o seu contributo inestimável para a economia e para a vida social do Faial e dos Açores.

Três notas finais, para concluir:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo

- A primeira mensagem com que concluo esta intervenção, é de enorme apreço e reconhecimento aos subscritores da Petição "A favor da suspensão das obras de construção civil no espelho de água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2ª fase do projeto de reordenamento do porto". Sem o envolvimento da comunidade faialense nós, hoje, poderíamos já não estar a tempo de salvar as potencialidades e a história do porto da Horta. E, graças ao envolvimento de várias forças político-partidárias, da sociedade civil e de toda a comunidade faialense, hoje, estamos bem a tempo de o fazer.
- Em segundo lugar, consideramos lamentável que uma petição que deu entrada no Parlamento a 3 de setembro de 2019 e foi relatada a 24 de janeiro de 2020, ficando pronta para apreciação em plenário, não tenha sido agendada para o efeito até ao final da legislatura anterior.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Não é com este tipo de atuação que a Assembleia Legislativa valoriza a participação dos cidadãos e o exercício do direito de petição.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

- E a terceira mensagem que pretendemos transmitir, aos peticionários e a todos os faialenses, de forma muito clara e em perfeita sintonia com o que advoga esta petição, é a seguinte:

- As obras no espelho de água do porto da Horta só avançarão depois de esclarecidas todas as dúvidas e do processo de diálogo a estabelecer entre o novo Governo dos Açores, os operadores portuários e as Forças Vivas do Faial.

  A decisão será sempre do governo, naturalmente, mas acabou o período do "quero, posso e mando" que vigorou até 2019 e que tão maus resultados deu e que atrasou a concretização deste investimento durante tantos anos, com prejuízo evidente para o desenvolvimento do Faial e dos Açores.

  Tenho dito!

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito bem!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias *(PS):* Continuamos sem saber o que é que o PSD pensa!

Deputado Tiago Branco: Ainda não se sabe é o que os senhores defendem para o porto da Horta!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Nuno Barata pediu a palavra, peço desculpa, mas a Sra. Deputada Ana Luis pede a palavra para uma interpelação?

Faça favor Sra. Deputada.

***Deputada Ana Luis** *(PS):* Obrigada Sr. Presidente.

Peço desculpa, Sr. Deputado Nuno Barata, mas eu já tinha levantado a mão para a interpelação e acho que faz sentido que ela seja feita à Mesa no imediato, considerando as afirmações que o Sr. Deputado Carlos Ferreira produziu daquela tribuna.

Eu penso que para todos os Deputados que estiveram aqui na anterior Legislatura, impõe-se um esclarecimento que, como sabe, eu não tenho outra forma de o fazer a não ser por interpelação à Mesa. E, até porque, esta referência que foi feita já não é a primeira vez que é feita hoje durante os nossos trabalhos.

Este relatório da petição foi emitido a 2 de janeiro de 2020. Como todos se recordam, a partir de março tivemos o problema com a pandemia e o plenário de março foi adiado.

O plenário de abril, ficou deliberado em conferência de líderes ser realizado em maio – por isso em maio tivemos dois plenários. E foi decidido em conferência de líderes que iríamos dar prioridade, em primeiro lugar, às matérias relacionadas com a pandemia e, em segundo lugar, aos decretos legislativos regionais e às resoluções.

Não desrespeitando, obviamente, os peticionários, e todos aqueles que num ato de cidadania remetem à Assembleia as suas intenções para que nós as possamos analisar, foi deliberado por conferência de líderes que teríamos que dar prioridade, uma vez que terminava a Legislatura, a todas as iniciativas legislativas que estavam na casa e foi por esse único motivo que esta petição não foi agendada.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Deputado Berto Messias *(PS):* O Sr. Deputado sabia disso!

Deputado José Ávila (PS)**:** O Sr. Deputado sabia disso. Isso é que é grave.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

É efetivamente verdade o que disse a Sra. Deputada Ana Luis. Mas também é efetivamente verdade que todos nós – a Presidência e as Sras. e Srs. Deputados - temos que assumir um compromisso, para que as petições tenham outro tipo de tratamento e outro tipo de celeridade.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Isto não é para aplausos.

Há Comissões – e aproveito para fazer este apelo aos presidentes das Comissões – ainda sem relatório, relativos à Legislatura anterior e, portanto, faço esse apelo para que acelerem esse processo, para que a Presidência e a Conferência de Líderes possam agendá-los o mais rapidamente possível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

***Deputado Nuno Barata** *(IL):* Ainda bem que o Sr. Presidente me retirou a palavra que já me tinha dado, porque este esclarecimento da Sra. Deputada Ana Luis vem acrescentar bastante ao nosso debate.

Como já foi dito ao longo desta tarde, estas iniciativas cívicas são sempre louváveis e temos que respeitá-las, valorizá-las e debatê-las convenientemente.

Mas também é verdade que – e permitam-me que aqui faça uso do conhecimento de causa que os Srs. Deputados não são obrigados a ter ainda – estava e está a ser desenvolvido um estudo, em modelo reduzido, para o projeto programado para o porto da Horta, e que vem esclarecer bastante daquilo que está na petição que nós hoje estamos aqui a apreciar.

Não era assim que eu tinha programa começar a minha intervenção. Que maçada!

Deputada Ana Luís *(PS):* Peço desculpa, Sr. Deputado!

O Orador: Eu ia começar a minha intervenção com 4 versos do Canto 4º, estrofe 94, dos Lusíadas:

"Mas um velho de aspeto venerando que ficava nas praias entre gente, meneando três vezes a cabeça descontente posta em nossos olhos…", porque de facto, muitos dos atrasos que têm existido, nomeadamente na baía da Horta, tem a ver precisamente com este vício de forma de uns certos *velhos do Restelo* que andam no mercado, põe areia nas engrenagens, em vez de ajudarem a arranjar soluções. Já o modelo matemático tinha resultados interessantes para o projeto do porto da Horta e que vêm resolver os problemas que este porto tem, neste momento, de falta de capacidade para receber embarcações de recreio náutico que passam com grande afluência na **4ª marina mais frequentada, mais *tocada,* no mundo inteiro.** Um símbolo dos Açores e uma marca que os Açores não podem desperdiçar em parte nenhuma do mundo. Durante 11 anos frequentei e trabalhei na notoriedade do destino, precisamente na área da náutica de recreio. E nunca se pode desperdiçar essa marca. Ninguém faz ideia se não for às feiras de promoção do destino, às feiras de náutica de recreio, não consegue perceber a dimensão da importância da marina da Horta. Os faialenses percebem-no bem, porque vivem nisto, a maior parte de vós já nasceu nessa realidade, mas aqueles que não nasceram não conseguem perceber essa dimensão, tal como eu também só percebi a primeira vez que tive que usar essa marca para *vender* o resto dos Açores – para *vender*, no bom sentido da palavra.

Se bem que, o tal *velho do Restelo* de Camões tinha uma certa parte de razão, porque se bem se lembram, esse velho queria evitar que se entrasse no

empreendimento das descobertas, porque tínhamos o inimigo ali à porta. O sarraceno que estava ali no norte de África.

O que é certo é que nós, hoje, não temos império ultramarino e temos na mesma o inimigo à porta, no norte de África. Portanto, se calar, o tal *velho do Restelo* muitas vezes também tem razão. Por isso, não podemos desprezar as opiniões deles.

Mas eu estou em condições de adiantar à Câmara que vão ser surpreendidos com os resultados dos testes feitos pelo LNEC em modelo reduzido;

Deputado Tiago Branco *(PS)*: Isso é uma *chatice* Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: *Não, isso não é possível Sr. Deputado!*

O Orador: segundo consegui apurar, só falta a produção dos relatórios finais. Ou seja, os testes que foram feitos, ainda são mais benéficos ou mais positivos do que o modelo matemático e, portanto, se calhar nós vamos ter finalmente a possibilidade de avançar com a obra tão desejada do porto da Horta, saiba este Governo aproveitar o trabalho que foi feito pela Portos dos Açores no passado e que está em fase bastante adiantada.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não vai saber!

O Orador: Portanto, que fique claro: ninguém aqui despreza a importância geoestratégica do porto da Horta, a importância económica deste porto para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Tão só se espera que essas forças vivas *se dispam das vestes de velho de aspeto venerando* e apoiem finalmente o projeto que está testado, que vai ser provado e que é um bom projeto para o porto da Horta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Está, assim, encerrado este ponto da nossa ordem de trabalhos. E atendendo ao nosso horário, penso que objetivamente já não temos tempo de fazer a eleição do ponto seguinte e, portanto, faríamos essa eleição amanhã, se todos concordarem.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje. Até amanhã. Boa noite e um bom jantar.

Eram 19 horas e 53 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo **Vieira**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos Entrados:

DECLARAÇÃO DE VOTO AO PONTO 4 DO PERÍODO LEGISLATIVO DE FEVEREIRO

Na sequência da apresentação da Proposta de Resolução 1/XII – O Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para o ano de

2021. O Partido Chega emite voto de abstenção a este orçamento, uma vez que este partido, apresentou propostas de alteração que não foram incluídas no referido orçamento.

Embora aceitando que estas propostas careciam de atempado estudo, com vista a poderem ser devidamente refletidas no dito orçamento, entende o Partido Chega que o momento difícil que a região atravessa, recomenda contenção nas despesas, daí as propostas apresentadas para redução de despesa.

Assim, entende o Partido Chega que podendo estas propostas não terem sido incluídas no Orçamento da ALRAA para 2021, devem, no entanto, ser acolhidas em tempo oportuno, daí o voto de abstenção, dando.se o benefício da dúvida, para que no decurso deste ano sejam desenvolvidos os esforços necessários a reduzir as despesas de funcionamento da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Açores, 24 de fevereiro de 2021.

Os Deputados: Carlos Furtado e José Pacheco.

As redatoras, Ana Machado, Ana Paula Lemos e Sara Azevedo.